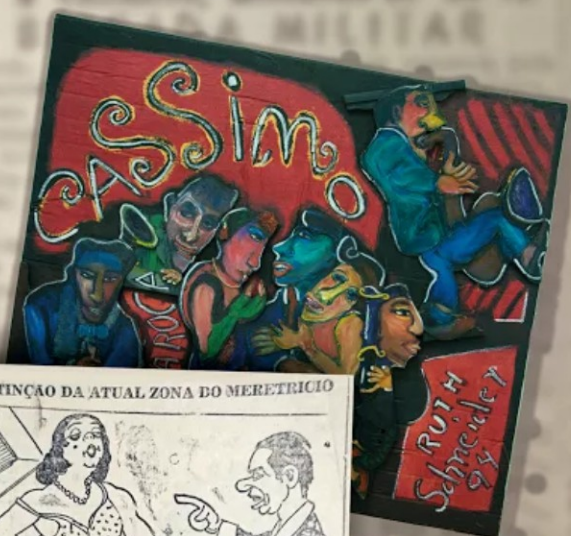


Quinze de Novembro: Fronteiras da (in)tolerância

Passo Fundo (1940-1955)



**Uma verruga no
nariz da cidade**
O meretrício constitui um verdadeiro problema para a cidade. E um constante desassossego para seus habitantes.

A EXTINÇÃO DA ATUAL ZONA DO MERETRICIO



**Quinze de Novembro
Fronteiras da (in)tolerância:
Passo Fundo (1940-1955)**

Apoio:

- Fapergs
- Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo (UPF)

Produção:

- LAMOI – Laboratório de Memória Oral e Imagem – PPGH/UPF
- NEMEC – Núcleo de Estudos de Memória e Cultura – PPGH/UPF

Marlise Regina Meyrer
(Organizadora)

Quinze de Novembro
Fronteiras da (in)tolerância:
Passo Fundo (1940-1955)

E-book



2016

© Dos autores – 2016
meyrer_nh@hotmail.com

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Montagem ilustração da capa: Fabiana Beltrami da Silva

Imagem da capa: Recortes do jornal *O Nacional*

Reprodução de tela de Ruth Schneider. Cedida gentilmente pelo
Museu de Artes Visuais Ruth Schneider – Passo Fundo/RS

Revisão: Rui Bender

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Unisinos)

Elcio Cecchetti (SED/SC e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Lúis H. Dreher (UFJF)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93121-970 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848 / 3568.7965

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

Q7	Quinze de Novembro – Fronteiras da (in)tolerância: Passo Fundo (1945-1955) [recurso eletrônico]. / Organizadora: Marlise Regina Meyrer. – São Leopoldo: Oikos, 2016. 140p.; il.; 16 x 23cm.; E-book ISBN 978-85-7843-651-3 1. História – Passo Fundo. 2. História cultural – Passo Fundo. 3. Rua Quinze de Novembro – Passo Fundo. 4. Memória oral. I. Meyrer, Marlise Regina. CDU 981.652
----	--

Catálogo na publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Agradecimentos

Agradecemos àqueles que, de bom grado,
contaram as suas memórias e ajudaram a escrever
as histórias da rua *Quinze de Novembro*

Aniello D'Arenzo

Antonio Augusto Meirelles Duarte

Carmen Ribeiro

Enes Troglío

Fátima Lemes

Jaime Freitag

Maria Teresa Hahisi

Maria Teresa de Dreher

Paulo Giongo

Paulo Monteiro

Vilson Novelo

Wilson Nascimento Pinheiro

Sumário

Introdução	9
“Quinze de Novembro – fronteiras da (in)tolerância”: Passo Fundo (1940-1955).....	14
<i>Marlise Regina Meyrer</i>	
Dinâmicas econômicas de Passo Fundo na primeira metade do século XX. Alguns apontamentos.....	37
<i>João Carlos Tedesco</i>	
Ruth Schneider e as janelas do Cassino: o dilema de olhar e ser olhado ..	52
<i>Aline do Carmo</i>	
<i>Jacqueline Ahlert</i>	
A zona do meretrício na imprensa: jornal <i>O Nacional</i> (1949-1955)	70
<i>Bruna Telassim Baggio</i>	
Rua Quinze de Novembro, um enquadramento fotográfico fantasma...	92
<i>Fabiana Beltrami da Silva</i>	
Resenha: Prazer Marginal e Política Alternativa: a zona do meretrício em Passo Fundo (1939-1945)	113
<i>Luciane Maldaner</i>	
Glossário:	
História e fotografia	118
<i>Carolina Martins Etcheverry</i>	
História e imagem	120
<i>Jacqueline Ahlert</i>	
História Oral	125
<i>Marlise Regina Meyrer</i>	
Identidade	129
<i>Rosane Marcia Neumann</i>	
Memória	134
<i>João Carlos Tedesco</i>	
Zona do meretrício	138
<i>Daniel Luciano Gevehr</i>	

Introdução

Este livro compõe a série intitulada *Cadernos do LAMOI: história, memória e imagens de Passo Fundo*, produto do projeto-pesquisa Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI-UPF), vinculado ao curso de Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, financiado pela FAPERGS.

Foi somente nas últimas décadas que a historiografia sofreu mudanças mais significativas no que diz respeito à valorização das diferentes linguagens, que, por sua vez, se expressam em diversos suportes/fontes da pesquisa histórica. Esse movimento tem possibilitado o desenvolvimento de abordagens teórico-metodológicas inovadoras, que ampliam o entendimento sobre as dinâmicas sócio-históricas, rompendo definitivamente com uma visão homogênea e absoluta dos fenômenos históricos.

Nessa trajetória, a emergência e a consolidação da História Cultural, ou Nova História Cultural, que atualmente concentra a maioria das produções historiográficas, contribuíram para a ampliação das possibilidades metodológicas à medida que expandiu o campo da História num diálogo profícuo com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a Linguística, o campo das Artes, entre outros. Novos conceitos, como o de representação e imaginário social, bem como a atenção aos aspectos simbólicos das relações sociais abriram caminho para a exploração de diversificadas linguagens nos processos de construção do conhecimento histórico, o que tem permitido acessar diferentes discursos e representações sociais, que, por sua vez, revelam sujeitos com distintas práticas e visões de mundo.

Essas considerações fundamentam a proposta do LAMOI, que tem como finalidade o desenvolvimento de pesquisas a partir da organização das memórias oral, visual, audiovisual e escrita da região norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência da UPF, tendo como problemática fundamental a questão da memória, horizonte esse que se liga ao *conceito* de iden-

tidade, pois as memórias produzidas historicamente pelos diferentes grupos (sociais, étnicos e de gênero) construíram representações de identidade que podem ser acessadas a partir de fontes diversas e passam a ser entendidas como registros das experiências humanas ao longo do tempo e que, na ação de rememorar, unem passado e presente num processo de manutenção e reforço dos laços identitários dos grupos.

A criação do LAMOI é fruto da experiência de pesquisa em âmbito local e regional desenvolvida pelos pesquisadores do programa de pós-graduação em História, tanto professores como mestrandos. A riqueza da diversidade cultural das diferentes comunidades da região revelou a necessidade de um levantamento histórico mais amplo, especialmente a partir das histórias de vida de seus atores. Ao mesmo tempo, foi identificada a existência fragmentada de registros escritos, orais e imagéticos dessas memórias, seja por meio de histórias de instituições oficiais, de lazer, religiosas, de ensino, das famílias, fotografias e outros objetos.

Entre as fontes privilegiadas pelas pesquisas ligadas ao LAMOI estão as fotografias e os depoimentos orais, ambos considerados fontes de memória. A fotografia é entendida enquanto narrativa coletiva do grupo num processo de (re)construção da memória. Parte-se do entendimento de que olhar uma fotografia é um rito de manutenção da memória, sendo um poderoso instrumento de afirmação, reelaboração e difusão de valores, crenças, tradição e modos de vida do grupo. Já a fonte oral tem como uma de suas virtudes dar voz aos sujeitos até então negligenciados pela historiografia. As histórias de vida acabam por criar uma identidade entre as pessoas na medida em que as mesmas partilham diferentes estratégias e saberes diante de uma mesma realidade, conformando o que Maurice Halbwachs define como memória coletiva.

O trabalho de registro, organização e divulgação dessas memórias, que de uma forma singela encontram-se, em parte, neste livro, tem como objetivo a mudança social, promovendo novas formas de encarar o patrimônio material e imaterial, constituído por esses registros. Deve servir também de incentivo à valorização da memória social por meio de iniciativas de recuperação da memória num processo de diálogo e interação com diferentes grupos, os quais elegem os aspectos do passado que queiram rememorar, conforme seus interesses e processos identitários, fortalecendo os

laços entre os indivíduos das comunidades e entre as comunidades, cumprindo, assim, a função social da Universidade.

Esta edição dos Cadernos do LAMOI reúne textos de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que se debruçaram sobre o estudo de um espaço específico da cidade de Passo Fundo/RS: a rua Quinze de Novembro. O local abrigava estabelecimentos e práticas entendidas como marginais na sociedade passo-fundense da época. Na cidade de Passo Fundo, observa-se a permanência desse espaço no imaginário da cidade como um submundo, um local proibido do qual se fala muito. Nesse sentido, a rua Quinze e seu entorno podem ser entendidos como *lugar de memória*, reconhecido pela comunidade enquanto parte da memória da cidade, independente da conotação positiva ou negativa que carrega. Como a memória é feita de lembranças e esquecimentos, é uma memória que alguns querem esquecer e outros rememorar.

Adequando-se à proposta do LAMOI, os textos aqui apresentados são frutos de estudos que exploram a leitura de diferentes linguagens e/ou formas de fazer e pensar a História. Fotografia, imprensa, caricatura, pintura, oralidade e textos literários são consideradas possibilidades de leitura e interpretação do mundo social em uma perspectiva histórica.

Buscamos explorar a diversidade de linguagens não somente na caracterização das fontes, mas também na produção dos resultados da pesquisa. Assim, este livro é o produto textual da pesquisa sobre a rua Quinze de Novembro. Além desse, produzimos um pequeno documentário sobre o tema e um programa de rádio com trechos das entrevistas feitas para o estudo.

Metodologicamente gravamos, em vídeo, dez entrevistas com pessoas que tiveram alguma relação histórica com a rua Quinze de Novembro, com perguntas abertas. As entrevistas foram transcritas e arquivadas, constituindo-se em acervo de fontes para esta e outras pesquisas futuras. As imagens foram editadas e transformadas em um documentário. Desse material foram selecionados pequenos trechos de áudio e editados em MP3, resultando no programa de rádio: *A escuta da memória, Passo Fundo e suas histórias*, veiculado pela rádio UPF. Dessa forma, a pesquisa sobre história da Quinze de Novembro pôde ser divulgada na linguagem de áudio, vídeo e escrita.

Entendemos que escrever História é tratar da complexidade humana no tempo e no espaço. Como já afirmava Marc Bloch no início do século passado, é “uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego”. O historiador, não deveria, portanto, “esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza” (BLOCH, 2001, p. 80). Ele entendia que os fatos humanos eram extremamente complexos, sendo que “[...] poucas ciências [...] são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas distintas [...]” (p. 80). Precursor de seu tempo, as transformações na produção historiográfica anunciadas por Bloch são testemunhos do longo percurso trilhado pelos historiadores no processo de mudança do fazer historiográfico. Nesse sentido, os textos aqui apresentados pretendem, de forma modesta, integrar esse processo de renovação.

O primeiro texto, de Marlise Regina Meyrer, estuda o espaço da Quinze de Novembro a partir da memória oral de antigos moradores e/ou frequentadores da rua. A autora fundamenta seu estudo na categoria *estabelecidos e outsiders* de Norbert Elias, entendendo o local como um espaço de fronteira.

O segundo texto, de autoria de João Carlos Tedesco, objetiva traçar um panorama do desenvolvimento econômico de Passo Fundo em meados do século XX, recorte temporal e espacial do objeto de estudo deste livro, contextualizando a temática estudada.

Jacqueline Ahlert e Aline do Carmo escrevem o terceiro artigo, que apresenta a pesquisa sobre a artista plástica Ruth Schneider e sua obra “Da Janela nº 13”, da série *O Cassino da Maroca*. As autoras buscam uma aproximação com os personagens e cenários representados no quadro, dialogando com as histórias do Cassino da Maroca nas décadas de 1940 e 1950.

Fabiana Beltrami apresenta o próximo trabalho, que trata da memória fotográfica da cidade de Passo Fundo nos anos 1940 e 1950. A autora discute o esquecimento da rua nas imagens construídas pela cidade como componente da memória daquele espaço.

A representação da rua Quinze de Novembro no jornal *O Nacional*, de Passo Fundo, é o tema do artigo de Bruna Baggio, que discute também a campanha empreendida por esse veículo para a retirada da zona do metrício do centro da cidade.

Por fim, Luciane Maldaner resenha a dissertação de mestrado de Márcia Nascimento, único trabalho acadêmico produzido sobre a rua Quinze de Novembro e o Cassino da Maroca.

Escritos por autores qualificados de diferentes instituições, publicamos, no final, um pequeno glossário com os conceitos fundamentais para melhor compreensão dos trabalhos aqui apresentados.

Esperamos que esta obra seja de grande valia para pensar e discutir sobre os processos históricos do município de Passo Fundo, bem como de sua relação com o contexto nacional. Ao mesmo tempo, espera-se despertar o interesse pela história e identidade locais não só para que essas histórias sejam conhecidas, mas para que obtenham o reconhecimento da comunidade.

Marlise Regina Meyrer

“Quinze de Novembro – fronteiras da (in)tolerância”: Passo Fundo (1940-1955)

Marlise Regina Meyrer¹

Introdução

Fundamentado na metodologia da História Oral², o artigo apresenta a pesquisa realizada sobre o espaço ocupado pela rua Quinze de Novembro e seu entorno na cidade de Passo Fundo/RS nas décadas de 1940 e 1950. Utilizamos a categoria de análise de Elias (2000) sobre as relações entre *estabelecidos e outsiders*, entendendo o espaço estudado como *outsider* na medida em que ele estava à margem da sociedade reconhecida como legal – cujas ações dos sujeitos desenvolviam-se dentro das regras jurídica e socialmente estabelecidas, sobre as quais foram construídos estigmas que atuavam como demarcadores sociais. Nesse sentido, era um espaço de fronteira entre o mundo legal e o ilegal, mas também um lugar onde as fronteiras sociais eram frequentemente transpostas num determinado equilíbrio instável entre tolerância e intolerância.

¹ Professora do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/RS.

² Estamos cientes dos questionamentos que envolvem a história oral, especialmente no que diz respeito à sua carga de subjetividade. Os relatos, assim, são analisados à luz de referências bibliográficas sobre o contexto em questão, pois concordamos com Janoti (2010) quando ela aponta para a necessidade de recorrer a fontes múltiplas, lembrando que o testemunho do depoente não é apenas um relato do que viu e ouviu, mas uma construção de um determinado discurso sobre o fato. Além disso, a autora chama a atenção para a necessidade metodológica de levar em consideração os objetivos do entrevistador, nesse caso o historiador, que domina todo um aparato teórico que orienta a entrevista e irá influenciar a construção do discurso. A utilização dessa metodologia aqui liga-se diretamente à questão da memória. Interessa-nos a elaboração da memória coletiva do grupo, que fundamenta sua identidade. Nesse sentido, o conjunto de depoimentos e seus significados é entendido na medida em que se refere à mesma realidade, ou seja, uma realidade comungada por todo o grupo social, adquirindo dessa forma um significado coletivo.

A rua Quinze de Novembro

A rua Quinze de Novembro em Passo Fundo-RS concentrou, ao longo dos anos 1940 e 1950, uma série de estabelecimentos voltados para atividades e práticas consideradas marginais pela sociedade tradicional da cidade. *Dancings*, cassinos, bares e pensões que alugavam quartos para a prática da prostituição compunham o cenário do local, que também era um espaço de sociabilidade, onde parte da elite masculina fechava negócios e fazia política. Um desses estabelecimentos sobressaiu-se, ganhando fama nacional: o *Cassino da Maroca* ou *Cassino Palácio*.

O Cassino recebia a elite local, visitantes de fora da cidade e mesmo do estado. Era considerado inacessível para a maioria da população. Mulheres bem vestidas, vindas dos países vizinhos, como Uruguai e Argentina, orquestras e mesas regadas a champanhe fazem parte do imaginário da cidade sobre o Cassino. Imaginário esse retratado na obra da artista plástica Ruth Schneider³ a partir das memórias de seu padrasto, motorista de táxi no local à época.

Os anos áureos da movimentação da rua Quinze foram os da década de 1940 até meados de 1950. Em 1955, com a proximidade das comemorações do centenário da cidade, alguns membros da sociedade de Passo Fundo, com apoio das autoridades locais, promoveram através do jornal *O Nacional* uma intensa campanha para a retirada da zona do meretrício daquele local, que ficava praticamente no centro da cidade.⁴

A rua ficava próxima à estação de trem. Segundo depoimentos orais, a cidade recebia muitos viajantes, entre os quais os caxeiros-viajantes, que desembarcavam na estação e iam direto para a Quinze, onde já eram conhecidos. Por concentrar a zona do meretrício da cidade, o local alimentou

³ Ruth Schneider foi uma artista plástica, natural da cidade de Passo Fundo, cujos trabalhos ganharam expressão nacional. Entre suas obras destaca-se a coleção que retrata cenas das memórias de sua infância, entre as quais a série sobre o Cassino da Maroca, que lhe eram contadas por seu padrasto. Atualmente, parte de suas obras pode ser conhecida no museu que leva o seu nome na cidade de Passo Fundo: o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider em Passo Fundo/RS.

⁴ Segundo depoimentos de antigos moradores, a rua inicialmente não ficava no centro, mas muito próxima do centro. Com a intensificação do desenvolvimento urbano na década de 1950, ela passou a ser considerada parte da região central da cidade.

sentimentos, manifestações e ações da população. Lugar maldito para alguns, de prazer para outros, a rua compõe o imaginário da cidade e pode ser considerada um *lugar de memória* do município.

Na acepção de Nora (1993, p. 25), a *memória pendura-se em lugares como a história em acontecimentos*. Nesse jogo de relações, trata-se de espaços socialmente construídos, constituindo-se por mecanismos daquilo que Halbwachs (2004) chamou de processo de *perpetuação da memória*, visto que os *lugares de memória* atuam na construção da *memória coletiva*, sendo que os lugares que percorremos nos lembram de fatos do passado, contribuindo para a construção da memória à medida que evocam o passado. Já Pollack (1989) analisa os lugares de memória enquanto espaços de preservação de memória, que passam a ser reconhecidos por suas comunidades.

Entretanto a instituição desse espaço como um *lugar de memória* não está livre de disputas. Disputas entre o que se quer lembrar e o que se quer esquecer, disputas sobretudo pelo reconhecimento da legitimidade do que é memorável no município. A memória legítima, entretanto, associa-se, muitas vezes, aos “abusos” do uso da memória, resultantes da manipulação da memória e do esquecimento pelos detentores do poder (RICOEUR, 2007, p. 93). O autor refere-se à memória “instrumentalizada” para falar desses “abusos” e relaciona-os com a problemática da identidade.

O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: excesso de memória, em tal região do mundo, portanto, abuso de memória – insuficiência de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento. [...] é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa de fragilidade da memória assim manipulada (p. 94).

Uma das causas da fragilidade da identidade apontada por Ricoeur (2007) é a ameaça representada pelo outro, quando esse se torna um perigo. “São mesmo as humilhações, os ataques reais ou imaginários à autoestima, sob os golpes da alteridade mal tolerada, que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar da acolhida à rejeição, à exclusão” (p. 95).

As discussões sobre o tombamento do prédio onde se situava o *Cassino da Maroca*, “símbolo da boemia e da diversão das noites de Passo Fun-

do” (ROHRIG, 2016), evidenciam essa disputa pela memória, envolvendo a construção da identidade dos passo-fundenses.

Uma ação do Ministério Público sobre o tombamento do prédio do antigo *Cassino da Maroca* na rua Quinze de Novembro permanece aberta desde 2007. Depois de ter sido julgada improcedente pelo Judiciário em Passo Fundo e pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o promotor recorreu das decisões junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O prédio, além do Cassino, sediou posteriormente o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), uma delegacia e um sindicato. O prédio, um sobrado, foi construído no final dos anos 1930 e inaugurado em 1941, projetado pelo construtor civil João de César a pedido de Isaltina Rodrigues, conhecida como Maroca. Segundo matéria publicada no jornal *Zero Hora*, de 20/09/2013, de uma lista de prédios a serem patrimonializados, organizada pela Universidade de Passo Fundo, somente a edificação do antigo Cassino não se tornou patrimônio.

Adquirido por dois empresários em 2010, o prédio foi reformado e, embora os proprietários se tenham comprometido com a manutenção da fachada original, constata-se sua descaracterização. Em depoimento para o jornal *O Nacional* (10/11/2010), um dos compradores, Igor Loss da Silva, explicou os motivos da Justiça não ter aprovado o tombamento até aquele momento: “[...] a Justiça considerou que não foi determinado o valor histórico do imóvel por ter sido uma casa de prostituição [...]”. A reportagem diz ainda que o sobrado não é considerado legalmente um imóvel histórico para a cidade.

MEYRER, M. R. • “Quinze de Novembro – fronteiras da (in)tolerância”:
Passo Fundo (1945-1955)

Figura 01: Prédio do antigo *Cassino da Maroca* antes da reforma realizada em 2010



Disponível em: <http://ahr.upf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=75&Itemid=44>. Acesso em: 20 out. 2016.

Figura 02: Prédio do antigo *Cassino da Maroca* após reforma em 2010



Disponível em: <<https://nexjor.atavist.com/nos-embalos-do-cassino-da-maroca>>. Acesso em: 20 out. 2016.

A negação da memória ou a promoção do esquecimento desse espaço, mais especificamente do prédio em questão, caracteriza que Ricoeur (2007) chama de “abusos da memória”, que são também abusos do esquecimento, exercidos por meio da narrativa oficial. Assim, entendemos que os representantes do Ministério Público de Passo Fundo, autoridades, empresários e representantes de um grupo específico buscam desqualificar o caráter histórico do local. Nesse mesmo sentido, em livro que se propõe a apresentar as mulheres “memoráveis” de Passo Fundo, uma delas é assim apresentada:

[...] Trabalhou na Delegacia de Educação de Passo Fundo, sob a direção da professora Olga Caetano Dias, na época em que o prédio ficava onde antigamente funcionara o Cassino da Maroca. Dona Ida irritou-se por muito tempo com esse endereço, porque era comum as pessoas informarem onde ficava a Delegacia de Ensino dizendo “fica lá no Cassino da Maroca”. Escreveu uma carta ao governador Ildo Meneghetti reclamando da situação, e ele providenciou a transferência do local (SILVA; COSTAMILAN, 2001, p. 112).

A citação acima reforça o entendimento desse espaço como *lugar de memória*, reconhecido pela população, a tal ponto de constituir-se em referência para a localização espacial na cidade. Ele faz parte do recordar em conjunto da população, ou seja, constitui a memória coletiva local. Dessa forma, o sobrado da rua Quinze de Novembro, embora tenha servido a outras finalidades após o término das atividades de lazer e entretenimento para o qual foi construído, permanece indissociado da memória do *Cassino da Maroca*. Por isso a delegacia precisou mudar de localidade, porque não foi possível apagar a memória do lugar.

Mais uma vez, é Ricoeur (2007) que nos orienta quando afirma: “[...] as ‘coisas’ lembradas são intrinsecamente associadas a lugares. E não é por acaso que dizemos, sobre uma coisa que aconteceu, que ela teve lugar” (p. 57). O autor lembra-nos, ainda, do potencial de monumento e documento dos lugares, que possui maior permanência do que a lembrança somente pela voz.

As disputas entre o memorável e o imemorável em relação à rua Quinze de Novembro leva-nos a considerá-la um espaço de fronteiras, fronteiras da (in)tolerância. As narrativas sobre a rua expressam essa fronteira, que se pode considerar ideológica na medida em que é “a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estraté-

gia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração” (RICOEUR, 2007, p. 98).

A rua Quinze de Novembro na cidade de Passo Fundo pode ser estudada a partir do conceito de uma relação entre *estabelecidos* – *outsiders*, conforme Elias (2000), na medida em que era considerada como o espaço do outro, dos excluídos da sociedade formal. Seria o que Elias (2000) definiu como um grupo considerado inferior diante de outro que detém o monopólio do poder e o estigmatiza. Para o autor, entre os estigmas impostos aos *outsiders* está a visão do grupo estabelecido de que eles são “indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros” (p. 27).

Esse conceito, segundo o autor, pode ser utilizado para o entendimento de muitos contextos sociais para identificar como se constroem as diferenças entre os grupos, sejam elas sociais, étnicas, de gênero, entre outras. No caso da Quinze de Novembro, buscamos identificar, através dos depoimentos orais e da memória jornalística, os elementos que separam esse espaço e seus ocupantes da sociedade formal de Passo Fundo. Entender de que forma os atributos negativos sobre a rua e os positivos sobre a sociedade formal/legal vão sendo construídos e reconhecidos como naturais. Para Elias (2007), isso só é possível devido ao desequilíbrio de poder existente entre os grupos: “um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (p. 23).

Um grupo *outsider* é visto comumente pelos *estabelecidos* como não cumpridor das regras e por não respeitar os tabus da sociedade formal, colocando em risco a estabilidade dessa sociedade. Por outro lado, os inseridos no grupo dominante precisam constantemente estar atentos ao cumprimento de tais regras para permanecer como membros do grupo. Nesse sentido, o contato com os *outsiders* pressupõe um rígido controle sobre as fronteiras entre os grupos. Dito de outra forma, até que ponto e em que situações é possível ultrapassá-las sem comprometer o vínculo com o grupo dominante?

As narrativas dos entrevistados sobre a rua evidenciam essa situação de fronteira entre o lícito e o ilícito, o tolerado e o intolerado, a ordem e a desordem. A primeira situação-limite observada refere-se à identificação da rua ora como espaço marginal, ora como local de ostentação e luxo,

representado principalmente pelo *Cassino da Maroca*. A memória dos frequentadores, homens, retém, de um lado, as lembranças de uma boemia glamorosa e luxuosa com belas mulheres bem-vestidas, músicos estrangeiros, noitadas regadas a champanhes e muito dinheiro. De outro, as recordações da violência e da marginalidade daquele espaço.

Em dissertação de mestrado, defendida na Universidade de Passo Fundo em 2003, Márcia Nascimento defende a ideia de que a rua Quinze de Novembro era um espaço alternativo, onde as regras sociais impostas na sociedade organizada, legal, podiam ser infringidas. Desde a prática do jogo, proibido no Brasil a partir de 1946, às práticas sexuais e comportamentais. Acreditamos que, ao atravessarem a fronteira espacial, ou seja, ao entrarem na rua Quinze, os indivíduos rompiam também outras fronteiras, culturais, sociais e de gênero.

A partir das narrativas podemos dizer que, até início dos anos 1950, havia um certo equilíbrio e interação necessários entre esses dois mundos. Os *homens de bem* da sociedade passo-fundense frequentavam os bordéis/cassinos da Quinze, onde socializavam tanto com seus pares frequentadores quanto com os *outros* daquele espaço, onde as fronteiras não eram tão rígidas. Depois voltavam para o mundo *legal* e, muitas vezes, empreendiam batalhas morais contra a zona do meretrício frequentada e mantida por eles, como foi o caso das campanhas deflagradas pelo principal jornal da cidade para a retirada dos bordéis do centro da cidade.

Ao tratar do imaginário da cidade, Sandra Pesavento (2000) assinala que, embora os grupos sociais produzam um ideal de cidade, permeado pelos ideais de progresso e civilidade, a zona do meretrício tem um papel fundamental na constituição do espaço urbano, pois funciona como “válvula de escape” às normas de convívio estabelecidas na cidade “legal”. Também Benatti (1996), ao tratar da zona do meretrício de Londrina/PR, afirma que as margens e o centro “combinam simultaneamente estratégias de exclusão e de integração, de recusa e de aceitação, num complexo e permanente jogo de forças que definia ao mesmo tempo os estatutos sociais dos sujeitos cênicos e dos sujeitos marginais” (p. 4).

Essas considerações encontram respaldo na ideia da zona do meretrício como mal necessário, justificativa frequente nas narrativas. Ao mesmo tempo válvula de escape e marcador social entre o lícito e o ilícito, o

certo e o errado, *estabelecidos* e *outsiders*, como podemos observar na narrativa do sr. Walter⁵:

Tinha um vereador muito polêmico em Passo Fundo que defendia a Maroca lá em plena Câmara de Vereadores, e ele dizia com palavras à boca cheia que as mulheres da zona preservavam suas filhas e preservavam eles de ter guampa, então havia assim que a prostituição era um mal necessário, e elas tinham escolhido aquele caminho e deviam ser respeitadas, e ele era contra aquele tratamento que davam, como fichar a mulher como meretriz, ele achava muito pejorativo. E daí tinha um outro na época que gozava, são ajudantes do lar, então no final viravam um motivo de gargalhada esses comentários.⁶

Encontramos no jornal *O Nacional* referências a esse discurso por ocasião da campanha deflagrada pelo próprio jornal para a retirada da *zona* daquele local:

Sou da opinião de que a prostituição é um mal necessário, como dizia Santo Agostinho. É uma das profissões mais velhas do mundo. Regulamentá-la é difícil [...] penso que a medida deve ser feita, levando-a para a zona mais afastada; não se deve, entretanto, prejudicar os interesses dos proprietários. Dr. Eduardo Martinelli (*O Nacional*, 07/02/1955, p. 4).

Esses depoimentos encontram justificativa no pensamento de parte das autoridades brasileiras do início do século, que, entendendo a sua necessidade para aliviar as tensões libidinosas das cidades (RAGO, 1991, p. 112), insistiam na regulamentação da prostituição, sobretudo através de medidas sanitárias e vigilância sobre as zonas de meretrício. Assim, “a prostituição deveria ser tolerada, porém controlada e subjugada ao império da violência policial” (RAGO, 1991, p. 112). A prostituição preenchia ainda um “papel civilizador” (p. 168) na sociedade, pois era através dela que os jovens iniciavam sua vida sexual numa espécie de ritual para a vida adulta masculina.

O *Cassino da Maroca* foi o mais famoso dos estabelecimentos da Quinze de Novembro, mas existiam outros igualmente requisitados, como o *Cassino Royal*. Eles surgiram num período de desenvolvimento econômico da cidade de Passo Fundo na década de 1940 com o desenvolvimento da indústria madeireira e depois com o contrabando de pneus⁷, realizado no

⁵ Todos os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios.

⁶ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 10 de dezembro de 2015.

⁷ Segundo diversos depoimentos orais e textos veiculados nos jornais locais, entre 1939 e 1945, período da Segunda Guerra Mundial, a cidade foi uma rota importante do contrabando de pneus brasileiros para a Argentina. Muitos cidadãos da cidade teriam enriquecido por conta

período da Segunda Guerra Mundial. Nas narrativas dos entrevistados, a lembrança da zona do meretrício associa-se ao desenvolvimento da cidade:

[...] É a vida, e havia muito dinheiro naquela época, do contrabando de pneu, e da madeira que era exportada para a Argentina, o pessoal levava daqui a Porto Alegre de caminhão, entende? Era isso mais ou menos o que tinha na época, e o mulhério, como dizem os caras, era de montão, e funcionavam as casas de mulheres, e tinha o Cassino da Maroca na esquina, e a casa verde aquela que estão mexendo, e aquilo era engraçado, porque a pista não era maior que isso aqui (referindo-se à sala em que estávamos), agora o que acontecia com o pessoal, o mulhério tomava muito champanhe naquele tempo, a bebida que elas tomavam era champanhe⁸. (Sr. Aldo)

Os testemunhos são unânimes em apontar para o luxo de tais estabelecimentos que recebiam a elite local, das cidades vizinhas e até de outros estados.

No Cassino! Sargento da Brigada não podia entrar; eles impediam; soldado raso não entrava na zona nem pagando, é Só mais elevado, e começa a funcionar na base do dinheiro; então o mulhério se vestia bem, eu sei porque eu tinha loja e vendia para elas, e a costureira delas era a dona Jurema Dinarte, tinha no meio dessa quadra, no prédio onde tem aquela loja de confecção, do lado da cantina Napoles, era ela que costurava para elas. Então você conhecia, eu sabia quando tinha china nova na cidade; elas vinham comprar aqui! (Sr. Aldo)⁹

O Cassino Palácio ... mandava buscar mulheres do Rio, São Paulo, Montevideu, Buenos Aires. Onde tivessem mulheres bonitas e que, de vida fácil ou vida difícil e tal, que se vestiam bem, tinham personalidade, podiam chegar e conversar com ela, dançá com ela, não era semianalfabeta ou analfabeta total, é ... ela então começou a buscar. Vinha um avião, um avião de pequeno porte de três a cinco lugares mais ou menos, com piloto e copiloto. (Sr. Govane)¹⁰

Lá no Cassino que era um palacete, construção melhor, contanto que foi a única construção da zona do meretrício que sobrou as outras acabaram demolidas; lá iam os ricos da cidade e ricos da região. (Sr. Pedro)¹¹

O luxo, entretanto, não tornava aquele espaço integrado à sociedade tradicional passo-fundense. Essa memória da boemia elegante da cidade

desse comércio ilegal. Ver: <<https://nexjor.atavist.com/nos-embalos-do-cassino-da-maroca>>. NASCIMENTO, Márcia (2003), p. 126-127.

⁸ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 15/12/2015.

⁹ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS, em 15/12/2015.

¹⁰ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS, em 15/11/2015.

¹¹ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS, em 20/01/2016.

não desfaz a representação de um lugar à margem, espaço do outro, da anomia. Para muitos, esse era um local proibido, lugar de mistério, sobre o qual contavam-se muitas histórias, despertando a curiosidade e a especulação da população. Era um diz que diz que que permanece até os dias atuais na memória da população. Maria assim sintetizou o imaginário sobre a rua: “A Quinze de Novembro, pra mim, foi uma rua proibida”¹².

A fronteira a que se refere Maria, na época uma adolescente, é aquela que separava as mulheres honestas das mulheres “da vida” ou as do lar e as da rua. As primeiras foram preparadas para o pleno exercício das tarefas do lar, os cuidados com filhos e marido e, sobretudo, para ser responsáveis pela manutenção da moralidade da família. Seu espaço por excelência eram a casa, a igreja e, em alguns casos, os salões da alta sociedade, quando também eram responsáveis pelo status da família. Sua sexualidade estava restrita ao casamento com o objetivo de procriar. Já as segundas têm sua referência na sexualidade mercantilizada, na sua capacidade sedutora, que se constitui em ameaça à família e aos “bons costumes” (RAGO, 1991, p. 41). Ainda Maluf e Mott (2006) afirmam que, nas primeiras décadas do século XX, a beleza era importante para a mulher casada das classes mais altas, mas a sexualidade não, sendo que a sociedade criava estratégias para “assegurar os limites entre as mulheres ‘honradas’ e a libertinagem de mulheres de ‘conduta duvidosa’ que desfilavam pelos teatros e cafés da cidade” (p. 392). A fala de Maria evidencia essa situação:

[...] ela era sim uma rua mais afastada porque o centro, geralmente como toda cidade pequena, é a avenida né? Então uma quadra que se avance né, já se achava assim que estava invadindo um território promíscuo, né? Era da época, né? [...]

Não recomendavam e o pai principalmente ia ficar muito brabo, a mãe já era mais condescendente, né. “Ah mas por que que foi? Aonde que se viu” aquela coisa toda “lá não presta”, mas o pai tá loco, “lá só tem gente que não presta...” essas coisas, né... É isso aí [...]¹³

A necessidade de diferenciação entre as mulheres decorre, segundo Rago (1991), da maior liberdade da mulher na sociedade moderna e seu acesso a espaços públicos. Foi necessário, cada vez mais, criar demarcado-

¹² Sra. Maria. Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 23/11/2015.

¹³ Idem.

res para que “honestas” e “perdidas” não se confundisse (p. 26). A autora afirma que era preciso que as mulheres se conscientizassem de que “sua natureza primeira era a maternidade. [...] A prostituta passou, então, a simbolizar a alteridade, a mais radial e perigosa” (RAGO, 1991, p. 26) por isso a necessidade de demarcar o espaço. Não é outra a razão das queixas na coluna intitulada “O que o povo reclama” do jornal *O Nacional* de Passo Fundo: “Moradores das vilas Schell e Luiza protestam contra o alastramento do meretrício para seus bairros, saindo da zona demarcada da rua Quinze de Novembro” (12/01/1949, p. 2).

A rua Quinze de Novembro com seus cassinos, *dancings*, bares e pensões era também descrita pela sociedade formal como um lugar de violência e desordem, adjetivos comumente atribuídos às zonas de prostituição. A imprensa, enquanto mediadora das relações sociais, reforçava esse imaginário. No caso de Passo Fundo, o jornal *O Nacional* cumpria efetivamente esse papel. Nesse sentido, Nascimento (2003) cita a seguinte reportagem desse jornal:

[...] a rua 15 de Novembro é a “rua da alegria”, o ponto de convergência obrigatória da malandragem que ali se confunde até alta madrugada. É a rua 15 de Novembro, sem dúvida alguma, a de mais triste e célebre história de quantas existem em Passo Fundo. Aí está localizado o meretrício; e todo o mundo sabe que onde existem meretrizes existe desordem (p. 31).

O jornal *O Nacional* foi protagonista de uma acirrada campanha para a retirada da zona do meretrício da Quinze de Novembro na região central da cidade. Pode-se dizer que a campanha teve duas fases, sendo a primeira em 1949 e a segunda em 1955, por ocasião da proximidade das comemorações do centenário da cidade. Durante as campanhas, as frequentes notícias sobre a violência daquele espaço ajudaram a construir a representação da Quinze como um lugar de violência. O jornal também passou a publicar inúmeras denúncias sobre a rua na já citada coluna “O que o povo reclama”. Títulos como *Tragédias na Zona do Meretrício* (13/01/55, p. 1); *Nova cena de sangue na zona* (11/02/55, p. 1); *Desferiu oito facadas no craneo da mulher* (29/03/52, p. 4); *Tentativa de estupro na zona do meretrício* (23/01/51, p. 4), entre outros, são exemplos dessas divulgações. A Quinze de Novembro ganhava assim destaque com frequência nas páginas policiais do referido jornal, conforme podemos observar nas matérias abaixo:

Dia a dia vai crescendo o número de vadios nessa cidade, principalmente nos bairros e na zona do meretrício [...] (*O Nacional*, 11/08/1953, p. 3).

Dois arrombamentos na cidade. Às 22 horas do mesmo dia, compareceu à delegacia o sr. Delfino Bueno dos Santos, residente à rua 15 de Novembro, comunicando que o indivíduo Miguel Lopes arrombara a porta de sua residência e tentou estuprar a menor e.s de 6 anos de idade, a qual foi logo socorrida pelo denunciante (*O Nacional*, 17/08/53, p. 4).

Essa imagem da violência também aparece nos relatos dos entrevistados, embora essas narrativas apresentem, às vezes, aspectos contraditórios, especialmente nas falas de antigos moradores da rua, que carregam também a memória de seus pais, parentes e vizinhos mais antigos. Essas narrativas expressam tanto a memória da experiência vivida naquele espaço com uma significativa carga emocional como aquela construída sobre o mesmo local pelos “de fora”. Assim, a rua Quinze aparece ora como espaço de relativa tranquilidade, ora como de violência. Se aplicarmos o conceito da relação entre *estabelecidos e outsiders* de Elias (2000), podemos questionar o quanto esse estigma da rua, enquanto local de violência, foi construído pelos grupos dominantes da sociedade formal e assumido pelo grupo *outsider* da Quinze na construção de sua própria autoimagem. Não queremos afirmar com isso que não houvesse violência no local, mas se pode questionar o quanto a violência existente não estaria relacionada, em parte, à aceitação dessa autoimagem negativa.

Dois antigos moradores de rua nos anos 1950, quando já estava em andamento a campanha para a retirada da *zona* da Quinze, ao serem perguntados sobre a existência de violência no local, deram os seguintes relatos:

[Era] Tranquilo. Não tinha nada. Alguma encrenca dava por causa de amante de mulher com amante e amante de outro. Senão, briga, assim por nada, não tinha briga. A troco de nada, não tinha briga. Que nem hoje, que qualquer coisa tão se matando. Por qualquer coisinha tão se matando. Que nem esse guri que eu vi – se é verdade eu não sei – que matou outro guri por causa de uma janela que estava aberta. Não sei se é verdade isso... agora essa semana. Naquele tempo não tinha. Por nada não brigavam. Às vezes se ‘pegavam no cacete’, se enchiam de tapa e depois saíam abraçados: “vamos tomar um trago”. (Sr. Vitor)¹⁴

¹⁴ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 15/12/2015.

Eram tempos muito difíceis; inclusive ele tinha que trabalhar armado [pai]; ele tinha dois revólveres por incrível que pareça: um ele usava na cintura e o outro do lado do caixa, nem era caixa, era tipo umas gavetas, onde guardava o dinheiro. Então, na época, quase todo mundo andava armado. Noventa por cento da população tinha um revólver em casa. O pai tinha dois: [...] que ele dizia que era o melhor. Eu me criei vendo aquelas armas, que felizmente ele nunca precisou usar. Se lidava com todo o tipo de pessoas aqui, vinham pessoas de toda a parte do Brasil por causa do Cassino. Vinham os bons e vinham os maus também né? Como tinha os bons aqui na cidade, então tinha que trabalhar prevenido. (Freitas)¹⁵

[...] como eu disse antes, minha mãe dizia: as pessoas podiam caminhar na rua, outros dizem que não, que não dava para descer aqui para baixo que era só fuzarca e confusão; então o que eu vou te dizer? Eu não sei, não frequentei essa época, não vivi, estou contando o que minha mãe contava, que havia um respeito; como ela falou isso, eu acredito. (Freitas)¹⁶

Se a zona do meretrício marca a fronteira entre o mundo organizado e desorganizado, no interior desse espaço o controle da desordem era atribuído à polícia do mundo externo. Os policiais, que eram, muitas vezes, clientes das casas, acabavam sendo os principais promotores da violência, porque detentores de um poder de força desigual em relação aos demais. Na Quinze de Novembro atuava uma patrulha policial, responsável pelo policiamento do local. Tanto os relatos orais como as notícias no jornal *O Nacional* informam sobre atos violentos cometidos pela *Patrulha*, desde espancamentos de elementos suspeitos até a responsabilidade por algumas mortes na *zona*. O caso mais destacado foi o espancamento até a morte de um jovem de 24 anos conhecido como Herodes em 13 de março de 1949, que será estudado em outro artigo do presente livro. Os relatos orais também se referem à atuação da *Patrulha*:

Bem, a violência sempre existiu, principalmente nesse meio aqui, a própria *zona*. Como falei anteriormente, as pessoas – noventa por cento da população – andavam armadas. A patrulha era muito rigorosa, e o delegado era o Serafim de Melo, um homem muito enérgico, impunha respeito. Ocorriam vários crimes e ficava por isso mesmo, não se investigava, morriam as pessoas, se enterrava e ficava assim mesmo. O Serafim de Melo deixou história aqui em Passo Fundo; um homem também muito rigoroso, andava armado com um revólver, uma espada. Um homem alto e forte, e as pessoas temiam muito, né? Tinham medo dele: olha, vem o Serafim aí! E já era o suficiente para

¹⁵ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 12/12/2015.

¹⁶ Idem.

o pessoal se mandar do local, né. E a patrulha era apoiada pelo delegado, então fazia o que queria. (Freitas)¹⁷

Conforme já descrito acima, a Quinze de Novembro abrigava casas luxuosas, frequentadas pela elite masculina da cidade e outras de nível inferior, que atendiam uma diversidade social mais ampla. Entretanto todos os estabelecimentos integravam o espectro marginal da cidade, o espaço não formal, no qual indivíduos masculinos cruzavam frequentemente a fronteira entre o lícito e o ilícito, constituindo-se num lugar que Nascimento (2003) chamou de alternativo, onde eram permitidos excessos, negados no mundo legal. A presença de representantes dos grupos dominantes da cidade nesse espaço demandava ainda mais a presença da polícia, cuja função, muitas vezes, era proteger e encobrir certas situações e personagens. É o que nos relata o Sr. Giovane ao ser perguntado se havia brigas nos estabelecimentos:

[...] Dava, mas a polícia acobertava tudo. E lá embaixo, no restaurante, tinha dois policiais fardados, pagos pelo cassino [...] E depois que saiu o cassino dali, fecharam várias lojas de comércio, lojas de coisas, adereços, pequenas coisas que tu compras pra chegar em casa: ‘ó mulher, fui comprar pra ti’. Mas o cassino inegavelmente foi um diferencial em Passo Fundo, e essa do trem é verdade isso. O trem internacional não chegava a chegar na barca, os caras já desciam ali e iam embora pra lá. Eles queriam dançar, queriam passar uma noite agradável e trouxe negócio pra Passo Fundo. (Giovane)¹⁸

Os relatos apenas ratificam o que ocorria em relação à prostituição no Brasil como um todo. Desde o século XIX, várias medidas vinham sendo propostas para regulamentar a prostituição, e coube à polícia um importante papel: reprimir e prevenir atos que afrontassem a moral e os bons costumes. Entretanto, no cumprimento desse papel que lhe foi atribuído, muitas vezes foram cometidos excessos, promovendo atos de violência e gerando reações contra os policiais.

A rua tinha suas fronteiras internas, que podem ser descritas pela distribuição geográfica dos estabelecimentos na rua. Conforme Nascimento (2003), existiam na Quinze de Novembro e seu entorno aproximadamente 41 casas de prostituição, desde as mais sofisticadas às mais simples.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 15/11/2015.

A partir de depoimentos orais, registros da polícia e imprensa, Nascimento (2003) elaborou um mapa da rua e adjacências, a partir do qual podemos extrair algumas referências. No centro da Quinze de Novembro (próximo à rua Independência), encontravam-se a “Casa da Olívia” – descrita como uma das maiores casas de prostituição da época –, a da “Maria Varga”, a da “Maria Preta” e o “Cassino Palácio”. Na quadra seguinte, havia três casas, chamadas de “Pensão da Elpídia”, usadas pelos frequentadores do “Cassino Royal” (NASCIMENTO, 2003, p. 38). Ao lado dessas vinham as casas da “Velha Maria” e a pensão da “Chicha”. Mais adiante, funcionariam uma casa de travestis e, em seguida, a casa de prostituição “Pé de Porco” e o prostíbulo “Toca da Onça”. No final da mesma quadra estavam a casa da “Maria Italiana” e a do “Joani”, essas de muito baixo nível. As diferenças hierárquicas entre esses estabelecimentos são descritas pela maioria dos entrevistados com o que segue:

Ah! O pé-de-porco era uma briga, aí ficava mais pesado o ambiente, porque bom mais ou menos era o Cassino, até a Independência. Ali tinha umas casas mais ou menos, passando da Independência, tinha a Elpidia, a Maria Vargas. Essas casas que tinham ali, depois subia até o Cassino, é o que tinha de bom. Mulher que se vestia bem, que se pintava bem, etc. e tal. E depois, da esquina da General Osório para baixo, tinha o Royal, que era meia-boca, entende? (Aldo)¹⁹

A relação dos nomes desses estabelecimentos revela a presença majoritária de mulheres como proprietárias e/ou como administradoras do negócio. Entretanto pode-se dizer que a Quinze de Novembro era um espaço público voltado para uma clientela masculina. Na rua, eram os prazeres masculinos que se buscava atender. Porém era também um espaço de manifestação do poder feminino. As “donas de casas”²⁰ mantinham a ordem e estabeleciam as regras dos estabelecimentos e mesmo da rua. Nesses espaços, os homens submetiam-se às suas regras, mesmo que o fim último fosse a obtenção de seu próprio prazer. A *zona* funcionava como um microcosmo da sociedade – masculina –, porém lá organizada por elas. Os relatos enfatizam o empenho dessas mulheres em manter a ordem e seu poder.

¹⁹ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 15/12/2015.

²⁰ Expressão utilizada pelos entrevistados para definir as cafetinas. Donas dos bordéis que tinham o controle sobre as prostitutas.

Por isso que diziam que passava uma menina, como eu já vi: passavam duas, três meninas e elas [donas das casas] saíam na rua e diziam: “ó, isso aqui não é lugar pra moças. Vocês vão lá por cima, pela outra rua, porque aqui não é lugar pra vocês, não é lugar pra moças”. Então, eles usavam do respeito. E eu vivi aqui, aí no meio deles. Pra lá, pra cá, Dona Olívia, eu ia comprar coisas pra ela. A Dona Eupídia, eu ia comprar coisas pra ela. Era assim. Entrava nas casas de todas, sem problema nenhum. (Vitor)²¹

A mãe sempre dizia que havia um respeito, se transitava aqui como se estivesse transitando em qualquer outro lugar. Respeito que eu digo por parte das mulheres. Não ficavam ali na sacada largando piada, mexendo com as pessoas que passavam. Se mantinham no interior de suas casas. Que a gente às vezes vê em filme ou em outros lugares, que as mulheres ficam nas janelas chamando homem. Mas diz que aqui não. Ocorria tudo interno. As pessoas frequentavam o Cassino, tudo bem, as outras que tinham casas que alugavam quartos, mas não havia isso das mulheres estarem nas janelas chamando as pessoas para frequentar o local. (Freitas)²²

As cafetinas parecem, dessa forma, boas administradoras de seus negócios, para o qual eram necessárias habilidades “diplomáticas no relacionamento com os fregueses, sutileza, absoluta discrição, informações sobre os homens e suas preferências, jogo de cintura no seu relacionamento com as pensionistas” (RAGO, 1991, p. 174), sobre as quais mantinham uma relação de controle e exploração. Diferente das outras mulheres, elas participavam do mundo público dos negócios, onde “se relacionavam com homens influentes, dos quais conheciam segredos íntimos” (RAGO, 1991, p. 176). O maior exemplo do poder exercido por essas mulheres em Passo Fundo é a fama atribuída a Maroca, identificada como Isaldina Rodrigues.

Então ela trazia essas mulheres e ela condicionava o gerente dela, ou a gerente, ou o gerente, ali do cassino, que as mulheres tinham que beber pra fazer o par também bebê. Mas ela impunha, veja a ideia, que elas não podiam ficar bêbadas. [...] quando chegava determinado ponto, elas chegavam: ‘olha, seu filho não tá passando bem, senhora, tão te chamando lá em casa’, para ela se retirar pra não dar vexame [...]. Então essa casa começou a se tornar famosa dessas mulheres que ela trazia da França, do estado de São Paulo. Então essas mulheres ficavam nas mesas ou chegavam na mesa, onde tinha um ou dois rapazes sentados, pediam licença, sentavam e de cara já perguntavam ‘um uísquezinho e ela assim e tal’. Então não tinha uísque coisa nenhuma. Tinha água mineral ou guaraná, mas o preço era cinquenta pila, cinquenta reais a dose. Então quer dizer, o lucro dela na realidade era

²¹ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 15/12/2015.

²² Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 12/12/2015.

das moças bonitas, vistosas, boa aparência e boa conversa. Elas selecionavam nesse sentido, tinham um grau de cultura do médio pra cima, então quer dizer, ela não era simplesmente uma prostituta. Então lá dentro era respeitada, o cara ficava aguçado e pagava a ida né? E depois chegavam lá, pagava a casa, também o quarto. Então virou um negócio realmente e realizou-se, então começou a aparecer concorrência, né? (Giovane)²³

Então a Maroca ganhou muito daquela população e ganhou tanto, que ela tinha um número muito grande de afilhados e afilhadas, que, de acordo com as Glostoras me comunicaram, que ela fazia questão de presentear. Dizem que, quando chegavam as datas propícias de presentes, ela sempre tinha um acervo de coisas de coelhinho da páscoa ou coisas natalinas para dar. [...] E a Maroca também era muito religiosa; ela sempre colaborava com a festa de São Miguel e levava as meninas junto, mesmo a contragosto de algumas madames. (Walter)²⁴

Nesse sentido, podemos dizer que na Quinze de Novembro as fronteiras entre os papéis sociais tradicionalmente atribuídos aos gêneros feminino e masculino também eram frequentemente ultrapassados, evidenciando a tolerância da sociedade nesses espaços, pois geográfica e socialmente demarcados por outros critérios, ou seja, a exclusão já é dada *a priori*: em relação às mulheres “desonestas” que o habitam ou à sua localização geograficamente demarcada na cidade. Esses pressupostos encontram respaldo nas teorias positivistas de Lombroso²⁵ no início do século, que consideraram a prostituição o lado feminino da criminalidade (RAGO, 1991, p. 146). Estando sua sexualidade destituída do sentimento materno, considerado natural, elas automaticamente encontravam-se no espectro da anormalidade. A essas mulheres era permitido o exercício de papéis negados às mulheres da sociedade tradicional, pois elas não eram consideradas “normais”, mas portadoras de uma “loucura moral” (RAGO, 1991, p. 160). Esse estigma, imputado pelos grupos dominantes da sociedade patriarcal, mantinham demarcada a fronteira entre os universos masculino e feminino nas zonas de prostituição.

²³ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 15/11/2015.

²⁴ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 10/12/2015.

²⁵ Criminologista positivista italiano do século XIX, cujas ideias tiveram muita influência na Europa e no Brasil. Associava características físicas aos perfis mentais dos criminosos. Seus estudos também foram usados para definir as prostitutas na medida em que essas eram consideradas criminosas.

As fronteiras de gênero não se limitavam ao binarismo feminino/masculino. Nesse espaço, as fronteiras da heteronormatividade também eram frequentemente atravessadas. Aqui encontramos os maiores esforços no sentido de apagamento da memória. Se a *zona* era um *mal necessário* para salvar a honra das filhas e cultivar a masculinidade, porém mantendo sempre a distância adequada da boa sociedade, o homossexual seria uma ameaça ao cultivo dessa mesma masculinidade. A manutenção da fronteira entre o masculino e o feminino aparece na figura do homossexual como uma ameaça.

A maioria dos relatos sobre a Quinze nega, em geral, a existência de casas específicas e/ou de homossexuais que se prostituíssem naquela *zona*. Entretanto um personagem é lembrado em todos os relatos: o Flores. Mas ele é, nas narrativas, uma figura isolada e estereotipada. Sua sexualidade não aparece nas memórias, mas, sim, suas qualidades masculinas, “apesar de ...”. Assim o Flores foi, por muito tempo, o gerente e o apresentador dos shows do *Cassino Palácio*. Segundo relatos, ele forjava um sotaque espanhol para apresentar com efeito cenográfico os espetáculos da noite. Era também uma espécie de segurança do Cassino. Ex-sargento, é descrito como alto e forte, que mantinha os desordeiros e bêbados afastados, usando, se necessário, a força. Essas informações podem ser extraídas dos relatos dos entrevistados, conforme abaixo:

Olha, na época o homossexual era uma raridade. E o Flores não era o único, tinha mais um, como era o nome dele... mas era de categoria [sinal para baixo]. O Flores, ele era um, o que melhor se vestia dentre todos os homens, ganhava até do prefeito, de se trajar, naqueles trajes brancos de linho, sapato branco, aquelas gravatas bem vistosas [...] ele vinha aqui no centro e almoçava e todo o mundo conversava: “Ó o Flores” e tal, e ele fazia questão de cumprimentar um vereador, cumprimentar um médico, e isso e aquilo, ele se dava muito valor, mesmo sendo homossexual, no caso né, ele se dava muito valor e ele não andava escondido porque era um escândalo na época, Deus o livre! Não, ele andava aberto e tornou-se tão famoso como a própria rua Quinze [...]. Ele dava também uma de policial, assim, porque ele era ... “opa”, o pessoal tinha um medo dele, ele era boxeador né? E quando ele via lá que tinha algum rapaz, alguma coisa, se excedendo na bebida e querendo pegar meio forçado e a mulher não aceitando tudo, ele chegava: “Vem cá, sai, sossega e deixa essa mulher” e pá e pá. Quando eles viam que era o Flores, todo mundo se entregava. (Marcos)²⁶

²⁶ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 03/03/2016.

As histórias sobre o Flores, em geral, não comprometem o mundo masculino. Alguns narradores, inclusive, relatam que o Flores auxiliava na conquista das mulheres, servindo, muitas vezes, de “isca”. Essa sua função, declarada nos depoimentos, serve de justificativa para a livre e frequente circulação que parece ter tido esse personagem mesmo entre a elite masculina passo-fundense, conforme visto no depoimento citado acima.

[...] Eu quando ia a Porto Alegre, eu saía com ele. Ele chamava a atenção do mulhério, era um cara, na época, grisalho, cabelo crespo bem arrumado, sempre na pinta. Ah, eu saía, eu não saía sem levar ele de isca, entende? (Aldo)²⁷

[...] Eu vou falar uma coisa que eu não posso precisar, é o que eu ouvi de alguém: que o Flores conseguia arrumar mulheres. Chegava lá o Flores: estou de olho naquela loirinha, e ele ia lá conversar. Não vou lá conseguir. Só que depois ele conseguia que a pessoa tinha que ficar com ele, porque ele também era travesti, dizem. Eu arrumo, mas... depois tu fica comigo, é o que dizem, o que me contaram. Agora é uma pessoa querida, a mãe dizia que muito educado, muito gentil, todo mundo queria bem ele. (Freitas)²⁸

Mesmo durante a acirrada campanha promovida pelo *O Nacional* para a retirada da zona do meretrício da Quinze de Novembro, o Flores era citado como um elemento pacificador e colaborador das iniciativas do poder público local, conforme podemos observar na seguinte notícia do referido jornal:

Podemos dizer que o delegado de polícia já iniciou as démarches nesse sentido, havendo o Flores, dirigente de um dancing da zona, se comprometido a ser o primeiro a afastar-se e envidar esforços no sentido de levar consigo os demais interessados naquela zona (*O Nacional*, 16.02.1955, p. 4).

Embora, conforme dito acima, a maioria dos entrevistados diz desconhecer a existência de uma casa frequentada por homossexuais e travestis, o cruzamento dos depoimentos com as fontes jornalísticas indica a existência na rua Quinze de Novembro de ao menos uma casa destinada ou frequentada por travestis e homossexuais. É o que nos informa Nascimento (2003), que entrevistou um antigo comerciante da rua que afirma que alugava uma casa para os “rapazes alegres” (p. 30) que “se vestiam de mulher”. Segundo o entrevistado, a casa era “ocupada por rapazes que se vestiam para sair e fazer festa ou para receber amigos” (p. 30).

²⁷ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 15/12/2015.

²⁸ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 12/12/2015.

A ameaça representada pela presença desses elementos, no entender do grupo dos *estabelecidos*, pode ser atestada pelo fato da sua existência ter se tornado uma das justificativas para os defensores da retirada da zona do meretrício do centro da cidade, como podemos observar nos discursos do jornal *O Nacional*:

Os *dancings* Popular e Guarany, situados na chamada zona do meretrício, vinham se sobressaindo ultimamente pelas cenas indecorosas [...] pode comprovar a policia, imperava nos mesmos a prática do homossexualismo, em compartimentos superiores e especiais, constituindo fonte perene de escândalos. Tratava-se de elementos vindos de Porto Alegre, diretamente a esta cidade, que se entregavam desbragadamente à prática perversa, manchando negramente o bom nome da cidade. Comprovando a existência desses escândalos, o delegado de policia, sr. Joaquim Germano Melgaré, determinou o fechamento dos *dancings* Popular e Guarany [...] (*O Nacional*, 03/02/1955, p. 4).

[...] não satisfeitos com a frequência das meretrizes, mandarem vir elementos da escória porto-alegrense dados ao homossexualismo, para melhor satisfazerem aos apetites dos enfermos sexuais e tarados de toda a espécie, transformando ditas casas em antros nauseabundos e infames. Damos, por isso, todo o nosso apoio à medida do sr. Joaquim Germano Melgaré [...] (*O Nacional*, 04/02/1955, p. 4).

Considerações finais

Entendemos que a rua Quinze de Novembro em Passo Fundo se mostrou um espaço no qual diferentes fronteiras eram frequentemente ultrapassadas e/ou confrontadas. Fronteiras sociais, de gênero, geográficas e culturais. Onde as fronteiras são testadas, é também onde elas se reforçam no próprio jogo de adaptação e transformação que as mantém. Os estigmas são reafirmados nesse embate constante entre os *estabelecidos* e os *outsiders*, que, em última análise, conforma a permanência dos estigmas em relação aos grupos de menor poder e prestígio social, e, nesse caso, o estigma se mantém na atualidade em reação ao próprio espaço geográfico da rua *Quinze* na cidade. Essa pesquisa é, em parte, para entender essa questão.

Não sou passo-fundense. Estou na cidade há poucos anos, e quando cheguei, meu primeiro endereço foi a rua Quinze de Novembro, que, para mim, era completamente destituída de qualquer significado além do uso, ou seja, local da minha residência. Situação que começou a mudar à medi-

da que fui ouvindo os comentários sempre quando informava meu endereço. Fui me interessando cada vez mais pelas histórias contadas sobre a rua, depois pelas imagens pintadas pela artista plástica Ruth Schneider sobre o *Cassino da Maroca*. Fragmentos de memória que revelavam imagens sobre a rua e sobre o Cassino. Essas imagens passaram, aos poucos, a compor meu próprio repertório imagético, e a rua tornou-se, para mim, plena de sentidos. Adquiriu um significado histórico – tempo, lugar e vivência – que colocava o meu aqui-agora (uso) em conexão com o tempo histórico da rua.

As minhas impressões sobre esse espaço, cinquenta anos após as autoridades terem decretado a saída dos estabelecimentos daquele local, revelam a permanência de um imaginário específico sobre a rua. A vigência ainda de um estigma que se mantém sobre aquele espaço da cidade, visto ainda por muitos como *outsider*. O Sr. Vitor sempre morou naquela rua desde os anos 1950, sendo que ainda permanece no local ao lado do antigo *Cassino da Maroca*. Sobre a rua nos dias atuais ele diz:

A nossa rua sempre foi assim. Do jeito que vocês viram, sempre foi assim. É uma rua quase esquecida pelo prefeito. O policiamento de vez em quando passa. Sempre foi uma rua – não sei se por causa da zona ou se tem alguma assombração pesada. Uma rua pesada. Não que tenha assalto, roubo, mas a gente sente que é uma rua pesada. (Vitor)²⁹

Referências

- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- KANNENBERG, Vanessa; COSTA, Fernanda da. Tombamento de imóveis particulares acende polêmica sobre o patrimônio histórico do Estado. In: **Clic RBS**, 20/09/2013. Acesso em: 20 out. 2016.
- MALUF, Marina e MOTT, Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAES, Fernando A.; SEVEVCENKO, Nicolau (Orgs.). **História da Vida Privada do Brasil**. V. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

²⁹ Entrevista concedida em Passo Fundo/RS em 15/12/2015.

MEYRER, M. R. • “Quinze de Novembro – fronteiras da (in)tolerância”:
Passo Fundo (1945-1955)

NASCIMENTO, Márcia. **Prazer Marginal e Política Alternativa: A Zona de Me-retrício em Passo Fundo (1939-1945)**. 2003. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

NETO, Francisco Linhares Fonteles. **Vigilância, impunidade e transgressão: Face da atividade policial na capital cearense (1916-1930)**. Fortaleza: Ceará, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

O NACIONAL. 10 nov. 2010.

O NACIONAL. 16 fev. 1955.

O NACIONAL. 07 fev. 1955.

O NACIONAL. 03 fev. 1955.

O NACIONAL. 11 ago. 1953.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROHRIG, Daniel. **Nos embalos do Cassino da Maroca: Um pulo de 60 anos no passado para reviver a época de ouro das noites de Passo Fundo**. Passo Fundo: Nexjor – FAC-UPF, 2016. Disponível em: <<https://nexjor.atavist.com/nos-embalos-do-cassino-da-maroca>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SILVA, G. C.; COSTAMILAN, S. G. **Passo Fundo nome próprio feminino**. Passo Fundo: Titto's Artes Gráficas Ltda., 2001.

Dinâmicas econômicas de Passo Fundo na primeira metade do século XX. Alguns apontamentos

João Carlos Tedesco¹

Sinergias econômicas e mudanças sociais na primeira metade do século XX

O município de Passo Fundo, em seu amplo território², desde o período de emancipação até os dias atuais passou por vários ciclos econômicos. O extrativismo de pedras preciosas, a erva-mate e a madeira em primeiro plano; a agricultura de cereais (trigo, milho e soja) como consequência de um amplo processo de colonização e de apropriação privada da terra; a agroindustrialização, como estágio ampliado de múltiplos processos industriais em sinergia com os setores comerciais; a esfera dos serviços ligados à saúde e à educação contribuiu imensamente para a dinâmica econômica do município. A pecuária com seus campos de criar e o tropeirismo (mulas e gado) também registraram a importância de Passo Fundo principalmente no século XIX. A figura do estancieiro, grande proprietário de terras, era referenciada na época, e ele estava em sintonia mercantil com tropeiros, ervateiros, colonizadores, peões de fazenda, pequenos e grandes proprietários agrícolas

Madeireiras, moinhos, casas de comércio, pequenas indústrias metalúrgicas, olarias, matadouros, ferrarias e múltiplas agroindústrias artesanais marcaram época no município do início até meados do século XX. Após esse período, novos horizontes modernizadores em termos técnicos e infraestruturais

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

² Desse amplo território original de Passo Fundo constituem-se atualmente mais de 100 municípios.

turais produziram uma performance diferenciada, principalmente com as agro-indústrias, frigoríficos, metalúrgicas, redes e lojas de comércio de tecidos e confecções em geral, bem como de serviços mais profissionalizados nas áreas de saúde, educação e da esfera jurídica. Agroindústrias de banha, vinho, cereais e carnes aprofundaram, a partir da década de 1950, as relações entre os agricultores e os ramos do capital comercial e/ou industrial e também ampliaram redes de comércio e de interligação regional, tendo Passo Fundo como epicentro. São esses horizontes que, a partir de 1950, transformaram Passo Fundo num território de atração econômica regional, de modernização social e de referência em termos de sinergia produtiva e mercantil.

Os comerciantes, tanto do meio rural como do cenário urbano, sempre marcaram presença na história econômica de Passo Fundo. Nos anos 1930, por exemplo, o número de comerciantes cresceu de forma espantosa em Passo Fundo; havia, em média, um comerciante para cada 150 pessoas.³ Os que se destacaram nesse período foram descendentes de imigrantes alemães provindos de espaço de colonização desse grupo étnico⁴, juntamente com os luso-brasileiros. A partir das primeiras décadas do século XX, italianos, sírios, libaneses e palestinos ampliaram esse contingente a ponto de que Passo Fundo, em 1930, tornou-se o município de maior número de comerciantes do centro-norte do estado⁵; havia, na parte central da cidade, na Av. Brasil, quatro ou cinco quadras que eram denominadas de “quadras dos turcos”, pois havia muito comércio popular desses grupos que referenciamos. Os judeus, provindos, em grande parte, a partir de 1930, da Colônia de Quatro Irmãos, antigo território de Passo Fundo, também ampliaram o horizonte de comércio e comerciantes no meio urbano do município.

A estrutura ferroviária: o epicentro da dinâmica econômica

A estrada de ferro foi, a partir de 1898, um elemento de infraestrutura fundamental para a dinâmica econômica, demográfica e de modernização social do município. Sem dúvida, ela foi um divisor de águas; permitiu

³ ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 427.

⁴ XAVIER e OLIVEIRA, A. *Annaes do município de Passo Fundo. Aspecto histórico*. Passo Fundo: UPF Editora, 1990. 2 v.

⁵ ROCHE, 1967.

viabilizar a ligação com os mercados de outras regiões e estados. O trem no Brasil significava um tremendo avanço rumo à adequação ao mundo que se modernizava em termos técnicos, em produção e desenvolvimento econômico. A indústria da madeira, a moageira, os matadouros e frigoríficos, a rede de comerciantes, a pecuária, dentre uma série de outras atividades no município, tiveram na estrutura ferroviária a ponte necessária para a dinâmica produtiva e mercantil.

Além do setor industrial e comercial (de vários produtos e atividades, em particular o madeireiro), vários hotéis foram sendo construídos em Passo Fundo, alguns com expressão, como é o Hotel Internacional, o Hotel Avenida, o Glória Hotel e o Hotel Nacional, porém havia outros, inclusive em sinergia com a gare, pois estavam situados muito próximos, como é o caso do Petracco Hotel.

Figura 01: Petracco Hotel



1937 - Via de acesso à viação férrea, no início da Av. General Netto e da Rua General Canabarro. Em primeiro plano à direita, o Petracco Hotel, hoje sede da Caixa Econômica Federal.

O Petracco Hotel estava situado muito próximo da gare, otimizando a sua logística. A partir dos anos 1950, passou a chamar-se Planeta Hotel. Fonte: Czamanski. Ilustração cedida pelo Sr. Beraci Porto.

No âmbito econômico, nos primeiros anos, o trem transportava erva-mate, madeira, banha, trigo, milho, carnes, animais e outros produtos da

economia agrícola. Os grandes empreendedores do setor madeireiro entraram no ramo após a consolidação do tronco ferroviário por toda a região. Por isso que, no entorno da gare, estruturou-se um amplo horizonte sinérgico de serviços (em particular, hotelaria), de comércio (de várias modalidades) e de pequenas indústrias. Além desses elementos, a gare propiciou a ocupação de espaços urbanos no seu entorno. Ela cortou, abriu, percorreu e valorizou campos e matas com abundância de madeira de lei, necessária para a própria rede, para os colonos, para colonizadoras e comerciantes. Ao seu redor, esses últimos estruturaram suas vidas e seus estabelecimentos, valorizaram as terras, sendo as matas, aos poucos, substituídas pela agricultura de trigo e milho, com a conseqüente dinâmica da indústria moageira, da banha, da carne e do couro.

Nessa primeira metade do século XX, o trem exerceu a centralidade do transporte de mercadorias e de pessoas. Como já falamos, a indústria da madeira, situada em Passo Fundo e região, tinha no transporte ferroviário a sua grande alternativa. Grandes centros comerciais de madeira localizavam-se próximo das estações de trem, bem como no interior das estações de trem havia uma infraestrutura adaptada ao carregamento de madeira; muitos vagões eram adaptados para esse fim.

Figura 02: Madeireira das famílias Franciosi e Fossati



Fonte: Foto cedida pela família Franciosi

No retorno econômico (VBP – Valor Básico da Produção) de setores produtivos no município de Passo Fundo em meados do século XX figura a indústria da madeira como central. Sem dúvida, o trem propiciou grande parte disso.

Composição percentual do VBP da indústria de Passo Fundo – 1942 e 1953

Gêneros industriais	1942	1953	1970
Metalúrgica	7,50	3,11	0,96
Mecânica	-	2,14	9,54
Madeira	46,58	18,48	4,07
Alimentos	36,25	55,80	48,35
Bebidas	-	13,98	14,72
Química	1,13	–	7,79
Couro e peles	0,71	1,10	4,98
Demais gêneros	7,83	5,39	9,59
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: *Produção industrial* 1942, 1953 (s/d). Porto Alegre, FEE, apud Alonso (1989, p. 294)

Alguns moinhos ganharam destaque, pois se ligavam ao trem através de ramais e, inclusive, sendo instalados próximo da gare, como é o caso do Moinho São Luiz.

Figura 03: Moinhos São Luiz, de Busato Irmãos e Cia.



O moinho possuía ramal próprio para carga e descarga de vagões. Foto original de Aline Zen da Silva

Fonte: <https://www.facebook.com/FotosAntigasDePassoFundo/photos/p.907204232631444/>

O trem foi um fato marcante na vida econômica, social e cultural de Passo Fundo até a metade do século XX. Ele mudou a paisagem urbana e dinamizou as culturas rurais; exerceu uma grande função na lógica mercantil na medida em que auxiliava na mobilidade de mercadorias, intermediou seu circuito necessário em correspondência com os mercados consumidores; deixou traços na paisagem física e geográfica urbana, no ambiente construído e nas sinergias comerciais e de serviços. Sujeitos econômicos de grande expressão regional, como foi o caso de comerciantes, granjeiros, moageiros, hoteleiros e madeireiros, estiveram em sinergia com a estrutura férrea e marcaram a história econômica de Passo Fundo num ciclo produtivo que colocou o município num cenário de destaque, em particular no ramo da madeira e na cultura do trigo.

A produção agrícola e as agroindústrias

O primeiro ciclo agrícola nas primeiras décadas do século XX constituiu-se após a efetivação da ocupação da terra por pequenos agricultores migrados de colônias de outras regiões do estado. Nesse sentido, não podemos deixar de enfatizar que a agricultura de excedentes foi uma fonte econômica de fundamental importância para Passo Fundo desde as primeiras décadas do século XX. Essa realidade foi, primeiramente, auxiliada pela estrutura ferroviária, pela migração de agricultores policultores, pela ocupação produtiva das terras de matas e parte das terras de campo, pela existência, ainda que incipiente no início do século, de um mercado consumidor regional e de possibilidades de escoamento da produção.

Produção total e área cultivada dos cinco principais produtos agrícolas em Passo Fundo – 1950 e 1960

Produto	1950		1960	
	ton.	área (ha)	ton.	área (ha)
Milho	382.057	290.713	566.015	413.495
Trigo	127.267	176.291	171.783	283.836
Uva	30.662	4.962	64.361	8.844
Feijão	25.913	39.890	33.413	61.399
Soja	52	–	22.033	32.841

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1950 e 1960

– Dados inexistentes na fonte

O trigo e o milho (deste último advém a sinergia com a criação de suínos e a industrialização da banha, bem como a criação de gado leiteiro) passaram a ser elementos centrais. No início da década de 1930, o governo federal instalou em Passo Fundo um centro de pesquisa cujo objetivo era selecionar as sementes e obter assistência técnica para viabilizar melhoramentos, principalmente da cultura do trigo. No relatório da Estação Experimental de Passo Fundo do ano de 1940 consta que a referida tinha uma ampla zona de abrangência (em torno de 14 municípios), sen-

do a maior das zonas fisiográficas do estado em matéria de produção de trigo. Nessa área ampla de abrangência, o cultivo do trigo atingiu 258.617 hectares em 1957 e 201.500 toneladas de grãos em 1955, ou seja, produziram-se na região 25% do trigo do estado. A produção desse cereal envolveu pequenos produtores, colonos descendentes de imigrantes, pecuaristas e granjeiros.⁶

Parte das lavouras de pecuária extensiva foi canalizada para a produção de trigo. Nas décadas de 1940 e 1950, cresceu a indústria moageira de trigo em Passo Fundo, e o município figurava como o segundo maior produtor de trigo do estado, estando apenas atrás de Cruz Alta. O município de Passo Fundo registrava, na década de 1930, a presença instalada de 48 moinhos no meio rural e 17 no meio urbano. Segundo Verzeletti⁷, em 1938, entre sedes e distritos, havia em Passo Fundo 64 moinhos de trigo; esse número eleva-se ainda mais na década de 1950. Na região de Passo Fundo, havia em 1954 98 moinhos, sendo sua maior parte nos espaços de maior presença de migrantes de etnias europeias. Esse processo demonstra a forte presença dessa indústria artesanal na região como expressão da cultura do trigo e da grande demanda pelos produtos industrializados do mesmo.⁸ Passo Fundo foi sede, durante algumas décadas, de um complexo comercial e moageiro da família Busato (moinho, atacado de secos e molhados, varejo, representações e postos avançados de grandes grupos econômicos), Ughini, Dalla Mea, Lângaro, Milan, Biasus, Menegaz, Iaione, Nadal, dentre outros.

⁶ SCHILLING, P. O trigo. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 3 (1), p. 109-136, 1982, cit., p. 109.

⁷ VERZELETTI, S. C. *A contribuição e a importância das correntes migratórias no desenvolvimento de Passo Fundo*. Passo Fundo: Imperial, 1999.

⁸ Os moinhos de maior expressão existentes em 1950 no meio urbano de Passo Fundo eram J. Maraschin, Busato Irmãos & Cia., Moinho Dell Mea, Vva. Olívio Giavarina & Cia. Ltda., Moinhos Rio-Grandense, Nergílio Milan, Moinho de Joaquim Escobar.

Figura 04: Moinho Passo-fundense, safra de 1954-1955



Fonte: autoria não identificada. Acervo do Centro de Memória Bunge

A década de 1950 marcou um grande processo de transformação na agricultura brasileira; a referida esteve em adequação com a dinâmica impressa pela esfera governamental de industrialização. A agricultura expressou esse novo paradigma econômico no país. Nas décadas posteriores, houve grande investimento em aquisição de máquinas, insumos e implementos agrícolas, bem como uma redefinição produtiva. Houve um grande crescimento tanto de área como de produção da cultura do trigo entre os anos de 1950 e 1960. A indústria de máquinas e implementos agrícolas começa a se instalar em Passo Fundo a partir da década de 1960 em razão justamente desse dinamismo agrícola de tendência modernizante em termos técnicos.

Produção total e área cultivada de trigo na região de Passo Fundo em 1950 e 1960

Produto	1950		1960	
	Ton.	área (ha)	ton.	área (ha)
Trigo	127.267	176.291	171.783	283.836

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1950 e 1960

O trigo passou a ser plantado em grandes extensões, principalmente em terras de campo, ou seja, que até então eram destinadas à pecuária. Os pequenos produtores, que há tempo vinham produzindo o referido cereal, passaram a ganhar um parceiro desse período em diante, o granjeiro, em geral profissional liberal, morador e trabalhador urbano. Esse se caracterizou na região centro-norte do estado, em particular na microrregião do Planalto Médio, como um produtor modernizado, que incorporou, com intensidade, as políticas públicas para o setor agrícola, em particular as que estavam envolvidas com o trigo e, em meados dos anos 1960, com a cultura da soja. Os granjeiros romperam com o conservadorismo da pecuária tradicional, reorganizaram o processo produtivo pelo viés capitalista (produção de excedentes, tecnificação e insumização da agricultura) e romperam as formas pretéritas de apropriação da terra.

Em termos regionais, Passo Fundo, pelo fato de ser um grande cenário de produção de trigo e do contingente de granjeiros, não ficava de fora dos encontros e dos congressos que discutiam as questões em torno do mesmo. A cidade foi palco, por ocasião de seu centenário (1957), da 7ª Festa Nacional do Trigo e do 7º Congresso Nacional da Triticultura.

Estamos muito de acordo que no ano em que aqui se realizou a VII Festa Nacional do Trigo – 1957 –, seguindo o exemplo de outras cidades, houvesse por bem o ilustre odil passo-fundense mandar plantar trigo nos canteiros da Avenida Brasil, como que demonstrando aos forasteiros que aqui o cereal-rei medra até mesmo nas ruas da cidade.⁹

O novo modelo de produção agrícola implantado nos anos 1950, conhecido como “modernização agrícola”, atingiu em parte seus objetivos

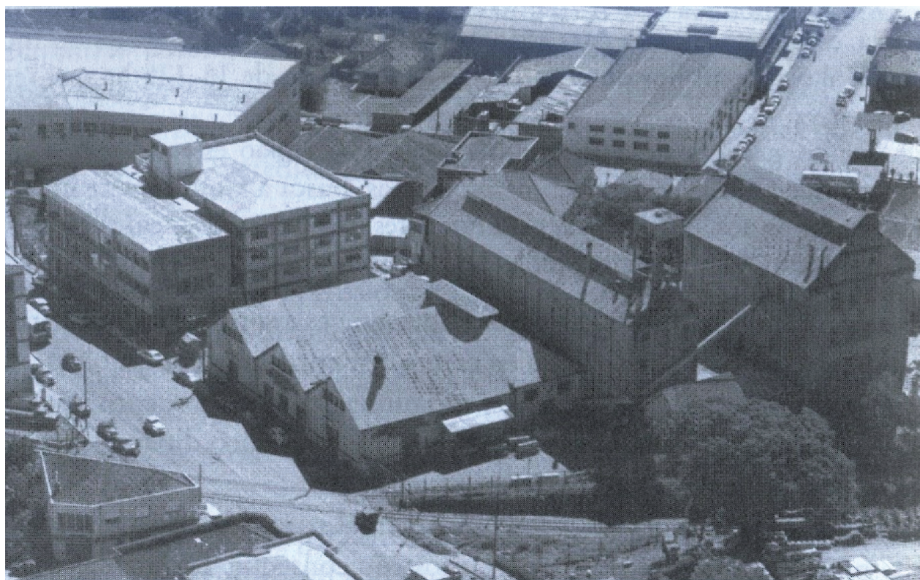
⁹ *Jornal O Nacional*. Passo Fundo, 14 ago. 1958, p. 2.

em Passo Fundo, ou seja, constituiu um parque agroindustrial, modernizou tecnicamente o setor agrícola, reestruturou a ocupação do espaço urbano, vinculou a agricultura aos processos da intersetorização, entre outras questões de cunho sociocultural. A estruturação cooperativista foi o elemento articulador e que promoveu a interligação de todo esse processo.

Por meio das cooperativas, o estado atribuía e delegava a elas a responsabilidade pela montagem da infraestrutura de armazenamento e escoamento da produção; ambos ficariam concentrados nela. Isso reduziria relativamente os gastos de circulação da produção, do investimento fixo com armazéns, máquinas para recebimentos, secagem e limpeza do grão, veículos para transportes, etc. Desse modo, o estado facilitaria as formas de aquisição dos grãos, pois era muito mais racional transacionar com as cooperativas do que com a miríade de agricultores isolados.

A Coopasso surgiu em 1955 nesse cenário de expansão da modernização produtiva das culturas do trigo e do milho. Em meados da década de 1970, ela foi considerada a segunda maior cooperativa do Brasil no setor agrícola; em Passo Fundo, por mais de duas décadas, foi a maior empresa.

Figura 05: Complexo administrativo da Coopasso na Av. Presidente Vargas em Passo Fundo



Fonte: foto cedida por Czamanski

Desse modo, a década de 1950 revelou ser um período de grande expansão econômica de Passo Fundo. Cooperativa, frigoríficos, comércio de máquinas agrícolas, moinhos dão o tom do processo produtivo e industrial; na parte central da cidade, lojistas ampliam seus negócios. Ambos estiveram ligados a empreendedores que, em geral, pertenciam a uma escala média urbana e que, nas suas relações com o processo de produção agrícola, com o sistema financeiro nascente em termos de fomento à industrialização, bem como aos incentivos creditícios, souberam inserir-se num processo produtivo que deu grande expressão a Passo Fundo.

Evolução dos estabelecimentos, segundo o setor de atividades no município de Passo Fundo – 1908 a 1934

Estabelecimentos	1908		1934	
	n°	%	n°	%
Industriais	76	22,89	514	44,39
Comerciais	140	42,17	449	38,77
Prestação de serviços e autônomos	116	34,94	195	16,84
Total	332	100%	1.158	100%

Fonte: Adaptada de Xavier e Oliveira

Gêneros da indústria de Passo Fundo em 1960

Gênero	N° de estabelecimentos	Pessoal ocupado
Extração mineral não metálico*	53	175
Couros e peles	2	115
Alimentares	26	509
Madeira	40	344
Mecânica	2	-

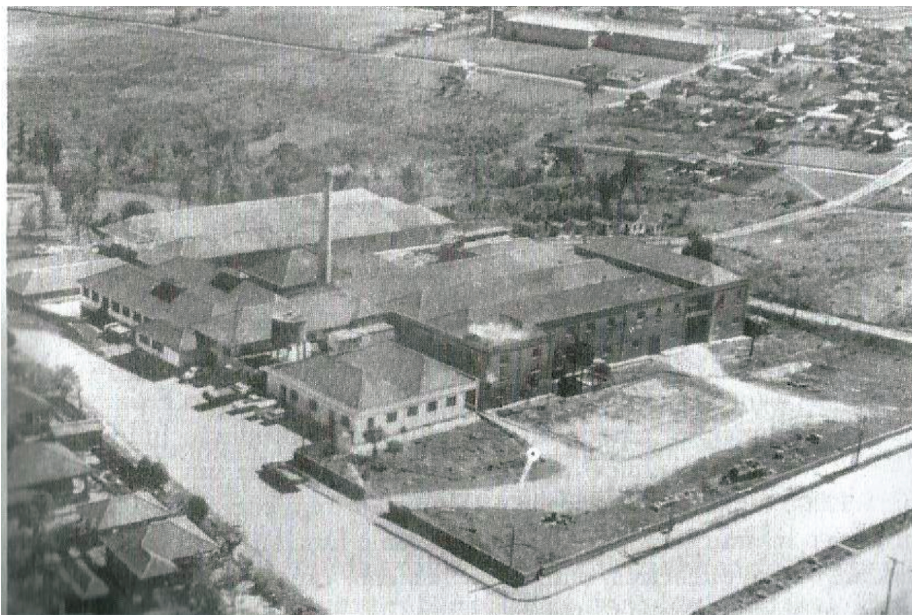
Fonte: IBGE. *Censo econômico* – Indústria, Rio Grande do Sul, 1960

*Essa variável caracteriza, em grande parte, as olarias.

A indústria frigorífica no município instalou-se em meados da década de 1950 e teve um papel fundamental na reconfiguração urbana com novos espaços habitacionais, novas vias e interligações, bem como intensa vinculação com o meio rural. Além da ligação com a produção de milho e a cultura do suíno como decorrente, havia muitas olarias no meio rural de Passo Fundo no período. Muitos comerciantes e produtores de suínos do norte do estado e mesmo do oeste de Santa Catarina vendiam porcos nos frigoríficos da cidade e retornavam com os caminhões carregados de telhas e tijolos produzidos no meio rural de Passo Fundo.

Nesse sentido, ampliaram-se os vínculos entre agricultura e indústria urbana. No município de Passo Fundo, por exemplo, em 1940 foram abatidos 29.512 suínos e, em 1950, 25.508. Nessa última década, o município esteve em quinto lugar no estado no abate de suínos. Em 1950, produziram-se 728 toneladas de banha, estando também em quinto lugar no estado.¹⁰

Figura 06: Vista área do Frigorífico Planaltina em 1966



Fonte: Adriano Ferrão

¹⁰ IBGE. Censos Econômicos de 1950 – RS. Rio de Janeiro, 1956, p. 80.

As regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul tiveram, nas primeiras décadas do século XX, uma grande expressão da indústria frigorífica, em particular de produção de banha e salame. Ela esteve em correlação com as imigrações italiana e alemã, com os comerciantes e com o setor de transporte (fluvial, ferroviário e rodoviário). Os imigrantes introduziram a diversificação agrícola e artesanal principalmente em torno da técnica para a preparação de carnes embutidas e curadas e da preparação da banha.

A urbanização em Passo Fundo esteve, nas décadas de 1940 a 1960, muito ligada aos processos produtivos rurais. A população rural constituía um mercado certo para as redes de comércio de todos os tipos situados no meio urbano do município.

As décadas de 1950 e 1960 foram um período em que houve várias emancipações de distritos que pertenciam a Passo Fundo; por isso houve uma significativa redução da população total presente no censo de 1960; não obstante esse processo, a população rural teve no período pós-1950 uma queda vertiginosa.

População total, urbana e rural de Passo Fundo entre 1900-1960

Anos	Total	Urbana	Rural
1900	21.374	-	-
1920	65.000	6.000	59.000
1940	80.138	20.584	59.554
1950	101.887	31.229	70.658
1960	93.179	50.559	42.620

Fontes: Fundação de Economia e Estatística. *De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul – Censos do Rio Grande do Sul 1803–1950*. Porto Alegre, 1981; IBGE. Censos Demográficos, 1950 e 1960

O fenômeno da urbanização em Passo Fundo tornou-se intenso e foi expressão desse processo todo das décadas de 1950 e 1960. A urbanização acelerada provocou alterações no espaço geográfico, contribuindo para a ocupação de novos espaços nas áreas não centrais da cidade, levou à instalação de estabelecimentos comerciais e industriais e de assentamentos ha-

bitacionais em vilas e bairros. A urbanização, em grande parte expressa pelo adensamento populacional, deve ser entendida na sua ligação com o meio rural. Grande parte do adensamento populacional de Passo Fundo é fruto de um processo de migração do meio rural regional, consequência do processo de modernização agrícola, da concentração e valorização das terras, da atração do meio urbano e seu mercado de trabalho. Diante disso, podemos dizer que a zona urbana de Passo Fundo poderia ser considerada um atrativo para os agricultores desanimados com as precárias condições do meio rural, pois, até meados da década de 1960, havia falta de energia elétrica, de escolas e uma grande dificuldade de acesso à cidade, além dos problemas acarretados pelo processo de modernização agrícola.

Enfim, na primeira metade do século XX, desenham-se o perfil e a configuração histórico-econômica de Passo Fundo. Múltiplas circunstâncias e contingências se fizeram presentes, diversos sujeitos sociais e econômicos empreenderam ações; fatos históricos e condições infraestruturais permitiram o desenho de alguns dos processos que marcaram essa época. Sem dúvida, a ferrovia, a produção agrícola, os vários ramos industriais ligados à agricultura, os comerciantes rurais e urbanos de várias matizes e atividades, os agentes e administradores públicos que tiveram visão do bem comum e das dinâmicas da história e da sociedade brasileira, as interligações regionais, nacionais e internacionais que o trem propiciou, as redes de comércio urbano e a migração de pessoas, dentre outros aspectos, tornaram Passo Fundo uma grande referência no período. Porém nem tudo se deu harmonicamente e sem exclusão de grupos sociais. A história nesse período registra inúmeras questões ligadas à propriedade da terra, envolvendo indígenas, pequenos camponeses, trabalhadores urbanos, que, de uma forma ou de outra, sentiram-se expropriados, subalternizados e excluídos das dinâmicas que a sociedade da época apresentava. O tecido urbano de Passo Fundo também teve sua espacialidade redimensionada em razão das condições econômicas dos grupos sociais, da exclusão e migração de grandes contingentes de pequenos produtores, posseiros e peões de estâncias do meio rural. Nesse período em questão, Passo Fundo revelou a intensificação das contradições sociais produzidas pelas dinâmicas econômicas, produtivas, étnico-culturais da sociedade capitalista mais geral.

Ruth Schneider e as janelas do Cassino: o dilema de olhar e ser olhado

Aline do Carmo¹
Jacqueline Ahlert²

Introdução

Ruth Trelha Schneider, pintora, gravadora, desenhista, autodidata, nasceu em Passo Fundo em 08 de maio de 1943, onde cursou o Ensino Fundamental, posteriormente mudando-se para Porto Alegre/RS, cidade em que permaneceu até seu falecimento no dia 23 de dezembro de 2003.

Em meados de 1970, começou a frequentar o Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre, estudando pintura, inicialmente com o professor Paulo Porcela, pintor passo-fundense que era instrutor de pintura no atelier. Esse local também oferecia palestras sobre arte e literatura com artistas convidados do cenário nacional e mantinha ainda uma pequena galeria de arte. Logo após, conheceu o professor Fernando Baril, porto-alegrense, pintor e desenhista, que teve grande influência em suas criações estéticas posteriores. Paralelamente aos estudos realizados na década de 1970, iniciou atividades docentes, integrando em 1982 o Grupo Pigmento, formado por artistas interessados em dar continuidade aos estudos iniciados no curso de Baril.

Ruth Schneider explorou as temáticas vinculadas à representação do ser humano. Na série *O Cassino da Maroca*, notam-se várias figuras humanas, figurações que formam uma galeria penetrante induzindo ao desvelo da alma alheia. A artista representa os desvãos da alma, por onde seus personagens se deixam levar. Tal constatação reforça a ideia de que a arte,

¹ Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professora da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: acarmo@upf.br.

² Doutora em História pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: ahlert@upf.br.

além de um modo de conhecimento e de expressão, é também um modo de construção simbólica histórica e social.

Traços fortes e pesados, combinados às cores contrastantes da palheta da pintora, contam a história de um cassino e suas abrangências sociais, sem o intuito de que as obras fossem consideradas “belas” – no sentido clássico do termo –, mas que também funcionassem como uma crítica à sociedade da época. Conforme Pareyson, esse fazer característico da arte não se reduz a uma operação genérica, uma vez que está intimamente associado à criação, ou seja, a um fazer que inventa igualmente o modo de fazer, de maneira que “a atividade artística consiste propriamente no *formar*, isto é, exatamente num executar, produzir e realizar que é, ao mesmo tempo, inventar, figurar, descobrir” (1989, p. 32). Nesse sentido, as escolhas estéticas para a representação dos personagens que Ruth recriou estão carregadas de sentido e expressividade. Quase caricaturais, os homens e mulheres imaginados pela artista constroem-se de traços expressionistas, mais atentos às emoções e subjetividades do que à realidade objetiva de sujeitos inseridos em tais ambiências.

Suas representações compunham-se com a técnica da pintura a óleo, constituída por camadas de tinta preparadas a partir de pigmentos coloridos, fixados por intermédio de um meio oleoso (óleo secativo como óleo de linhaça, de nozes, de papoula, etc.), que, com o passar do tempo, forma um retículo tridimensional, mantendo coesos a camada de pintura e os pigmentos presentes, dando a eles uma textura em relevo. Majoritariamente, o suporte eleito era madeira em diversos formatos, espessuras e acabamentos.

Para Ruth Schneider, a expressão do quadro precisava ser autêntica em sua relação autor-espectador. A obra de arte deveria, assim, “conversar” com aquele que a olha. Lê-se em seus relatos pessoais que “o ‘belo’ teria que ser sentido e vivido pelo artista. Como modo essencial de compreender a própria vida, reinterpretado e revivido pelo espectador da obra” (Arquivos do MAVRS).

A gênese da série *O Cassino da Maroca*, criada durante a década de 1980, pode representar um momento no qual a memória do artista é reelaborada, servindo como recurso para uma narrativa imaginada. Ruth Schneider relata como surgiu o conceito para suas ideias, que, de início, constituíram-se apenas de memórias. Sua avó Ida, lavadeira do Cassino, e

seu Antão, taxista, que prestava serviços de transporte para clientes do local e para a proprietária Maroca, contavam-lhe o cotidiano de personagens repletos de vozes e leituras que Ruth expôs nas telas.

As figuras representadas por Ruth são provenientes do imaginário criado a partir das histórias que ouvia sobre o Cassino Palácio, depois conhecido como *Cassino da Maroca*. O local, frequentado pela elite, expandiu-se no contexto do contrabando de pneus, negociações de “importação-exportação” em que o Brasil fornecia pneus em troca de farinha de trigo trazida da Argentina. Nesse vaivém de “negócios”, Maroca teve condições de contratar dançarinas renomadas para apresentar-se em seu palco, brasileiras e argentinas, mulheres que do lado de dentro das janelas despertavam a curiosidade, imersa na relação dicotomia de rejeição e admiração dos moradores de Passo Fundo.

A arte na interface entre a memória e o imaginário

A discussão do significado das imagens traz algumas questões fundamentais: Significado para quem? Quando é arte? Como se constrói o significado? No que tange à interpretação de obra plásticas, além dos questionamentos supracitados, o contexto social e histórico é de suma importância. Os sentidos passíveis de serem apreendidos na obra “Da Janela nº 13” (Figura 1) estão condicionados às interlocuções entre a memória e as características artístico-expressivas de Ruth Schneider, somados à dinâmica socio-cultural, política e econômica de Passo Fundo entre 1940 e 1950.

A sociedade que presenciou o auge do Palácio Cassino manteve com o cabaré uma relação ambígua, permeada de (pré)conceitos, formada por indivíduos influentes e personagens submissos. Um local de lascívia e integração social muito apreciado na cidade.

O conjunto de relatos autobiográficos sintetiza grande parte da vida da artista não apenas no que toca a assuntos pessoais; detalha também o apuro com que trabalha a técnica e a linguagem utilizadas nas obras. É importante notar que, desse modo, tem-se não o que ela era, mas como se projetava e, sobretudo, o que pretendia que o leitor pensasse sobre ela. Um traço de sua personalidade desprendida é posto ao lado da avaliação que

faz de sua arte, encontrando ainda espaço para ironizar com humor e expressionismo as suas memórias.

Segundo Manguel, “qualquer que seja o caso, as imagens, assim como as palavras, são a matéria de que somos feitos” (2001, p. 21). Ainda conforme o autor,

construímos nossa narrativa por meio de ecos de outras narrativas, por meio da ilusão do autorreflexo, por meio do conhecimento técnico e histórico, por meio da fofoca, dos devaneios, dos preconceitos, da iluminação, dos escrúpulos, da ingenuidade, da compaixão, do engenho. Nenhuma narrativa suscitada por uma imagem é definitiva ou exclusiva, e as medidas para aferir a sua justeza variam segundo as mesmas circunstâncias que dão origem à própria narrativa (2001, p. 28).

A temática de Ruth Schneider, tendo o humano como centro de suas atenções, concentra-se num levantamento baseado na memória afetiva, leva os episódios à condição próxima da mitologia regional do sul do Brasil. Contudo as emoções populares e seus fantasmas, sublinhados por imagens rústicas, sintéticas e de certa forma ingênuas, jamais remetem para o folclórico ou para o simplório.

Em suas pinturas, as histórias, ainda que fantasiosas, são coerentes com a ambiência que lhes deu origem e induzem a relacionar fatos passados a uma contextualidade atual, expondo repressões e preconceitos, ícones importantes para o processo de significação proposto neste estudo.

Compreende-se que obras de arte são expressões simbólicas no sentido em que encarnam significação. Danto acrescenta que o processo de *significar* em artes plásticas

consiste em identificar estas significações e explicar o modo de sua encarnação. Assim concebida, não é outra coisa que o discurso de fundamentos, fato que toma parte definidora do mundo da arte, segundo a teoria institucional: ver uma coisa como arte é estar pronto a interpretá-la quanto à sua significação e quanto à sua maneira de significar (1996, p. 63).

No livro *O que vemos, o que nos olha*, a experiência visual vai sendo construída a partir de duas constatações, segundo seu autor Didi-Huberman (1998). A primeira ideia é que as imagens são ambivalentes, isso causa inquietação no observador. A segunda constatação é que o ato de ver sempre abrirá um vazio invencível. O que fazer diante desse “vazio” que inquieta? Didi-Huberman detecta duas atitudes: a do homem da crença (que quer

ver sempre alguma coisa além do que se vê) e a do homem da tautologia (que pretende não ver nada além da imagem, nada além do que é visto). Para o autor, somente uma “experiência visual aurática conseguiria ultrapassar o dilema da crença e da tautologia” (1998, p. 169).

O autor sugere uma “antropologia da forma” na qual as virtualidades da “forma com presença” impõem suspeitas à segurança tautológica. Com isso a obra “Da Janela nº 13” (Figura 1) parece dar-se ao olhar não apenas como um objeto específico, cuja forma com janelas abertas deveria, portanto, ser autorreferencial. Ao ficar em frente ao quadro, parece surgir ao olho quem bisbilhota as dependências internas do Cassino uma sugestão de que alguma outra coisa poderia de fato nele estar guardada; essa “suspeita de que algo falta ser visto se impõe doravante no exercício de nosso olhar, agora atento à dimensão literalmente privada, portanto obscura, esvaziada, do objeto” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 119).

É sobretudo ao explorar esse aspecto da forma dos objetos que Didi-Huberman dá visibilidade a uma dialética do olhar, enunciada pelo título de seu estudo:

O ato de ver não é o ato de uma máquina de perceber o real enquanto composto de evidências tautológicas. O ato de dar a ver não é o ato de dar evidências visíveis a pares de olhos que se apoderam unilateralmente do ‘dom visual’ para se satisfazer unilateralmente com ele. Dar a ver é sempre inquietar o ver, em seu ato, em seu sujeito. Ver é sempre uma operação de sujeito, portanto uma operação fendida, inquieta, agitada, aberta. Entre aquele que olha e aquilo que é olhado (1998, p. 77).

As ambiguidades do olhar marcam as pinturas da série sobre o cassino. São olhares que estão no âmbito da artista como autora, da temática como inspiração e do espectador como memória e imaginário no inevitável anacronismo da leitura de uma obra de arte. Ruth coloca o seu olhar sobre as representações engendradas pela memória e pela subjetividade do olhar de outros, pelas narrativas daquilo que selecionaram guardar. No que tange ao tema das janelas, há o olhar de dentro e o de fora através de vidraças em que a própria moldura é metafórica às visões enquadradas e limitadas por universos distintos. Por fim, o espectador, intangível e longínquo, confronta seus olhares com as lembranças e imaginários construídos por histórias ouvidas e/ou vividas interpeladas pela representação pictórica de Ruth.

As narrativas nas pinturas demonstram um sentido histórico, não como um movimento contínuo, mas reconhecendo a recorrência dos ciclos e das ações. Num jogo de cores e formas enérgicas narra a presença, a posição e, de certo modo, os movimentos dos personagens que compunham e frequentavam a zona do meretrício naquela Passo Fundo de meados de 1940-50. Empregava, para isso, uma espécie de receita estética, composta dos seguintes elementos, como lembra Armino Trevisan (citado por SCHNEIDER, 1993):

1. um acúmulo de figuras, que formam grupos de dois ou três personagens ou se dispõem numa sorte de “multidão solitária”, vistosamente risível, ou em poses bufas; 2. um dinamismo gestual, sobretudo presente nas figuras femininas, sensuais e provocantes, contrabalançado pelo imobilismo masculino; 3. o uso de distorções, que sublinham os sentimentos das pessoas, conferindo-lhes ar caricatural; 4. enfim, um caligrafismo, lúdico e malicioso, que sobrepõe a tudo, transformando os quadros em cartas-cifradas repletas de apartes debochados (SCHNEIDER, 1993).

As obras de Ruth Schneider ilustram histórias imaginadas, enredos e personalidades reconhecidas pela autora: “Obrigada a essas pessoas que passaram em minha vida e essas personagens do meu Universo Pictórico, que não conheci, mas aprendi a amá-las e conviver com elas e, como dizia o poeta, ‘Ame o pecador e não o pecado’” (idem).

Não é possível distinguir com clareza os limites entre lembranças e percepção, e por isso observa-se que a segunda é “uma espécie de visão interior e subjetiva”. Afinal, a todo momento, é impregnada de recordações (BERGSON, 2006, p. 31). Na série *O Cassino da Maroca*, notam-se essas memórias sendo expressas de forma intuitiva.

Estas imagens de uma época romântica de pessoas contadas por meu padrasto, em tempos de criança, ficaram registradas no meu inconsciente e só nos anos 80 é que vieram à tona, saindo para fora todo aquele mundo de fantasia criado por mim, com as características fantasiosas de criança; para isso acontecer, foram anos de trabalho, de busca, em anos de Atelier livre com o professor Baril, aprendendo técnicas que me deram a segurança de botar para fora aquilo que nem eu sabia que tinha um tesouro guardado no fundo do poço (SCHNEIDER in Arquivos do MAVRS).

A memória parece configurar-se como a base para a concretização das percepções, funcionando como uma “costura” das percepções para formar um conjunto de elementos que culminarão na ação. Ao reconhecer essas imagens do passado, a percepção impele-as ao movimento, à ação no

momento presente, para fazer uso de sua experiência. Deve-se salientar que o corpo não é um depósito de memórias. Sua relação com elas dá-se pelo fato de ser ele quem “escolhe” quais lembranças devem emergir na consciência justamente por poder conferir-lhes utilidade e sentido na ação real em que se apresenta.

Como exposto anteriormente, existem vários filtros de memória na construção de personagens na série sobre *O Cassino da Maroca*. O primeiro filtro poderia ser o fato das narrativas serem recebidas/ouvidas na infância da pintora e reinterpretadas na vida adulta. Outro filtro relevante é que as memórias são de outras pessoas, que se transformaram em memórias dela. Mais um filtro seria a transformação dessa memória em representação artística e quais os significados dessas composições. Compreende-se que vários filtros de memória foram utilizados pela artista, como ela mesma conta em suas anotações:

Estes personagens que fizeram minha carreira ter sentido, como a Maroca, mulher respeitada e temida por todos aqueles que por lá passaram, no seu “Palácio Cassino”. Maria Bigode, pelo seu amor, corredor de baratinha. O cabareteiro Flôres – “Senhoras e Senhores, o Show vai começar”, em seu tipo atlético, fazia as mulheres gemerem, mas ele gostava era dos homens. Garoto de Ouro – pelos versos improvisados de poesia nata. As mulheres deixavam marcas de batom pelos muros da cidade com recadinhos e o nome delas. Zica Navalha – sua valentia, sua garra na defesa das amigas contra os conquistadores importunos. Maria Preta – de beleza exótica, não era contratada da Maroca, mas roubava sua clientela... Jussara – da sociedade passo-fundense, o baile só começava quando ela chegava e atravessava o salão, aí a Orquestra tocava. Maria Barulho – pela impertinência de seguir o radialista Jarbas, os contrabandistas que fizeram de Passo Fundo seu quartel. Rosa Bandida, etc... (SCHNEIDER in Arquivos do MAVRS).

A artista registra que esse universo de personagens representados sempre esteve presente em seu inconsciente.

Eu os vejo na esquina da XV de Novembro, fervilhavam de uma casa para outra, do tango para o xaxado, do champanhe terminando na Chica-pé-de-porco, na “pinga”, do cheiro de Rose Argentino, para o cheiro do Amor Gaúcho. Neste universo imaginário, me vejo a pensar e criar... Agradecendo sempre estas pessoas maravilhosas que não conheci e as pessoas que me motivaram a ser o que sou hoje, principalmente ao Seu Antão, que foi meu pai, e minha mãe Nina e vó Ida (SCHNEIDER in Arquivos do MAVRS).

Levando em consideração os aspectos citados, pode-se utilizar esse fluir de pensamentos para avaliar uma composição artística. O erro comum

de quem julga, mencionado por Bardi (1990), é considerar simplesmente o objeto, o assunto, acrescentando a esse juízo as considerações genéricas sobre a correção do desenho, do claro-escuro, da cor, da harmonia, até chegar ao interesse pela composição. O autor aconselha ver a arte procurando descobrir, em cada obra, os motivos que determinaram: o pensamento, a imaginação, o sentimento, as circunstâncias de época, de lugar, de ambiente em que nasceu, etc. Assim, as obras de arte exprimem, em formas mutáveis, toda a tormenta interior e todas as influências exteriores da vida individual, coletiva e ambiental do artista.

Entre as potencialidades do fazer estético está a possibilidade de interpretar a infinita complexidade da vida humana e de representá-la. A obra, o signo, é necessariamente compósita. Da mesma forma que a percepção visual é constituída por elementos e implica a comparação e a diferenciação, a obra de arte é também constituída por elementos que não reenviam todos para a mesma experiência.

As janelas do Cassino por Ruth Schneider

Compreende-se que obras de arte são expressões simbólicas no sentido onde elas encarnam significação. Danto (1996) acrescenta que o processo de significar formas em artes plásticas

consiste em identificar estas significações e explicar o modo de sua encarnação. Assim concebida, não é outra coisa que o discurso de fundamentos, fato que toma parte definidora do mundo da arte, segundo a teoria institucional: ver uma coisa como arte é estar pronto a interpretá-la quanto à sua significação e quanto à sua maneira de significar (DANTO, 1996, p. 63).

O autor alude que, ao interpretar uma obra de arte, sempre se volta à exigência de uma explicação histórica. A teoria dos mundos da arte que Danto (1996) define como uma afiliação informal de indivíduos que dispõem de suficientes conhecimentos teóricos e históricos para serem capazes de praticar a busca de sentido, de significado e que, segundo o autor, não são outra coisa senão uma explicação histórica das obras de arte.

“Da Janela nº 13” (Figura 1) representa esse panorama social da curiosidade humana, do desejo em saber o que acontece no interior do cabaré, um voyeurismo, uma face, um “espelho” da sociedade. No centro da cidade, o

CARMO, A. do; AHLERT, J. • Ruth Schneider e as janelas do Cassino:
o dilema de olhar e ser olhado

prédio do cassino provocava curiosidade nas pessoas que passavam por suas redondezas, que por um motivo ou outro não podiam frequentar o requintado local e ficavam apenas imaginando o que acontecia lá dentro.

Figura 1: Linguagem/técnica: pintura técnica mista. Título: “DA JANELA Nº 13”. Dimensões: 77 X 40cm – Ano: 1995



Nos arredores do cassino, havia casas de famílias que se mesclavam a outras tantas casas conhecidas como *rendez-vous*. Enquanto nas suas dependências indivíduos divertiam-se ao “bel-prazer”, longe dos olhares críticos da sociedade, no lado de fora permanecia o interesse sobre o panorama interno desse local. Ruth Schneider pintou na obra “Da Janela nº 13” (Figura 1) justamente essa curiosidade aflorada, o interesse de quem está de fora, de quem não presenciou o que ocorria dentro do estabelecimento.

A narrativa desse quadro simboliza um sentimento habitual na sociedade: o voyeurismo. E também apresenta o lado externo do prédio do cabaré, suas janelas, suas “aberturas” para o mundo e o que isso representa para a sociedade da época: período de 1940 a 1950. Por essas brechas os personagens que estavam no lado de dentro igualmente podiam espiar os passantes, e vice-versa. Isso expõe o entorno desse local, os arredores e suas histórias na cidade. Percebe-se que as formas escolhidas pela artista para representar o jogo simbólico das janelas entre o sujeito que olha de fora para dentro e o que olha de dentro para fora indicam certa cobiça, o desejo de penetrar naquele cenário.

Ruth, como mencionado anteriormente, intensificou a marca do pincel como recurso expressivo, gesto criador valorizado principalmente pelos expressionistas, que evitavam o acabamento polido das superfícies das suas pinturas. Em seus últimos anos, chegou a empregar a tinta diretamente do tubo sobre a superfície da tela, o que ocasionava o empastado de cor.

Essa obra ilustra um personagem específico que pode transitar entre esses dois mundos, figura masculina situada no canto direito superior da pintura. A mão desse homem, que é formado por traços mais angulosos notados no contorno do nariz da figura, está localizada entre o “dentro e o fora”, entre o meretrício e a sociedade, o bendito e o maldito, expondo de certa forma como esses clientes do cassino podiam circular livremente entre o “pecaminoso” e a sociedade legal.

A figura masculina em destaque nas pinturas, gravuras e instalações de Ruth é representada com os tons azuis e violetas (ver Figura 2). A pintora usa a força dessas cores para preencher essas formas humanas, uma vez que simbolizam os sentimentos ambivalentes presentes na imagem. O tema masculino é recorrente na obra de Ruth, dado que pode ser

aproximado das suas relações pessoais, de fundo afetivo e ambíguo. A proximidade com a figura do padrasto (pessoa importante em sua iniciação ao desenho, ao recorte, à colagem) e a ausência do pai biológico, que nunca é mencionado pela pintora nos manuscritos e arquivos acessados.

Figura 2: Linguagem/técnica: pintura com técnica mista – Título: CRÔNICA DE UM CASSINO Nº 6 – Dimensões: 95 X 126cm – Ano: 1991



Acervo MAVRS – Passo Fundo/RS.

Observa-se no quadro (Figura 1) a representação do feminino e do masculino personificados por sua mãe, Nina, e seu padrasto, Antão. Destacam-se a ambiência do cassino e a dinamicidade das mulheres em contraposição à estaticidade masculina.

Ainda no que tange ao uso das cores, o violeta – síntese do vermelho e do azul, do masculino e do feminino – permeia ambos os ambientes, sugerindo possivelmente a coexistência de sentimentos legados às relações afetivas. Se para Heller “o violeta é a cor de todos os pecados bonitos”

(2012, p. 200), esses teriam presença dentro e fora das janelas da casa de jogos.

De acordo com os testemunhos daqueles que o frequentavam, nas dependências do cassino imperavam a alegria, o prazer e a disciplina impostos por sua proprietária; os homens que ansiavam por um envolvimento mais íntimo com as prostitutas, desejando “transar” com elas, levavam-nas para as “pensões” que se localizavam no seu entorno. Segundo Leopoldo Gomes Bilhar (citado por SCHNEIDER, 1993), morador de Passo Fundo na década de 1950,

ficar espionando na rua a movimentação das mulheres da vida, contratadas ou não pelo Cassino da Maroca na Rua XV, era um grande prazer, uma satisfação sem limites. Elas eram lindas, elegantes, andavam de carro de praça, usavam joias raras. Estimulavam a nossa imaginação, satisfaziam nossos desejos (SCHNEIDER, 1993).

“Estimulavam a nossa imaginação...” Esta frase pode ser observada na obra “Da Janela nº 13” (Figura 1) o espiar pela janela, a curiosidade, o anseio de espreitar o pecado, o deslize, o vício, desejos intrínsecos na vida social de uma comunidade. As formas geométricas da obra, a moldura das janelas, representam a sensação de pertencimento a um dos lados: o dentro e o fora. Esse recinto de “malícia”, talvez pelo requinte visto nas vestimentas de seus frequentadores e trabalhadores, é capaz de trazer esse aspecto de “pecado bonito” para quem está do lado de fora. Os caminhantes curiosos talvez oscilassem entre opiniões que iam do moral ao imoral no interior desse local, já que o mesmo emanava luxo e ostentação, desejo e lascívia.

As duas figuras humanas situadas na parte superior do quadro representam parte da influência do bordel frente à sociedade; corrobora essa interpretação a questão da luz inferior projetada que ilumina e dá imponência para o lado superior do diagrama, imprimindo uma sensação de que o lado de dentro era majestoso. Considerando o ar de mistério e poder que paira sobre a história do *Cassino da Maroca*, Ruth traçou linhas verticais e de cores vivas em cima de todos os seus tons escuros.

Nas artes visuais, a linha tem, por sua própria natureza, segundo Dondis (1991), uma enorme energia. Nunca é estática, imóvel; é o elemento visual inquieto e inquiridor do esboço. Onde quer que seja utilizada, é o

instrumento fundamental da pré-visualização, o meio de apresentar, em forma palpável, aquilo que ainda não existe a não ser na imaginação. Percebe-se isso nas pinceladas em amarelo no nariz e azul claro no queixo e pálpebras, e ainda as linhas curvas em vermelho na boca.

A cor vermelha nessa obra pode ser percebida como o “colorido” da vida do meretrício. Em muitas línguas, a palavra para “colorido” é a mesma para a cor vermelha. O azul e o vermelho, boca, queixo e pálpebras dos personagens, formam uma espécie de acorde cromático no rosto dessas figuras. Segundo Heller (2012), o vermelho, azul e ouro são o acorde do charme, do poder, da atração, da coragem, da conquista, todas elas qualidades ideais resultantes da supremacia física e mental. Da “vida” colorida dentro do cassino. O azul usado dessa forma, segundo a autora, tem um efeito distante. Segundo as indicações da Teoria das Cores, o vermelho, presente nos lábios, é uma cor considerada quente em contraste com os tons terrosos da carnação. Conforme a proposição, uma cor parecerá tanto mais próxima quanto mais quente ela for e tanto mais distante quanto mais fria ela for, recurso utilizado pela artista nas combinações do vermelho e do azul. A cor transmite muitas sensações, como cita Lilian Barros; “a cor representa uma ferramenta poderosa para transmissão de ideias, atmosferas e emoções e pode captar a atenção do público de forma forte e direta, sutil ou progressiva” (2006, p. 15).

Cada obra de arte autêntica parece operar como uma verdadeira origem, uma vez que produz um salto para uma realidade que existe como fruto da confluência de diversas realidades e acontecimentos. Seja na História, na Sociologia ou na Psicologia, uma recorrência crescente em relação à imagem tem surgido de estudos atentos às problemáticas do ver e ser visto. Comparativamente, a postura dos indivíduos que não podiam frequentar o *Cassino da Maroca* é a dos que ficam na espreita das portas das zonas do meretrício da cidade para saber quem frequenta tal “estilo” de recinto, independente da época e do lugar.

A obscuridade exposta no quadro “Da Janela nº 13” (Figura 1) apresenta aspectos inexatos do mundo real, indivíduos que olham e são olhados, no escuro da noite admiram as janelas altas, barulhentas e luminosas do Palácio Cassino e fantasiam sobre esse local bem como sobre seus per-

sonagens. O “quadro” não apenas “é olhado” como também “olha” – essa é a questão básica que está presente na metáfora das janelas de Ruth Schneider. Por elas o cassino é olhado, mas também olha e, de alguma forma, “zomba” da sociedade e de suas regras morais. Esse quadro igualmente é uma janela, que deixa ver, mas também é “ativo”, é um “olhador” do mundo.

Essas pessoas no mesmo período em Passo Fundo desfrutavam de outros ambientes de entretenimento, como os cafés da cidade. O mais famoso foi o Elite, que por mais de meio século era também local de encontros que determinaram e influíram nos caminhos políticos, esportivos, econômicos e sociais. Meireles Duarte, morador de Passo Fundo nessa época, comenta:

Aos domingos, a fina flor da sociedade disputava suas poucas mesas para o almoço, também de grande tradição. As grandes personalidades da cidade, desde o prefeito, juiz de Direito, delegado de Polícia, líderes políticos e empresariais, tinham um local próprio e diário para o encontro nas rodas de café (2007, p. 216).

Nesse contexto, percebe-se como a mulher devia “comportar-se”, não frequentar os mesmos locais dos encontros masculinos, submetendo-se a uma sociedade machista, patriarcal. Meireles Duarte relata aspectos sociais da época:

No Café Elite, comemoravam-se aniversários, datas de entidades sociais e esportivas e havia, até, uma dependência que era reservada para as senhoras nas décadas de 40, 50 e 60, pois não eram dadas a frequentar esses locais (2007, p. 217).

Figura 3: Linguagem/técnica: Instalação composta por uma série de pinturas com técnica mista – Título da série: CASSINO DA MAROCA – Título da obra: “CASSINO” – Dimensões: 171 X 200cm – Ano: 1994



Na obra, observa-se a ambivalência dos comportamentos sociais projetada sobre as atividades do cassino. Entre o cristianismo, representado pela cruz, e o número “666”, citado na Bíblia como o número da besta, a artista pinta a agitação do lado externo do cassino, a fachada do prédio, simbolizando, no formato da obra, um painel suspenso por fasquias laterais que “elevam” a forma que representa o local perante o leitor. Há uma metáfora da posição desse na sociedade, a relação dinâmica entre o signo e o objeto aqui é compreendida como uma sensação de superioridade.

A elite circulava pela cidade, as damas da sociedade frequentavam os cafés para socializar, e, possivelmente, seus cônjuges frequentavam o requintado cabaré quando a noite chegava. Entravam e participavam dos prazeres do cassino ou apenas passavam pela frente para olhar quem poderia estar lá. Pelos dados históricos, biográficos e artísticos, a impressão é de que os homens “poderosos” da sociedade frequentavam e divertiam-se perdendo dinheiro na roleta de jogos e “perdendo a cabeça” com as belas meninas da Maroca.

Esse jogo do olhar e ser olhado, de olhar e dizer que não olha parece um movimento na obscuridade, o voyeurismo presente na alma humana. O ato de um indivíduo obter prazer sexual por meio da observação de pessoas que podem estar envolvidas em atos sexuais, nuas, em roupa de baixo ou qualquer vestuário que seja apelativo para o indivíduo em questão, o/a voyeur.

A luxúria desse local refletia de várias formas na sociedade passo-fundense das décadas de 1940 e 1950, trazia à tona o desejo instintivo das pessoas. O indivíduo que “olha” não interage com o personagem “olhado” (por vezes não ciente de estar sendo observado); em vez disso, observa-o tipicamente a uma relativa distância; as “janelas” na obra representam esse aspecto social, histórico e cultural, o distanciamento.

A expressão “multidão solitária”, trazida pelo escritor Armindo Trevisan, interessa pois, a dança ao som do bolero poderia ser animada, sensual, erótica no salão do cassino, mas o olhar dos personagens mostra outra expressão, em certa medida melancolia. Observa-se na “janela” superior do quadro o olhar caído das figuras. Outro aspecto social e cultural que a obra de Ruth sugere: as mulheres que executam esse serviço poderiam desejar um amor aos moldes românticos.

Ruth conseguiu fragmentar no uso das cores fortes, dos grafismos nervosos e em seus personagens com traços grotescos uma sequência de percepções históricas, sociais e culturais sobre o reconhecido cabaré, tornando toda essa expressão uma forma notavelmente complexa e, ao mesmo tempo, ilimitada da relação signo/objeto/interpretante frente a suas obras.

Considerações finais

O que se buscou neste texto foi uma análise de um fragmento da série *O Cassino da Maroca*, elucidando, assim, como se interligava com a biografia da artista e o conjunto de motivos artísticos usados para essas expressões.

As interpretações foram feitas através de códigos que norteiam a escolha e o significado do tema, a percepção da cor juntamente com o conteúdo social e histórico da composição, do suporte e materiais utilizados. Entendendo que o conceito para a compreensão de uma obra de arte pode ter seus usos como uma forma de descrever as diferenças, algumas vezes intensas, entre intenções e efeitos, entre como a mensagem é divulgada (por missionários, pintores, governos e outros) e como é recebida por um pesquisador com suas referências pessoais e teóricas.

Imagens são um meio através do qual historiadores podem recuperar experiências passadas, contanto que eles estejam atentos à complexidade da iconografia. Para utilizar a evidência de imagens de forma segura e eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fontes, estar consciente de suas fragilidades. As leituras são realizadas, invariavelmente, no presente em direção ao passado. Ler uma imagem pressupõe partir de valores, problemas, ansiedades e padrões de contemporaneidade do autor. Esses fatores criam muitas possibilidades de leitura e interpretação das imagens, sobretudo porque são testemunhas mudas, e é tarefa difícil traduzir em palavras o seu testemunho.

No caso das produções de Schneider, esses aspectos tomam dimensões bastante ambíguas, considerando que, ao olhar do pesquisador-espectador, soma-se a narrativa pessoal da artista, suas impressões e subjetividades no que abrange a escolha temático-conceitual e técnico-linguística de suas obras. Quando registra: “trabalhando sozinha é que criei meu estilo próprio de cores fortes, e em certos momentos usando as mãos, os dedos diretos na pintura a óleo” (Arquivos do MAVRS), expõe mais do que escolhas estéticas, mas a relação visceral com a arte.

Não cabe aos objetivos deste artigo esgotar as possibilidades de interpretação da obra e biografia de Ruth Schneider, tampouco dar à pintura “Da Janela nº 13” o estatuto de testemunho histórico das relações socioculturais que permeavam a ambiência do *Cassino da Maroca* e da zona do mere-

trício de Passo Fundo, mas apresentar olhares conjecturados pelas interfaces entre memória, representação estética e subjetividades possíveis na relação espectador-autor.

Referências

ARQUIVO PESSOAL Ruth Schneider [Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS) Passo Fundo (PF), Rio Grande do Sul].

BARDI, Pietro Maria. **Pequena história da arte:** introdução ao estudo das artes plásticas. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

BARROS, Lilian Ried Miller. **A cor no processo criativo:** um estudo sobre a Bauhaus e a teoria de Goethe. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DANTO, Arthur Coleman. **Après la fin de l'art.** Paris: Seuil, 1996.

DIDI-HUBERMAN, George. **O que vemos, o que nos olha.** Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. **La pintura encarnada.** Trad. de Manuel Arranz Valência: Correspondências. Pré textos/Universidade Politécnica de Valência, 2007.

DONDIS, Donis A. **A sintaxe da linguagem visual.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DUARTE, Meireles. Os Cafés de Passo Fundo. In: LECH, O. (Org.). **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo.** Passo Fundo: Méritos, 2007.

HELLER, Eva. **A psicologia das cores:** como as cores afetam a emoção e a razão. Barcelona: Garamond, 2012.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PAREYSON, L. **Estética:** teoria da formatividade. Tradução de E. F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1989.

A zona do meretrício na imprensa: jornal *O Nacional* (1949-1955)

Bruna Telassim Baggio¹

O uso da imprensa para a escrita da História é relativamente novo. Por muito tempo ficou excluída em uma hierarquia qualitativa das fontes históricas, em que seu caráter subjetivo era entendido como um fator limitador do seu uso pela historiografia. Devido às mudanças nos métodos e teorias historiográficas, com a corrente da Nova História evidenciaram-se as potencialidades da imprensa, que representa hoje, entre os historiadores, uma fonte primária reconhecida. Além disso, a historiografia recente passou a dar voz aos sujeitos à margem da sociedade, como as mulheres, as meretrizes e outros (LUCA, 2010). Neste capítulo, analisaremos a veiculação das ideias e representações sobre a zona do meretrício da cidade de Passo Fundo-RS no período de 1949 até 1955 nas páginas do jornal passofundense *O Nacional*, bem como a campanha de retirada desse espaço do centro da cidade na década de 1950.

Ao privilegiarmos a imprensa, mais especificamente *O Nacional*, como fonte para nosso estudo, entendemos que ela se constitui num registro impresso dos acontecimentos da época, sem descuidar, no entanto, que foi elevado a esta categoria – acontecimento – por uma escolha dentro de uma multiplicidade de acontecimentos que permeiam a vida social. Por isso é fundamental levarmos em consideração essa subjetividade, procurando identificar quais as forças que agem sobre uma ou outra representação e como elas poderiam influenciar a realidade ou mesmo quais as relações que mantêm com a realidade.

¹ Acadêmica do curso de História pela Universidade de Passo Fundo (UPF).

Através desse veículo de informações, *O Nacional*, é possível conhecer os acontecimentos locais da época ligados à zona do meretrício, bem como aspectos significativos do imaginário da sociedade e da história desse espaço “que se configuram como espaços sociais e políticos alternativos em relação aos espaços oficiais e públicos tradicionais na época em foco” (NASCIMENTO, 2003, p. 1), que marcou a história da cidade de Passo Fundo.

Nesse sentido, recorreremos a Thompson (2005) para o entendimento do poder simbólico exercido pela mídia sobre a sociedade. Para o autor, os meios de comunicação são “um tipo distinto de atividade social que envolve transmissão e recepção de formas simbólicas e implica utilização de recursos de vários tipos, todos eles decorrentes de alguma forma técnica” (p. 24). Para o autor, “as ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios de estado ou sublevar as massas em revolta coletiva” (p. 24).

A zona do meretrício localizada na rua Quinze de Novembro na cidade de Passo Fundo-RS teve seu auge nos anos de 1939 a 1945 e ficou reconhecida pelo “Cassino da Maroca” – estabelecimento frequentado por uma elite. Entretanto, havia mais de quarenta estabelecimentos na localidade entre casas de prostituição, bem como restaurantes, bares, casas de jogos, açougues, entre outros (NASCIMENTO, 2003). Marginalizada pela sociedade legal, a zona do meretrício representava ao mesmo tempo um lugar alternativo dentro de um contexto sociopolítico repressivo e de suma importância para a economia da cidade.

O Nacional

O período analisado inicia no ano de 1949, quando o jornal inaugurava a campanha em favor da retirada das casas de prostíbulo da rua Quinze de Novembro até o momento da efetiva retirada da zona do meretrício do centro da cidade no ano de 1955. O jornal *O Nacional* iniciou suas atividades em 1925 e atualmente é o jornal mais antigo da cidade de Passo Fundo que ainda permanece em circulação. No período abordado, o jornal pertencia ao jornalista e ex-deputado estadual Múcio de Castro e circulava periodicamente de segunda-feira a sábado. Foi algumas vezes interrompi-

do, porém nunca ficou fora de circulação por mais de um mês. No ano de 1949, o jornal custava CR\$ 0,50; já no início de 1955, o valor era de CR\$ 1,00.

As notícias eram apresentadas com textos formais, escritas de maneira bastante rebuscada, não separadas claramente umas das outras (diversas vezes, um artigo publicado na primeira página do jornal concluía-se na última página). A fotografia era um recurso pouco utilizado pelo jornal. A Figura 1 representa a única foto de um estabelecimento situado na rua Quinze de Novembro publicada pelo jornal entre os anos analisados.

Figura 1: Anúncio do Cassino Palácio (popularmente conhecido como *Cassino da Maroca*), frequentado pela alta sociedade, situado na rua Quinze de Novembro.

Função, diariamente, a partir de 22 horas



CASSINO PALACIO!

(O maior centro de diversões noturnas do interior gaúcho)
MARAVILHOSOS conjuntos artísticos — Notáveis figuras da música e da arte brasileira, obedecendo à direção do renomado e incomparável **MAESTRO ESTEBAN ZABALIA**

FLORES — o aplaudido animador internacional

Vejam e ouçam a linda bailarina **RENE' DUNE**, brilhante cantora melódica italiana que tem atuado com extraordinário sucesso nos grandes cassinos do país e que agora visita Passo Fundo

Direção da nova propriedade! **MARIA DE LOURDES GARCEZ**

Fonte: Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo. *O Nacional* em 28/02/1949, p. 3

Uma Verruga no Nariz

No ano de 1949, uma coluna denominada “Uma Verruga no Nariz da Cidade” inaugurou a campanha do jornal a favor da retirada da zona do meretrício do centro da cidade. Desde o início do ano, o jornal havia noticiado reclamações e ocorrências de violência na zona do meretrício, porém essa foi a primeira vez que o jornal discursou explicitamente sobre a questão do espaço ocupado na cidade pela zona do meretrício:

O meretrício constitui um verdadeiro problema para a cidade. E um constante desassossego para seus habitantes pelo simples fato de achar-se localizado a dois passos do centro [...] Somos de parecer, por isso, que o meretrício devia ser instalado em recanto afastado, fora da cidade, libertando a Metrópole da Serra dessa chaga purulenta que lhe afeia as faces e a torna célebre, nesse respeito, em todo o Rio Grande do Sul, sendo o motivo obrigatório das conversas dos viajantes de todas as latitudes. [...]²

No mesmo ano, a zona do meretrício havia ocupado com frequência as páginas de *O Nacional*. Em relação aos demais anos estudados, 1949 foi o ano em que ela apareceu mais vezes na capa do periódico. Essa regularidade justificou-se pelo homicídio ocorrido no mês de março quando, conforme divulgação do jornal, a Patrulha da Madrugada, encarregada de manter a ordem noturna na cidade, espancou Herodes Nunes do Rosário na zona do meretrício. Herodes faleceu devido a uma hemorragia cerebral. Na semana anterior ao caso, o jornal já havia noticiado um espancamento por parte da Patrulha de um homem chamado Waldir Kern, juntamente com seu companheiro, dentro do Cassino Palácio.³ O jornal promoveu uma série de reportagens e charges denunciando os abusos de autoridade no local e publicando depoimentos dos moradores da rua Quinze de Novembro sobre o homicídio de Herodes:

Eu estava dormindo quando acordei com gritos do rapaz. Levantei-me e fui à janela. Assisti então ao doloroso quadro de ver um cidadão espancado pelos próprios mantenedores da ordem. Assisti quando a vítima dissera aos soldados que não podia levantar-se por ter recebido uma pancada na cabeça, produzida por eles, soldados. Esses, então, arrastaram o infeliz pelas pedras que jazem nessas ruas, lomba acima. De momento em momento, jogavam a vítima a solo e davam-lhe pontapés e pisoteavam sobre ele. Vi

² Uma Verruga no Nariz da Cidade. *O Nacional*. Passo Fundo, 1949, p. 9, 10 out. de 1949.

³ Os Acontecimentos do Cassino Palácio. *O Nacional*, Passo fundo, 1949, p. 4, 17 fev. de 1949.

também, nessa ocasião, outra prática deplorável: um senhor que se aproximava do local, atraído, talvez, pelo ato de selvageria, parou em frente ao meu armazém. Um soldado, que não era do grupo, veio logo em sua direção e empurrou-o dizendo-lhe que se afastasse, deu-lhe um pontapé para que saísse do local.⁴

Em outras reportagens, o jornal publica depoimentos denunciando o comportamento da Patrulha com os moradores de rua após o caso de homicídio:

[...] Ouvei o locutor dizer que Herodes tinha sido todo cortado pelo doutor no necrotério, então exclamei: – “Pobrezinho do rapaz! Foi cortado!” – Logo um policial quis me pegar, só porque disse aquilo, mas eu fugi. Ele quis me segurar pela mão, ferindo-me então com as unhas. Mas o policial voltou horas depois e prendeu-me quando eu dançava, levando-me à cadeia onde permaneci toda a noite e grande parte da manhã.⁵

O caso da Patrulha da Madrugada e de Herodes ganhou espaço também no jornal *Diário da Manhã*, periódico influente na época e que, diferentemente de *O Nacional*, posicionou-se em defesa da Patrulha. Ainda no mês de março, o *Diário da Manhã* denunciava que, após o caso de Herodes, “[...] a polícia passo-fundense tem se visto em situações bastante delicadas, para cumprir sua missão, principalmente na zona do meretrício, onde os desordeiros e os bêbados continuam dando alterações”⁶. O homicídio na zona do meretrício continuou ocupando as páginas do jornal *O Nacional* até dois anos após o ocorrido. Em 1950, *O Nacional* acompanhou e divulgou os detalhes do julgamento do caso e, em 1951, o jornal fez uma pequena referência ao aniversário de morte de Herodes Nunes.

No decorrer da pesquisa sobre a rua Quinze de Novembro⁷, foram realizadas entrevistas a fim de (re)conhecer a memória sobre a rua presente na cidade sobre a zona do meretrício. Frequentemente, a Patrulha da Madrugada foi citada pelos entrevistados, lembrada pelo seu caráter repressor:

⁴ VANDA'LICO PATRULHAMENTO! *O Nacional*, Passo Fundo, 1949, p. 4, 15 mar. de 1949.

⁵ BOCA FECHADA SINÃO CADEIA! *O Nacional*, Passo Fundo, 1949, p. 4, 14 mar. de 1949.

⁶ A polícia está carregando no cólo! *O Diário da Manhã*. Passo Fundo, 1949, p. 4, mar. de 1949.

⁷ A pesquisa sobre a zona do meretrício na imprensa faz parte de um projeto maior intitulado “Quinze de Novembro: fronteiras da (in)tolerância”. Realizado pelo Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMO), o projeto fez uso de fontes diversas (imprensa, bibliografia, memória oral e imagem) a fim de (re)conhecer a memória oral da rua na cidade de Passo Fundo. Os resultados do projeto foram divulgados por meio de variados recursos (livro, rádio, documentário).

Bem, a violência sempre existiu, principalmente nesse meio aqui, a própria zona, como falei anteriormente. 90% da população andava armada. A patrulha era muito rigorosa, e o delegado era o Serafim de Melo: um homem muito enérgico, impõe respeito. Ocorriam vários crimes e ficava por isso mesmo, não se investigava, morriam as pessoas, se enterrava e ficava assim mesmo. O Serafim de Melo deixou história aqui em Passo Fundo, um homem também muito rigoroso, andava armado com um revólver, uma espada, um homem alto e forte e as pessoas temiam muito, né! Tinham medo dele. Olha, vem o Serafim aí! E já era o suficiente para o pessoal se mandar do local, né?! E a patrulha era apoiada pelo delegado, então fazia o que queria.⁸

Além do caráter repressor, a forma como eram realizadas as abordagens da Patrulha também constitui parte da memória coletiva sobre a rua:

Olha, a patrulha era permanente, mas o que acontecia lá, houve um momento que motivado por autoridades eclesásticas, com a aproximação do congresso eucarístico e tudo, e já umas famílias de lá já querendo tirar eles de lá porque estavam aumentando muito, estava expandindo muito a zona do meretrício. De quinze casas já tinha passado para trinta casas. Então começou um delegado chamado Flagras a fazer batidas na segunda-feira eles cercavam toda a zona do meretrício, de preferência cedo da manhã (6 horas, 7 horas) e batiam casa por casa pedindo documento, e aquele que não tivesse a carteira de trabalho em dia, ou justificasse que trabalhava, ou ia em cana. Mas ir em cana não era o problema; o problema era que tu ias a pé. A pé tu caminhava lá desde da “Quinze” até a delegacia, que ficava na escada alta. A escada alta era em frente à antiga prefeitura, ali era a delegacia. Então, o vexame, apesar de ser meio cedo da manhã, mas o vexame de tu passares nas proximidades de colégios, de encontrar conhecidos, tu vinhas escoltado pela polícia, pela brigada militar ou por delegados da polícia civil. Depois de uma triagem, ficava lá por 2 ou 3 horas e então era liberado e assinava um termo de vagabundagem.⁹

Os patrulheiros Santos Ismar Rodrigues Moreira, Amantino Lima e Silva e Dorival Farias foram condenados em novembro de 1950. Apesar das denúncias de abusos da Patrulha da Madrugada na rua Quinze de Novembro, no final do ano de 1949, o jornal *O Nacional* iniciou a campanha “Uma Verruga no Nariz da Cidade” com uma série de reportagens sobre a necessidade de deslocamento da zona do meretrício para longe do centro da cidade.

⁸ FREITAG, Jaime. *Quinze de Novembro: fronteiras da (in)tolerância*. [depoimento 23 nov de 2015]. Passo Fundo: Entrevista concedida a Marlise R. Meyrer.

⁹ PINHEIRO, Wilson Nascimento. Wilson Nascimento Pinheiro. *Quinze de Novembro: fronteiras da (in)tolerância*. [depoimento 23 nov de 2015]. Passo Fundo: Entrevista concedida a Marlise R. Meyrer.

Figura 2: Foto de Herodes Nunes do Rosário publicada na capa de *O Nacional*



Fonte: Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo. *O Nacional* em 17/02/1949, p. 4

O que o povo reclama

A campanha proposta em 1949 para retirar a zona do meretrício do centro da cidade não surtiu efeitos e reapareceu somente quatro anos após sua primeira publicação, na edição de 15/04/1954, em um curto artigo na última página, denominado “O problema da localização do meretrício”. A questão só ganharia relevância nas páginas do jornal em 1955 com a aproximação do centenário de Passo Fundo (1957). Porém, a partir da análise do período, é perceptível que, entre os anos 1949 e 1955, o jornal não deixou de fazer uma campanha implícita a respeito da localização da zona do meretrício.

A coluna “O que o povo reclama” era publicada sem uma periodicidade específica, destinada a dar espaço aos passo-fundenses, leitores do jornal, para expor seus descontentamentos com problemas da cidade. A

temática das meretrizes e da rua Quinze de Novembro foi um dos temas mais abordados na coluna:

De alguns anos a esta parte, a zona do meretrício, que já ocupa uma vasta área nesta cidade, vai se alastrando pelos bairros, intronduzindo-se entre as casas de família, procurando avassalar todos os recantos, pondo em polvorosa os moradores de diversas ruas que se consideram atingidos no seu decoro. [...] Torna-se necessária uma ação enérgica da polícia, proibindo a continuação de tal fonte de escândalo, sem o que veremos, dentre em breve, todas as ruas tomadas pelas marafonas inescrupulosas, ferindo profundamente o ambiente de moralidade e respeito da cidade.¹⁰

Mesmo as reclamações em relação às casas de prostituição que não eram situadas na zona do meretrício da rua 15 de Novembro faziam referência a tal rua:

Os moradores das Vilas Luiza e Schell, bem como daquelas imediações, protestam contra o alastramento do meretrício para aquelas bandas, saindo da zona demarcada da rua 15 de Novembro; houveram por bem fazer um abaixo-assinado, reclamando contra a falta de decoro das mulheres que se expõem em plena via pública [...]¹¹

Domingos (1997) destacou a heterogeneidade das relações sociais na cidade de Passo Fundo na década de 1950. Para a autora, o plano urbanístico da cidade contribuía para a concentração dos segmentos considerados de nível inferior no centro da cidade, sendo que as camadas da elite local tinham que conviver com as demais categorias sociais: “[...] o convívio com essa heterogeneidade social e cultural parecia insuportável para aqueles que tinham uma visão excludente do que deveria ser uma cidade civilizada” (DOMINGOS, 1997, p. 7).

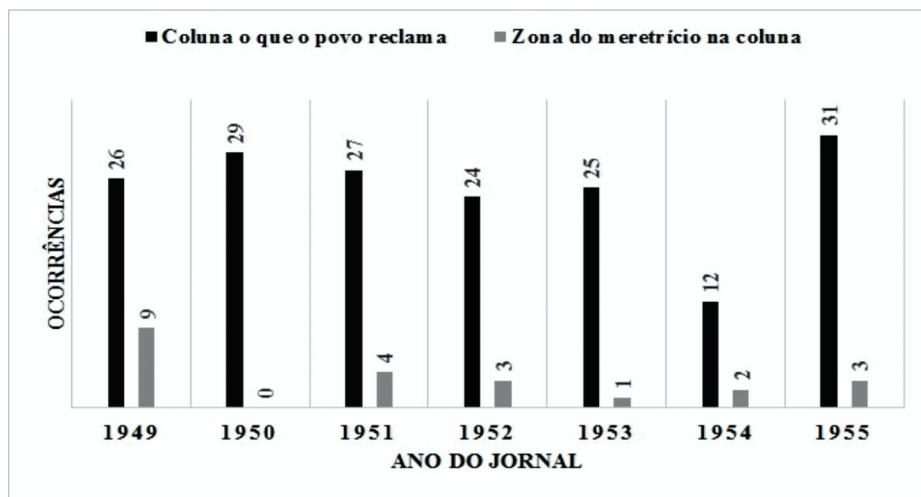
De fato, Passo Fundo vivenciava na década de 1950 uma crescente urbanização, que pode ser evidenciada nas notícias do jornal *O Nacional* da época, como: a criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), a instalação dos Correios, a vinda do primeiro caminhão de bombeiros e a obra que ligaria a ferrovia de Passo Fundo a Porto Alegre, entre outras. Nesse contexto de transformações, a zona do meretrício no centro

¹⁰ O que o povo reclama: Alastram-se os <rendez vous> na cidade. *O Nacional*, Passo Fundo, 1951, p. 2, 20 mar. de 1951.

¹¹ O que o povo reclama: Meretrício nas Vilas Schell e Luiza. *O Nacional*, Passo Fundo, 1949, p. 2, 12 jan. de 1951.

da cidade representava um problema que evidentemente o jornal *O Nacional* divulgava em sua coluna “O que o povo reclama”. O meretrício apareceu 22 vezes das 174 vezes em que a coluna foi publicada, sendo que os demais temas nunca se repetiram na coluna no período analisado, ou seja, somente a questão da zona do meretrício era recorrente entre as reclamações publicadas no período:

Figura 3: Periodicidade da zona do meretrício na coluna “O que o povo reclama”



Fonte: Dados da pesquisa

A zona do meretrício como um espaço de violência

Além da coluna “O que o povo reclama”, a campanha do jornal *O Nacional* frente à zona do meretrício realizou-se também de forma implícita a partir de artigos e ocorrências policiais. Cenas de violência na zona do meretrício noticiadas pelo jornal não eram incomuns, ocupando principalmente a coluna “Ocorrências Policiais” na última página – página 4 – do periódico. As notícias relatavam conflitos das meretrizes entre si e entre seus clientes, que frequentemente as agrediam:

O indivíduo armado de faca à rua 15 de novembro, na zona do meretrício, desafiava todos os que passavam por ali, provocando-os para briga, culminan-

do com a tentativa de agressão à meretriz Ana de Tal, dizendo que ia degolá-la, tendo mesmo segurado Ana pelos cabelos, do que ela se esquivou.¹²

No ano de 1952, em um período de dez dias, o jornal noticia que três mulheres foram vítimas de tentativa de homicídio, especificamente degolamento. O jornal *O Nacional* satirizava a situação tratando a prática como “moda”: “[...] sendo os homens, em boa porcentagem, seres amigos da moda, tanto bastou para um individuo tentasse degolar sua amante no dia de ontem”¹³. A violência contra a mulher manifesta-se nesses espaços com mais intensidade devido à condição ilegal da prostituta frente à sociedade, que a deixa mais vulnerável a agressões dos clientes e também à arbitrariedade da polícia (MOREIRA; MONTEIRO, 2012).

Entre as vezes em que a zona do meretrício ocupou a capa do jornal, 95,45% das reportagens eram relacionadas à violência, sendo que as charges faziam referência ao homicídio de Herodes, à campanha contra a localização da zona e a roubos de relógios. As abordagens do jornal podem ser observadas no quadro abaixo.

Figura 4: A zona do meretrício na capa do jornal *O Nacional* entre os anos 1949-1955

	TENTATIVA DE HOMICÍDIO/ HOMICÍDIOS	CHARGES	FURTOS	RECLAMAÇÕES	CONFLITOS	PRISÕES	CAMPANHA DE RETIRADA	OUTROS
1949	10	4	3	1				
1950	1	1	1		2	3		2
1951								
1952	2							
1953	1	1				1		
1954	1							\
1955	1	4		1	1		3	

A coluna “outros” corresponde a abordagens não relacionadas à violência. Referem-se a um incêndio na rua 15 de Novembro e a inauguração de um restaurante novo; nesse caso, não foi usado o termo “zona do meretrício”, mas sim “Rua 15 de Novembro”.

¹² Ocorrências Policiais. *O Nacional*, Passo Fundo, 1951, p. 4, 25 jan. de 1951 .

¹³ Quiz degolar a amante com uma lamina de gilete! Foi impedido por feliz intervenção do Sr. Albino Michelleto. *O Nacional*, Passo Fundo, 1952, p. 4, 24 março de 1952 .

As charges

As charges abordaram a zona do meretrício na capa do jornal *O Nacional* diversas vezes ao longo do período analisado. Da mesma forma que a imprensa se constitui em uma fonte relativamente nova para os historiadores, as charges “nem sempre tiveram grande importância para a historiografia, pois durante muito tempo elas eram consideradas como um elemento ilustrativo, não fundamental para a explicação da história” (MACÊDO; SOUZA, p. 1). Foi com a Nova História que as potencialidades das charges para a historiografia foram evidenciadas, pois ela “resume situações políticas que a sociedade vive como problemas e os re-cria com os recursos gráficos que lhe são próprios” (TEIXEIRA, 2005, p. 73 in GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 6).

Sendo assim, “a produção de uma charge está necessariamente vinculada ao contexto sócio-histórico imediato e, portanto, apresenta elementos concretos para análise do seu respectivo tempo histórico” (MACÊDO; SOUZA, p. 4). As charges abaixo demonstram algumas questões ligadas à zona do meretrício, representadas pelo jornal *O Nacional*. No caso de Herodes, as charges foram frequentemente usadas para criticar a Patrulha da Madrugada.

Figura 5: Charge fazendo referência ao caso de Herodes. O “negrinho”, como o chamava o jornal *O Nacional*, foi assassinado pela Patrulha da Madrugada, que o espancou até a morte na zona do meretrício



Fonte: Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo. *O Nacional* em 08/04/1949, p. 1

Figura 6: Charge fazendo referência ao comportamento da Patrulha da Madrugada



Fonte: Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo. *O Nacional* em 06/04/1949, p. 1

As charges da Figura 5 e Figura 6 evidenciam os personagens frequentadores da zona do meretrício. Sujeitos masculinos preocupados com o controle exercido pela Patrulha. Enquanto a primeira charge retrata dois “malandros” da noite de Passo Fundo (identificados pelas roupas e na possibilidade da prisão) que temem a violência, a segunda retrata dois sujeitos, provavelmente da sociedade formal passo-fundense, frequentadores da zona e que lamentam o fim daquele espaço de lazer frequentado por eles. Elas evidenciam, através do humor, as controvérsias sobre a retirada da zona da Quinze. Por isso a necessidade da intensificação da campanha.

Figura 7: Charge satirizando a Patrulha da Madrugada



Fonte: Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo. *O Nacional* em 09/04/1949, p. 1

A charge acima (Figura 7) possivelmente é uma resposta às acusações de algum tipo de exagero nas denúncias sobre a violência da rua Quinze. Através da charge o público é informado que era um “milagre” não sair machucado de uma “milonga”.

Outro tema explorado pelas charges foi o afastamento da zona do meretrício do centro da cidade em 1955.

Figura 8: Charge satirizando a resistência das meretrizes na retirada da zona do meretrício



Fonte: Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo. *O Nacional* em 08/02/1955, p. 4

A charge da Figura 8 apresenta a zona toda destruída. Ironiza a posição da mulher diante de um fato já consumado. A desorganização da cena atrás da mulher reforça a imagem de decadência e desordem do local, que o jornal vinha se esforçando em construir. Ao mesmo tempo, o tamanho da figura feminina e sua postura diante do inspetor(?) lembra o poder que as “donas das casas” de prostituição tinham sobre o local.

Figura 9: Charge satirizado a transferência da zona do meretrício



Fonte: Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo. *O Nacional* em 10/02/1955, p. 1

Figura 10: Charge sobre transferência da zona do meretrício, criticando a existência do local em qualquer localidade



Fonte: Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo. *O Nacional* em 12/02/1955, p. 1

Figura 11: Charge criticando o fato do delegado que iniciou a campanha da extinção da zona do meretrício ser transferido para o município de Marau



Fonte: Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo. *O Nacional* em 02/03/1955, p. 1

Figura 12: Charge criticando a transferência do delegado, apoiando a transferência da zona do meretrício



Fonte: Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo. *O Nacional* em 03/03/1955, p. 1

As charges acima apresentam a repercussão do afastamento da zona do meretrício entre o público masculino da cidade, identificando-o como o público frequentador da rua. As roupas e acessórios apresentam sujeitos da elite, preocupados com a transferência do local. O humor das charges 9, 10, 11 e 12 resulta da inversão da situação, ou seja, a retirada do delegado ou das famílias e a manutenção da zona no mesmo local, expressando o imaginário da época em relação ao movimento de retirada, ou seja, muitos homens “de bem” ficariam descontentes.

A retirada da zona do meretrício da rua Quinze de Novembro

A quantos quilômetros da cidade deve ser colocado o meretrício? – Seja qual for a distância, estará muito perto... A charge do dia 12 de fevereiro de 1955, estampada na primeira página do jornal *O Nacional*, denunciava novamente a questão da localização da zona, pois foi no ano de 1955, com a aproximação do centenário da cidade, que a campanha a favor da retirada da zona do meretrício, apoiada por outras instituições, ganharia destaque no jornal. Retomada em fevereiro a partir da notícia da determinação do delegado Melgaré para o fechamento dos *dancings* na rua Quinze de Novembro, a campanha trouxe a questão da homossexualidade, nunca citada no jornal no período de 1949-1954, como uma das justificativas para a retirada da zona em 1955:

Poude comprovar a polícia, imperava nos mesmos a prática do homossexualismo, em compartimentos superiores e especiais, constituindo fonte perene de escândalos. Tratava-se de elementos vindos de Porto Alegre, diretamente a esta cidade, que se entregavam desbragadamente á pratica perversa, manchando negramente o bom nome da cidade.¹⁴

As medidas de afastamento da zona do meretrício do centro da cidade não foram um fenômeno exclusivo da cidade de Passo Fundo. As zonas de tolerância constituídas em São Paulo no início do século XX sofreram a influência da expansão capitalista nos espaços marginais, sendo que as meretrizes “foram empurradas pelas picaretas do progresso e obrigadas pela polícia de costumes a procurar refúgio em partes mais distantes da cidade”.

¹⁴ Repressão aos escândalos e á IMORALIDADE. *O Nacional*, Passo Fundo, 1955, p. 4, 03 fev. de 1955.

(RAGO, 2008 P.69). Ficou evidente que a progressiva urbanização de Passo Fundo, a aproximação das comemorações do centenário da cidade e a convivência heterogênea nas relações sociais afetaram a localização da zona de tolerância – que não era mais tolerada.

No decorrer do ano de 1955, a campanha no jornal foi obtendo apoio das demais instituições interessadas no afastamento da zona do meretrício, que publicava entrevistas de médicos, vereadores, advogados e do vigário, entre outros, que confirmavam e argumentavam a saída das casas de prostituição da rua Quinze de Novembro. O jornal passou a publicar artigos solicitando aos passo-fundenses a venda de terrenos afastados do centro para a fixação das meretrizes, bem como exigindo que as proprietárias vendessem suas casas e se mudassem o quanto antes para as áreas mais afastadas:

Onde serão localizadas as meretrizes? Isso, para muitos, parece difícil, mormente quando se pleiteia um afastamento pronunciado, distante dos domínios familiares. Não é tanto assim... O sr. Prefeito Municipal poderá escolher a área destinada ao meretrício, dando-a a preços módicos, dois, três, quatro ou cinco quilômetros afastada da cidade. Se isso não servir, pois que as marafonas se mudem para outras plagas... Aliás, é de seu comércio correr as praças, como qualquer vendedor ambulante...¹⁵

Conforme o jornal, Flores, uma das personalidades mais conhecidas da zona do meretrício, gerente do Cassino Palácio e dono de um *dancing* situado na rua Quinze de Novembro, foi o primeiro que se comprometeu a retirar-se do centro da cidade. O jornal foi noticiando a campanha de retirada das meretrizes diariamente até a efetivação do prazo de um ano a partir de fevereiro de 1955. Alvo de atuação dos interesses da imprensa, igreja, poder público e parte da sociedade, as meretrizes, após receberem o prazo para a retirada, foram se fixando em bairros afastados, mais à margem do centro, como os bairros Petrópolis e Xangri-lá. Entretanto, algumas fontes orais indicam que nem todas as casas de prostíbulo se retiraram. A respeito da retirada das meretrizes, o jornalista passo-fundense, radialista na cidade de Passo Fundo na época do auge da zona do meretrício, comenta:

[...] Prefeito, igreja e tudo, não admitiu: “Mas como vão continuar com isso aí no centro da cidade, com Cassino?” daí arremeteram várias ideias influentes, e foi ligeirinho pra tirar elas dali, ligeirinho. Mas engraçado, quan-

¹⁵ A Localização do Meretrício. *O Nacional*, Passo Fundo, 1955, p. 4, 10 fev. de 1955.

do elas foram pra lá né, aquelas casas menores, de menor expressão, ainda ficaram algumas ali, então os caras que vinham por aqui, digo “Ué, mas não tem mais a Maroca, não tem mais...?”, “Ah mas ali tem, aquela ali continua...”¹⁶

Maria Teresa de Dreher, moradora da rua Quinze de Novembro há 63 anos, também comenta a questão da retirada:

Já tava sendo centro aqui né e eles queriam modificar tudo aqui então botaram elas lá longe, mas elas não queriam ir, deram um campo uma coisa lá, mas elas não queriam ir, ficava muito contramão [...] Com esses que tinham mais dinheiro já foram né, daí ficaram aquelas mulher mais pobre, aquelas dona de casa mais pobres, que não queriam sair... Mas o que tinha dinheiro já foi se mandando.¹⁷

Além da efetiva medida de retirada, a zona do meretrício passou de fato a ser controlada. No dia 15 de fevereiro de 1955, o jornal *O Nacional* divulgava um artigo assinado pelo delegado de polícia Joaquim Germano Melgaré declarando algumas medidas a serem empregadas pela polícia quanto à prostituição:

a) Localizar as casas de tolerância em ruas escusas, afastadas das igrejas, templos, associações, casas de educação e instrução; b) Manter nessas casas as vidraças sempre fechadas e guarnecidas de cortinas; c) Proibir que as prostitutas se conservem nas janelas e portas de suas casas e perambularem pelas ruas em atitudes provocadoras; d) Obrigar as mesmas a fecharem suas casas em determinada hora da noite; e) Organizar um rol ou um prontuário das meretrizes domiciliadas no local com a identificação e de mais dados referentes a cada uma; f) Instituir o exame médico periódico das mulheres, obrigando a tratamento as afetadas por moléstias suspeitas; g) Inspeccionar as casas de tolerância a fim de prevenir os delitos e fiscalizar a boa execução das determinações policiais. Isto quanto á prostituição pública ou ostensiva [...]¹⁸

As medidas tomadas para o controle da zona do meretrício não constituíram uma realidade restrita somente ao município de Passo Fundo. Margareth Rago no livro “Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930) expõe um panorama dos “porões da cidade” (como chama as zonas de meretrício) e cita algumas

¹⁶ DUARTE, Antonio Augusto Meirelles. *A Zona do Meretrício na Imprensa*: depoimento. [18 de Janeiro de 2016]. Passo Fundo: Entrevista concedida a Marlise Meyer.

¹⁷ DREHER, Maria Teresa de. *A Zona do Meretrício na Imprensa*: depoimento [15 de janeiro de 2016]. Passo Fundo: Entrevista concedida a Marlise Meyer.

¹⁸ Compete á policia a vigilância sobre a prática do lenocínio. *O Nacional*. Passo Fundo, 1955, p. 2, 15 fev. de 1955.

medidas tomadas em São Paulo no ano de 1896, “uma atuação direta do Estado na organização da vida do submundo” (RAGO, 2008, p. 112):

a) Não são permitidos os hotéis ou conventilhos, podendo as mulheres públicas viver unicamente em domicílio particular, em número nunca excedente a três; b) As janelas de suas casas deverão ser guarneçadas, por dentro, de cortinas duplas e, por fora, de persianas; c) Não é permitido chamar ou provocar os transeuntes por gestos ou palavras e entabular conversação com os mesmos; d) Das 6hs da tarde às 6hs da manhã nos meses de Abril e Setembro, inclusive, e das 7hs da tarde às 7hs da manhã dos demais, deverão ter as persianas fechadas, não lhes sendo permitido conservarem-se às portas; e) Deverão guardar toda decência no trajar uma vez que se apresentem às janelas ou saiam à rua, para o que deverão usar de vestuários que resguardem completamente o corpo e o busto; f) Nos teatros e divertimentos públicos que frequentarem deverão guardar todo o recato, não lhes sendo permitido entabular conversação com homens nos corredores ou nos lugares que possam ser observados pelo público (RAGO, 2008, p. 113-155).

As medidas implementadas no século XIX em São Paulo também foram uma iniciativa do delegado da época (Cândido Motta). Em geral, em ambos os decretos, é perceptível que visavam “limitar qualquer expressão autônoma das meretrizes”, definindo seus horários, vestimentas, procurando “isolar do mundo exterior o espaço das relações ilícitas” (RAGO, 2008, p. 114).

Esse confinamento das zonas de meretrício em um determinado espaço da cidade (geralmente mais afastadas) foi um fenômeno nacional que se refletiu na cidade de Passo Fundo. Em 1955, quando as meretrizes se retiraram da rua Quinze de Novembro por determinação das autoridades, tiveram que se estabelecer em bairros afastados do centro da cidade.

Conclusão

A zona do meretrício, apesar de ter sido um espaço à margem, era também frequentada pela alta sociedade, porém à medida que representava um obstáculo aos interesses dessa mesma sociedade e ao progresso urbanístico, as meretrizes tiveram que se retirar. Esses interesses foram representados pelo *O Nacional* na campanha de retirada.

A fonte jornalística no presente trabalho foi de suma importância, tendo em vista que os processos judiciais e documentos oficiais relacionados à rua Quinze de Novembro nas primeiras décadas do século XX são de

difícil acesso, pois a zona do meretrício ainda representa uma história na cidade de Passo Fundo que muitos querem esquecer, ao menos partes dela.

A partir da publicação de *O Nacional*, em 1949, a respeito do alcance da zona do meretrício, descrevendo-a como “o motivo obrigatório das conversas dos viajantes de todas as latitudes¹⁹”, podemos observar a influência desse espaço no imaginário social dos passo-fundenses e da região. O jornal ajudou a construir esse imaginário sobre a rua Quinze de Novembro como um local proibido, marginal, violento, porém também o situava num espaço alternativo do município, que se consolidava nos moldes das cidades modernas:

Foi interessante né e depois sabe que ficou...incutiu na mente né!? E às vezes a gente assim “Ah, não tem mais problema!”, mas tu descias a rua parece que tava fazendo uma coisa proibida né, que não era o bom, fica né? Realmente, a memória grava, né?²⁰

Referências

DOMINGOS, Maria D. C. **Uma verruga no nariz:** A transferência do meretrício da rua 15 de Novembro. Dissertação (Mestrado em História Regional) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 1997.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Domínios da Imagem**, Londrina, n. 2, maio de 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/issue/view/1013/showToc>>. Acesso em: 25 out. 2016.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassaneze. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MACÊDO, José Emerson Tavares; SOUZA, Maria Lindaci Gomes. **A Charge no ensino de História**. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2004%20%20Jos%C3%A9%20Emerson%20Tavares%20de%20Macedo%20TC.PDF>. Acesso em: 25 out. 2016.

MOREIRA, Isabel Cristina Cavalcante Carvalho; MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza. A Violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades.

¹⁹ Uma Verruga no Nariz da Cidade. *O Nacional*. Passo Fundo, 1949, p. 9, 10 out. de 1949.

²⁰ HAHISI, Maria Teresa. *A Zona do Meretrício na imprensa*: depoimento [23 nov. de 2015]. Passo Fundo: Entrevista concedida a Marlise Meyer.

Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 20, n. 5, set./out. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692012000500018&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 09 maio 2015.

NASCIMENTO, Márcia. **Prazer Marginal e Política alternativa: A Zona de Metrúcio em Passo Fundo (1939-1945)**. 2003. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

Rua Quinze de Novembro, um enquadramento fotográfico fantasma

Fabiana Beltrami da Silva¹

No processo de pesquisa sobre a rua Quinze de Novembro, verificamos que os acervos iconográficos da cidade não possuem imagens fotográficas dessa região, apesar da rua estar próxima do centro da cidade e da movimentação da ferrovia. As observações deram-se pelos acervos do Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, Museu Histórico Regional, Arquivo Histórico Regional, do site Projeto Passo Fundo e de livros que contam a história de Passo Fundo e que possuem imagens fotográficas. Mesmo em entrevistas, constatou-se que as fontes não possuíam imagens da rua. Surgiram, então, dois questionamentos: primeiro – por que a rua Quinze de Novembro não se faz presente nas imagens da cidade, produzidas nas décadas de 1930, 1940 e 1950? Considerando que a rua ficava próxima do centro da cidade e da ferrovia, que movimentou a chamada “Rua do Meretrício”, e com destaque nas notícias dos periódicos da época, que mencionavam as moças que viviam nos cassinos – *dancings* – casas, chamando a atenção de todos por ser “de parar o comércio”². Além disso, a região era frequentada por pessoas “abonadas”³, da alta sociedade⁴. Segundo: quais as regiões tornaram-se objetos da lente dos registros fotográficos daquela época e que hoje constituem elementos identitários da cidade?

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, fotógrafa e professora.

² D’ARIENZO, Aniello. Documentário audiovisual – Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

³ TOGLIO, Erno. Documentário audiovisual – Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

⁴ RIBEIRO, Carmem. Documentário audiovisual – Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

Para tanto, nosso olhar voltou-se para a produção fotográfica e o enquadramento escolhido para representar as regiões da cidade. Focamos, em breves análises, a avenida Brasil e a praça Marechal Floriano, pois são algumas das primeiras regiões que abrangem usos e sentidos públicos da cidade – a avenida Brasil como a primeira rua a estabelecer o comércio na urbe e a praça Marechal Floriano como a primeira a agregar o envolvimento da cidade com a religião, cultura, arte, bailes, discussões políticas e ruas que sempre se fizeram presentes nas imagens. Outra fonte de investigação foi o Plano Diretor de 1953, feito por uma equipe de arquitetos de Porto Alegre para a administração municipal. Esse documento expressa uma leitura da cidade e uma proposta de organização do urbano no início da década de 1950. Vale ressaltar que as escolhas realizadas nesse período constituem a visão construída sobre a cidade. Considerando tais conjecturas, o estudo dividiu-se em três partes: 1) as imagens fotográficas da cidade; 2) a cidade antes do Plano e 3) que rua do meretrício?

1 As imagens fotográficas da cidade

No momento do clique, o fotógrafo, ao mesmo tempo em que inclui no enquadramento escolhido seus elementos de interesse – pessoas, prédios, ruas, objetos –, exclui os outros componentes pertencentes ao contexto. Para tanto é necessário, ao ler/estudar imagens de cidade, observar o que não foi incluído nela, já que alguns elementos que aparecem na foto podem relacionar-se com os objetos enquadrados, portanto fazendo parte do conteúdo histórico daquela imagem.

A fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão de acontecimentos. Em segundo lugar, ele é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma, etc. (MONTEIRO, 2006, p. 12).

Ao selecionar, o fotógrafo cria uma imagem a partir do real, um recorte que considera vários fatores técnicos – como a lente, o tipo de máquina, a luz – e, conscientemente ou não, traz referências de sua vida – seu cotidiano na cidade, seu conhecimento político, social, econômico, etc. (KOSSOY, 2007).

Apesar das imagens filmica, fotográfica e videográfica estarem impregnadas de resíduos do real, elas não são uma extensão da realidade, mas sim

uma criação interpretativa fruto de um imaginário social e que, ao mesmo tempo, engendra outros, que podem até mesmo vir a se transformar em realidade (NOVAES, 2005, p. 111).

O ato de valorizar um elemento, uma paisagem, uma pessoa, um monumento, uma edificação já é uma condição constituída na “escrita” fotográfica, e há possibilidades de outros envolvimento, como por exemplo registrar o desenvolvimento da cidade ou espaços importantes da mesma no decorrer dos anos.

A fotografia de cidade, ao “enquadrar” certos espaços ou elementos urbanos, pode fortalecer a imagem de determinados lugares, tornando-os centros visuais nas representações da urbe pela população ou para visitantes, bem como para aqueles que não conhecem a cidade.

Enquadrar é, portanto, fazer deslizar sobre o mundo uma pirâmide visual imaginária (e às vezes cristalizá-la). Todo enquadramento estabelece uma relação entre um olho fictício – o do pintor, da câmera, da máquina fotográfica – e um conjunto organizado de objetos no cenário: O enquadramento é, pois, nos termos de Arnheim, uma questão de centramento/descentramento permanente, de criação de centros visuais, de equilíbrio entre diversos centros, sob a direção de um “centro absoluto”, o cume da pirâmide, o Olho (AUMONT, 1993, p. 154).

Nesse sentido, o ato de recortar visualmente o espaço fotografado, colocando nele objetos de interesse, centralizando aspectos referentes ao conteúdo da imagem, descentralizando da temática o que não aparece, excluindo o espaço/objeto/pessoa, etc., faz com que haja uma inclusão/exclusão de prédios, de pessoas, de objetos da cidade, conseqüentemente evidenciando tempos históricos ou excluindo-os.

Complementariamente, na constituição técnica da imagem, o “ponto de vista” de Aumont organiza-se em três significados: “1. Um local, real ou imaginário, a partir do qual uma cena é olhada; 2. O modo particular como uma questão pode ser considerada; 3. Enfim, uma opinião, um sentimento com respeito a um fenômeno ou a um acontecimento” (AUMONT, 1993, p. 156). Ou seja, o enquadramento em união com o ponto de vista interfere no que e como vai ser expressa aquela imagem e de que forma ela vai ser lida e, ainda, como ela pode contextualizar e focar conteúdos históricos.

Ao escolher a paisagem na cidade, o fotógrafo pode produzir a foto por vontade própria ou por ter sido solicitado a fazer a imagem de determi-

nado assunto. Ainda assim, para além da procedência do pedido, ele vai registrar o espaço que foi constituído/ocupado pelo homem. Esse espaço é uma construção social/econômica/política, imbricada com a condição geográfica do espaço físico, no qual a urbe vai sendo estabelecida e, a partir da circularidade temporal e da dinâmica das relações sociais, formada em espaços públicos e privados. Estabelecimentos entre ruas, quadras, comércio, residências, edificações, monumentos fazem parte do conjunto de relações entre pessoas físicas e jurídicas (VISCARDI, 2010). Para tanto, ao registrar a cidade, o fotógrafo vai registrar uma sequência de épocas dos fenômenos políticos, econômicos, sociais, estabelecidos ali.

Os atores sociais – políticos, comerciantes, servidores públicos, particulares, professores, moradores, etc. – adquirem uma relação muito próxima com a cidade em que vivem. Positiva ou negativa, essa relação com a cidade torna os indivíduos parte da cidade. Assim, os espaços tornam-se importantes no cotidiano dos atores na urbe, como curso espacial de suas próprias vivências e conseqüentemente de suas próprias histórias. Essas relações entre as pessoas, com os bairros, trabalhos, com o centro da cidade, através da convivência distante e/ou aproximada entre os residentes na cidade ou não, podem gerar informações sobre as experiências e leituras do urbano, tanto individual como coletivamente, para uma possível memória urbana, como explica Ortegosa:

Um dos aspectos fundamentais na vida de uma cidade, portanto, é o conjunto de recordações que dela emergem: a memória urbana é a realidade que marca nossa própria fugacidade na história, ao mesmo tempo em que anuncia a possibilidade de transcendermos nossa temporalidade individual (<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/30> – Sandra Mara Ortegosa, acessado em 27/01/2016).

Quais as regiões da cidade que permaneceram representando a effigie da urbe nas décadas de 1930, 1940, 1950? Quais serão as imagens que foram incluídas no enquadramento fotográfico e permanecem no que podemos considerar o imaginário/memória de Passo Fundo?

As imagens que serão apresentadas foram escolhidas por pertencer às regiões que aparecem com mais incidência nas fontes pesquisadas, nos acervos públicos e particulares de fotografias e nas publicações de periódicos.

1.1 A antiga rua das Tropas

Os caminhos abertos antigamente pelos índios Guarani e Kaigangs (na sua grande maioria da família Je) foram utilizados pelos tropeiros ao passar pelo terreno em que se estabeleceria Passo Fundo. Tal caminho seria primeiramente a rua das Tropas, depois rua do Commercio e, no início do século XX, mudaria de nome para avenida Brasil, fazendo parte de uma das mais importantes estradas do Brasil: a BR 285 (MIRANDA, 2005). Foi entre 1888 e 1902 que os entornos da primeira capela começam a ser habitados, expandindo para o lado contrário ao Boqueirão e urbanizando a então rua do Comércio (MIRANDA E MACHADO, 2005).

Essa se tornou a principal rua da cidade. O comércio estabeleceu-se, e clubes, hotéis, faculdades, instituições financeiras (bancos), a Intendência Municipal também se fixaram nesse espaço por um determinado período e até estúdios fotográficos, entre outros estabelecimentos. Era por ela que quem viesse do norte ou do sul do estado chegaria à cidade (LECH, 2007).

Figura 01: Fotografia da avenida Brasil



A imagem foi tirada da rua Teixeira Soares sentido centro. No lado direito da imagem está o prédio que seria a Intendência Municipal; no centro da foto, o Prefeito Coronel Arthur Ferreira Filho. Fonte: “Passo Fundo – Memória e Fotografia”, p. 29. Autor: Foto Moderna. Ano: 1940

Figura 02: Fotografia da avenida Brasil com a esquina da rua General Netto



No lado esquerdo aparece o Hotel Avenida. A localização segue a direção Centro/Boqueirão. Fonte: Acervo Museu Histórico Regional. Autor desconhecido. Ano: 1934

1.2 A praça Marechal Floriano e suas ruas

Com a chegada do trem à cidade se “alterou o eixo da expansão urbana da avenida Brasil para a região da praça Marechal Floriano, revelando a importância da ferrovia para o desenvolvimento local e regional” (ZANOTTO, 2016, p. 80). O crescimento geográfico e populacional foi consequência do desenvolvimento econômico graças à instalação dos trilhos na cidade pelo projeto de ligação da ferrovia Santa Maria/RS a Itararé/SP, no qual Passo Fundo passou a integrar o trecho Santa Maria – Marcelino Ramos. Em 1898, é construída a Estação Férrea da Gare (RIBAS, D.; FIOREZE, Z. G., 2004, p. 100).

[...] a ferrovia cortou, abriu, percorreu e valorizou campos e matas com abundância de madeira de lei, necessária para os colonos, para as colonizadoras e comerciantes. Ao seu redor, todos estruturaram suas vidas e seus estabelecimentos, valorizaram as terras e a fertilidade natural, sendo as matas,

aos poucos, substituídas pela agricultura de trigo e milho. Com a consequente dinâmica da indústria moageira, da banha e da carne (TEDESCO; SANDER, 1997, p. 119).

Assim a rua General Netto tornou-se importante, pois era a rua que ligava a estação férrea à principal avenida da cidade, a avenida Brasil, trazendo toda a movimentação de moradores, visitantes e homens de negócio para essa região. Tal era a importância da rua, que o cemitério, entre a atual rua Independência e a rua General Netto, fora retirado do local e transferido para outra região (KNACK, 2013). Mais tarde, em 1940, o local tornou-se a rodoviária. Assim, juntamente com o desenvolvimento econômico e cultural da cidade, em 1910 foi demarcada a quadra da praça da República, cujo nome, a partir de 1913, passa a ser praça Marechal Floriano (MIRANDA; MACHADO, 2011).

Nesse contexto, tardiamente chegaria a Belle Époque⁵ passo-fundense. A praça começa a ter a fisionomia de um espaço de convivência entre os moradores e pessoas que chegavam à cidade, ganhando ajardinamento, bancos e passeios. Os cafés, cinemas, clubes e hotéis começam a estabelecer-se nos arredores dela nas décadas seguintes.

[...] a cidade encontrou a modernidade: as ruas se iluminaram com a substituição dos lampiões a querosene por lâmpadas elétricas; a rede telefônica encurtou distâncias; a instalação do primeiro banco agilizou o comércio; o primeiro cinema encantou os habitantes (MIRANDA; MENDES, 2011, p. 22).

A praça foi repetidamente fotografada no decorrer das décadas. A primeira imagem (Figura 03) que se traz aqui foi reproduzida em quatro livros diferentes; em um deles, a fotografia tornou-se capa (MIRANDA e MACHADO, 2013). Sendo que esse ângulo e outros parecidos foram registrados em épocas diferentes.⁶ Na imagem abaixo, a centralização da fotografia e seu tamanho, comparado ao texto, pode revelar certo destaque na imagem ou para o local. Ela mostra a praça Marechal Floriano da perspectiva da rua General Netto, mostrando ao fundo o Banco da Província, na esquina da rua Morom e rua Bento Gonçalves. Na imagem seguinte (Figura

¹ A Belle Époque foi um movimento/desenvolvimento cultural, artístico e social na França no início do século XX.

² Esse enquadramento, praticamente do mesmo ângulo, é repetido. No livro “Passo Fundo – Memória e Fotografia”, aparece uma imagem de 1942.

ra 04), a praça foi mostrada a partir da rua Morom, na sequência a praça e ao fundo a rua Bento Gonçalves, destacando-se o Clube Caixeiral.

Figura 03: Fotografia da praça Marechal Floriano



Praça Marechal Floriano, tirada do canteiro central da rua General Netto. Ao fundo vê-se o Banco da Província, na esquina das ruas Moron e Bento Gonçalves. Fonte: “Passo Fundo: Presentes da Memória”, p. 16-17. Autor: Foto Moderna. Ano: 1940

Figura 04: Cartão postal da praça Marechal Floriano vista do alto



Ao fundo, a rua Bento Gonçalves. Vê-se o prédio do Clube Caixeiral. Fonte: Acervo Museu Histórico Regional. Autor: Foto Moderna. Ano: 1942

Outra rua importante ao redor da praça foi a Morom. Essa via recebeu o primeiro calçamento da cidade em 1925, antes mesmo da avenida Brasil receber tal cobertura. A foto de 1940 (Figura 06) ilustra um fragmento de suas edificações, e a pavimentação também foi capa de livro.

Figura 05: Rua Morom



Fotografia reproduzida em livro. Fonte: "Passo Fundo: Memória e Fotografia", p. 42. Autor: Foto Moderna. Ano: 1940

1.3 Catedral Nossa Senhora Aparecida

Voltamos um pouco na história. Para a "conquista" do passo acontecer, ou seja, o território desenvolver-se até as margens do rio Passo Fundo e ter proeminência política e econômica, era necessária a presença da igreja, condição para que Passo Fundo passasse a ter o status de povoado (ÁVILA, 1997, p. 60). Então, em 1835, inicia-se a construção de uma capela. Dez anos mais tarde, ela recebe uma reforma devido ao interesse político/econômico; na época, o Estado e a Igreja compartilhavam as atividades

administrativas civis – era necessária a presença constante de um vigário e coadjutor, subordinados ao bispo, como também a funcionários do Estado, os quais eram pagos pelos mesmos e responsáveis pelos registros civis: batizados, matrimônios e sepultamentos. Assim, a cidade passa à condição de Freguesia. Alguns anos mais tarde, a capela é desmanchada devido a seu estado precário e, em 1890, o espaço católico na cidade muda-se de lugar e vai para a praça Tamandaré, onde se inicia a construção da Igreja Matriz. Com a mudança do movimento urbano centrado na praça Marechal Floriano, após a construção da ferrovia em 1989, o terreno da antiga capela começa, em 1937, a receber as fundações da futura Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida.

Figura 06: Desfile cívico



Desfile cívico ocorrido na praça Marechal Floriano – rua General Netto. A catedral estava sendo construída. Autor: Foto Moderna – Armando Czamanski. Fonte: Projeto Passo Fundo. Ano da foto: década de 1940. Acesso em: 31/07/2016

Figura 07: Rua General Netto; na direita, construção da catedral

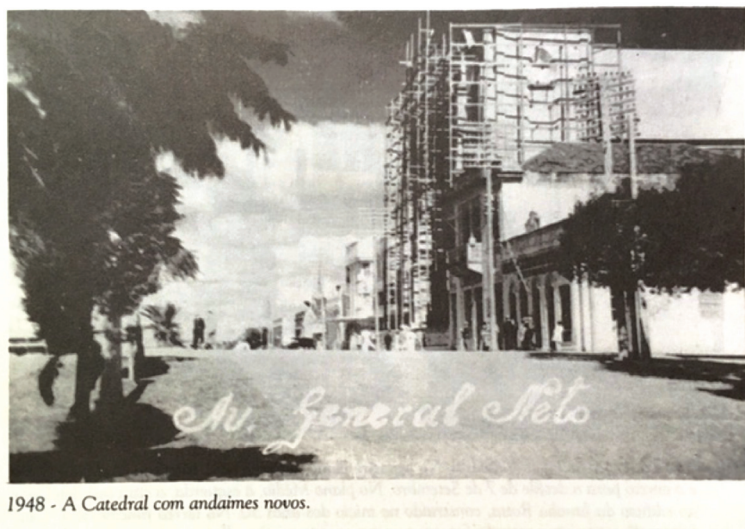


Imagem reproduzida em livro. Fonte: “Passo Fundo: Memória e Fotografia”, p. 60. Autor: Desconhecido. Ano: 1948

Figura 08: Fotografia da General Netto/Praça



Fotografia da esquina da rua General Netto com a rua Independência; ao fundo, a catedral. Fonte: Plano Diretor, 1953, p. 19. Autor da foto – Nestor Nadruz. Ano: 1952/53

1.4 Rua Quinze de Novembro

A Figura 09 mostra a localização da rua Quinze de Novembro (à esquerda do mapa); ela continua a mesma – uma quadra abaixo da rua Sete de Setembro (onde na época estavam os trilhos do trem), distante três quadras de distância da praça Marechal Floriano e segue até cruzar a avenida Brasil para o outro lado, próxima dos principais estabelecimentos daquela via.

Figura 09: Mapa da região central da cidade. Mostra a rua Quinze de Novembro, a praça, a avenida Brasil, a antiga ferrovia em verde



Fonte: Google, acesso em 17/10/2016

A rua Quinze de Novembro teve, de 1853 até 1912, seu crescimento centrado apenas em duas quadras, para ambos os lados a partir do cruzamento com a avenida Brasil. Entre 1913 e 1918, as quadras vão se ampliando. Nessa época, a ferrovia já estava estabelecida, e as regiões do rio Passo Fundo, da praça do hospital da cidade e também a vila Shell, onde a Quinze de Novembro estava localizada, se constituíram. A partir de 1918, houve

uma grande expansão na cidade, surgindo bairros importantes, como a vila Rodriguez e a vila Luíza (MIRANDA; MACHADO, 2005). A rua Quinze de Novembro avizinhava-se da vila Luíza. Meirelles Duarte, em depoimento oral, afirma que a “rua Quinze de Novembro se tornou famosa no estado, no final da década de 1930, toda a década de 1940 e até a metade da década de 1950”⁷.

As imagens ilustrativas da rua só aconteceram nos jornais, porém não eram da rua propriamente dita, mas sim do “Cassino Palácio”.

Figura 10: Anúncio no jornal



O Nacional de 24/02/1949. Fonte Arquivo Histórico Regional

⁷ DUARTE, Meirelles. Documentário audiovisual – Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

Meirelles Duarte enfatiza que a “noite passo-fundense da rua Quinze de Novembro era famosa além-fronteiras do próprio estado”, isso porque era a rua das casas de prostituição, dos *dancings* e do Cassino Palácio, onde circulavam grupos musicais famosos da Argentina, Uruguai e as “moças mais belas” dos países vizinhos e até da França.⁸ A circulação de pessoas que tinham poder financeiro era intensa, conforme explica seu Anielo: “animavam a noite, e ali havia muito dinheiro, que era o dinheiro do contrabando de pneu”⁹. Meirelles confirma a informação: “A rua Quinze foi projetada por causa da era do contrabando de pneus”. A rua estendia-se por três quarteirões como lugar de festa e prostituição, segundo explica Enes, “porque a Quinze, a zona mesmo, descia da Independência, sabe que tem a escada alta, daí pra esquerda, pra direita era cidade, e mais uns barzinhos que tinha”¹⁰.

Permanece na memória dos entrevistados a intensidade dos relacionamentos que lá se deram, bem como a exuberância das mulheres que trabalhavam no cassino. As falas confluem em certa admiração, as moças “estavam sempre na moda”, com leituras estrangeiras vindas de Paris, eram muito bonitas e bem arrumadas. Conquistaram alguns dos moradores locais mais “abonados”, tanto que muitas se casaram, formando suas famílias na alta sociedade.

2 O Plano Diretor de 1953

Com a expansão da cidade, em 1953 um Plano Diretor foi realizado a pedido da administração municipal por uma equipe vinda de Porto Alegre, capital do estado. Nessa época, o número de habitantes aproximava-se de 26 mil. Os estudos feitos para tal documento enfatizaram a avenida Brasil e a rua General Netto.

⁸ PINHEIRO, Wilson. Documentário audiovisual – Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

⁹ D'ARIENZO, Aniello. Documentário audiovisual – Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2015

¹⁰ TROGLIO, Enes. Documentário audiovisual – Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2015.

A avenida Brasil, além de constituir uma das geratrizes, a única via predominante e caracterizada por uma maior largura, é a ligação entre a avenida Brasil e estação ferroviária (avenida Gal. Netto). A avenida Brasil, além de constituir uma das geratrizes do traçado, assumiu, através dos tempos, marcante importância no acervo material e, principalmente, sentimental dos passo-fundenses (2000, Plano Diretor – Ano de 1953, p. 30).

A região da praça Marechal Floriano, “a encosta sul, da coxilha grande”, também é destacada pelo documento, conforme segue a citação abaixo.

Afirmada a ocupação do lugar e aumentando a sua população, foi se afastando o perigo das incursões indígenas. O alto da colina (3) foi ocupado pela Capela, e o casario continuou avançando na direção do “passo” e na direção do novo órgão solicitante – o centro religioso. Em determinado momento, aparece outro importante elemento de atração – a linha férrea – e se localiza a estação em (4). Essa exerce um tal poder que a colina próxima passa a ocupar a posição mais importante – ali se densifica o casario e se instala definitivamente o centro tradicional da cidade. A estação foi, assim, o fator decisivo para a localização do comércio atacadista na encosta sul da coxilha grande e para a consolidação do centro no topo da mesma (1) (croquis n. 2b). O antigo centro genético nada mais significa para a cidade – nem como fato material e nem como reminiscência cultural (2000, Plano Diretor – Ano de 1953 p. 14 e 15).

Pela citação fica claro que a região da praça Marechal Floriano era o centro religioso e urbano da cidade, tendo delimitado a localização do comércio atacadista dessa região. Ressalta-se também que a ferrovia foi importante para a circulação de pessoas, já que era ligada pela rua General Netto à catedral e avenida Brasil.

A figura 08 se faz presente no Plano Diretor de 1953. A legenda original da imagem é “construções modernas no centro urbano”; tal modernidade refere-se à catedral, já que é o prédio de maior destaque na fotografia. Essa mesma legenda também faz referência a construções localizadas na rua Morom. Até aqui as referências do plano coincidem com as imagens que mostramos anteriormente por situar-se cronologicamente até a década de 1950, ilustrando o quão importantes eram os estabelecimentos que se fixaram nessas regiões.

No Plano Diretor, além das citações referentes a moradias precárias, ainda remanescentes do início do processo de urbanização a partir da avenida Brasil, são elencadas as várias partes da cidade com casas insalubres e indicadas as principais concentrações das mesmas. Nesse sentido, a primei-

ra a ser citada é a vila Luiza¹¹, muito próxima da rua Quinze de Novembro, ao sul da cidade.

Em depoimento, Maria, residente na rua desde meados da década de 1940, indica que “já estava sendo centro aqui, aí eles queriam modificar tudo, então botaram elas [prostitutas e dançarinas] lá longe, mas elas não queriam ir [...]”¹². A fala dela refere-se à década de 1950 e posteriormente, lembrando as tentativas de tirar a “zona do meretrício” daquela região da cidade.

3 Que rua do meretrício?

Ao olharmos as imagens da cidade de Passo Fundo nesses anos de desenvolvimento urbano, registrado por inúmeros fotógrafos e seus dispositivos, percebemos a ausência de imagens sobre a rua Quinze de Novembro. Os espaços que eram registrados tinham vínculos com a religião, com o comércio e a praça, espaços que tiveram seu desenvolvimento oriundo da ferrovia, representando a modernidade e a expansão da dinâmica industrial na cidade.

A rua Quinze não foi registrada no papel fotossensível; se foi, as imagens estão numa gaveta profunda, escondidas dos olhares dos moradores e também dos pesquisadores. A memória visual, as efigies da cidade delimitaram-se, em grande parte, à praça nas fases de alteração e construção da catedral e da avenida Brasil. Esses locais tornaram-se espaços de memória pela imagem fotográfica. Para Kossoy, “é fundamental que se perceba o papel da imagem fotográfica enquanto elemento de fixação da memória [...]” (KOSSOY, 207, p. 60). Se a fotografia pode ser um elemento de fixação de memória, só temos a memória imagética dos outros espaços da cidade, que, entretanto, estavam muito próximos da Quinze de Novembro.

As imagens da praça, das demais ruas, da avenida e do templo religioso correlacionam a fotografia com o espaço e o tempo, afirmando que o seu significado vai além do explícito – é necessário “ver” as lacunas silenciosas

¹¹ Plano Diretor – Ano de 1953, 2000, p. 34.

¹² RIBEIRO, Maria. Documentário audiovisual – Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

que a fotografia, enquanto fonte histórica, possui. Tal silêncio observa-se na ausência de memória fotográfica da rua Quinze de Novembro. Tal vazio, considerando a importância que tinha para a vida noturna passo-fundense, como espaço de sociabilidade e lazer, de acordo com os depoentes, trouxe-nos as indagações iniciais.

As imagens fotográficas e o objeto que elas apresentam em sua forma corresponde à relação da sociedade com o passado, com os significados culturais da época vivenciada. Portanto a memória urbana e fotográfica pode revelar muito mais: “[...] a imagem, em cada época, educa a visão e os olhos. A imagem produzida pelo homem diz ao homem, em cada época, quem o homem é” (MARTINS, 2008, p. 20), os lugares onde esteve e que dotou de sentido.

João Carlos Tedesco traz reflexões sobre *lugar* a partir das considerações de Halbwachs, afirmando que, “do ponto de vista temporal, a memória reinvoca um fato que coloca em algum ponto do espaço”. Segue, complementando com Nora, “os lugares de memória são espaços que se condensam às imagens de um passado carregado de significados” (TEDESCO, 2004, p. 207). Considera-se, nesse âmbito, a fotografia como um lugar de memória, já que ela carrega a representação do real ou de um passado histórico, funcionando nos dias atuais como memória de lugares, de fatos e de pessoas, intencional e ativamente deixando vestígios e recordações.

Tal ausência torna-se indicativa da construção de um discurso composto por escolhas que excluem do repertório imagético da cidade o enquadramento fotográfico da rua Quinze de Novembro, transpondo-o num espaço fantasma, constituindo-se em negação de uma memória. Em que lugares estariam escondidas as reminiscências da polêmica e acalorada rua Quinze? Onde estão os registros fotográficos? Quais são os motivos de não figurar nos livros?

A fotografia coloca-nos num certo nível de contato com o passado, mas o faz de forma frágil: testemunha fenômenos e movimentos fragmentados, em que a memória deve debruçar-se para complementar os sentidos; aponta na direção de uma “realidade” de forma lacônica. Ainda assim, a capacidade expressiva das lacunas é denunciadora de narrativas hegemônicas e excludentes; nelas o “silêncio” torna-se espaço para a atuação do imaginário.

Referências

- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Cidade Como História da Cidade**. Tradução Pier Luigi Cabra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas, SP: Papirus, 1993. Edição 2002.
- AZEVEDO, Luiz Juarez Nogueira. **Memória de nossa Praça**. Projeto Passo Fundo. Disponível em: <http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=5064>. Acesso em: 31 jul. 2016.
- BARRETO, Thais Menna Barreto. **Pioneiros do uso da fotografia para o urbanismo no Rio Grande do Sul**. Acervos Ubatuba de Farias e Nestor Nadruz. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1278292885_ARQUIVO_PIONEIROSDOUSODAFOTOGRAFIAPARAOURBANISMONORIOGRANDEDOSUL.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BATISTELA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história** – indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- CALDEIRA, Júnia Marques. **A Praça Brasileira** – trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. Tese de Doutorado, Campinas, 2007.
- CANABARRO, Ivo dos Santos. **Dimensões da Cultura Fotográfica no Sul do Brasil**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. **Espaço-tempo da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. Tempo e História no Plano das Avenidas. **Revista Urbana – eletrônica**. Ed. 2, v. 2, São Paulo: Unicamp, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** – artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CIAVATTA, MARIA. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DAMIAN, Marco Antonio; DAMIAN, Heleno Alberto. **Páginas da Belle Époque Passo-fundense**. Passo Fundo: Editora Passograf, 2008.
- DIEHL, Antônio (Org.). **Passo Fundo: uma história, várias questões**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução Marina Appenzeller. Campina, SP: Papyrus, 1993. Edição de 2011.

FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia: Usos e Funções no século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FRÈMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

FRIZOT, Michel. “Fotografia”, um destino cultural. In: SANTOS, Alexandre; CARVALHO, Ana Maria Albani de. **Imagens: arte e cultura**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

HACKING, Juliet. **Tudo sobre fotografia**. Editora GMT, 2013.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec/Senac São Paulo, 2005.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 2002.

_____. **História e Fotografia**. São Paulo: Ateliê Cultural, 2014. (1. ed. Ática, 1989). 184p.

_____. **Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro**. Fotógrafos e ofícios da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

_____. **Os Tempos da Fotografia**. O Efêmero e o Perpétuo. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

LECH, Osvandré. **Passo Fundo: memória e fotografia**. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1999.

_____. (Org.). **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Pereira (do original “L’a production de l’espace. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2016.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**. v. 13, n. 1, jan./jun. 2005.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. In: O ofício do historiador, **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, jul. 2003, p. 11-36.

MIRANDA; Fernando; MACHADO, Ironita. **Passo Fundo: presentes da memória**. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de; MENDES, Jeferson dos Santos. **Passo Fundo: O passo das ruas**. Passo Fundo: Méritos, 2011.

MIRANDA; Fernando; MACHADO, Ironita Policarpo. Lugar de Passagem: toponímia e patrimônio. In: ZANOTTO, Gizele et al. (Orgs.). **Momento Patrimônio**, v. II. Passo Fundo: Aldeia Sul; Berthier, 2013.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS: história & cultura**, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.

MONTEIRO, Paulo (Org.); LECH, Osvandré. **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

NASCIMENTO, Welci. **De capela a catedral**. Passo Fundo, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Ponta de Lança. **Revista Eletrônica de História, Memória e Cultura**. Ano 1, n. 2, 2008. História e Região: Tópicos de história Regional e Local. Disponível em: <http://200.17.141.110/periodicos/ponta_de_lanca/revistas/Ponta_de_lanca_v01_n02_completa.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2016

NOVAES, Sylvia Caiuby. O etnólogo e suas imagens. In: SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec/Senac São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Annaes do município de Passo Fundo**. Reedição coordenada por Marília Mattos e outros. Passo Fundo: Gráfica e Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990.

POSSAMAI, Zita Rozane. Fotografia e Cidade. **Art. Cultura**. Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 67-77, jan./jun. 2008.

PRÄKEL, David. **Composição**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

RIBAS, Desire; FIOREZE, Zélia Guareschi. A evolução urbana da avenida Sete de Setembro: uma contribuição para a organização do espaço passo-fundense. In: SILVA, Ana Maria Radelli da et al. (Orgs.). **Estudos de Geografia Regional: o urbano, o rural e urbano da região de Passo Fundo**: UPF, 2004.

ROUILLE, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 1999 e 2006.

_____. **Espaço e método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1985.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto: 2007.

SILVA, Amanda Siqueira da; TEIXEIRA, Anderson Matos; REICHERT, Emanuel Henrich (Orgs.). **Desvendando a História Regional – novas pesquisas**. Passo Fundo: Editora Méritos, 2013.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiências e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento sócio-econômico de Passo Fundo (1900-1960)**. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Texto: História, região e poder – uma busca metodológica. **Locus Revista de História Juiz de Fora**, v. 3, n. 1. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/01/71.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.

ZANOTTO, Gizele (Org.). **Mapeamento do Patrimônio Imaterial de Passo Fundo/RS**. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2016.

Vários textos de cidade. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53. São Paulo ene./junho 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820070001&lng=es&nrm=>>. Acesso em: abr. 2016.

Resenha:
Prazer Marginal e Política Alternativa:
a zona do meretrício em Passo Fundo
(1939-1945)¹

Luciane Maldaner²

Em sua dissertação de Mestrado Márcia do Nascimento³ tem como objeto de estudo a zona do meretrício em Passo Fundo, lugar marginalizado, legal e moralmente não aceito pela sociedade dita legal. Contudo, apesar dessa marginalização (estar à margem), esse espaço expressou um poder simbólico no seio da sociedade passo-fundense no contexto repressivo da Era Vargas, segundo a autora. O recorte temporal delimitado é de 1939 a 1945, marcado como o auge da prostituição na zona do meretrício na cidade de Passo Fundo – justamente por possibilitar uma maior liberdade de expressão, conforme defende a autora, ao analisar diversas fontes históricas disponíveis, que se completaram quando cotejadas.

No que se refere às fontes, foram elas: impressas, a exemplo dos jornais que circulavam na cidade, em destaque *O Nacional* e o *Diário da Manhã* e fontes oficiais, como os relatórios da Intendência Municipal, os processos-crimes (localizados no Arquivo Público de Porto Alegre), além dos registros policiais da Primeira Delegacia de Polícia de Passo Fundo. Márcia Nascimento fez uso também de fontes orais, totalizando 26 entrevistas com pessoas da comunidade que viveram e frequentaram aquele espaço. A autora esteve atenta aos cuidados necessários com o uso de cada fonte especí-

¹ Dissertação de Mestrado defendida no ano de 2003 por Márcia do Nascimento ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

² Acadêmica do VII nível do curso de graduação em História pela Universidade de Passo Fundo.

³ Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo.

fica, pois considera os sujeitos como carregados de discursos ideológicos e não meros receptáculos de verdades absolutas.

Quanto à região delimitada para o estudo, ela engloba as ruas Quinze de Novembro, Moron, Independência e General Osório na região atualmente central da cidade de Passo Fundo. A autora toma como base para justificar sua delimitação de região as contribuições de Fernando Camargo, Ana Luisa Reckziegel e Vera Alice Cardoso Silva – os quais defendem de modo geral que a delimitação de região não precisa necessariamente seguir uma delimitação de espaço consolidado jurídica e/ou politicamente, mas sim surge da necessidade do pesquisador de defini-la privilegiando o seu objeto de pesquisa.

No primeiro capítulo, a autora busca fundamentar teoricamente a temática – a prostituição no contexto do Estado Novo – dialogando com alguns autores relevantes para o entendimento das questões levantadas. Entre esses autores pode-se citar: Margareth Rago e Pierre Bourdieu. No caso da primeira, a autora analisa a visão da sociedade ocidental sobre a prostituição, caracterizada como *lixo humano*, saturada de conotações moralistas negativas e associada a imagens de sujeira. O segundo autor decodifica a função da prostituição como um *mal necessário* para a manutenção da ordem sexualizada vigente e dos papéis pré-definidos de homens e mulheres que compõem ou não a *sociedade legal* que expressa a *moral burguesa*. Para conceitualizar *moral burguesa*, a autora faz uso das contribuições de Michael Foucault, que a define como a “expressão da repressão sexual” (p. 15).

Consciente da necessidade que a História Regional tem de se articular com as esferas nacional e internacional; a autora realiza essa mediação de maneira a estruturar **o seu fio condutor**: a construção e caracterização do seu objeto de pesquisa, isto é, a zona do meretrício como um local que propiciava a possibilidade de uma maior expressão sociocultural, política e sexual para seus frequentadores, definindo-a como um *espaço alternativo* na esfera local. Alternativo, pois no que tange ao cenário nacional, as restrições do governo ditatorial de Getúlio Vargas, que entre outras medidas impostas proibiram a prática da prostituição, dos encontros públicos e discussões políticas, resultando em uma maior busca por locais que, por localizar-se “à margem”, ficavam livres do policiamento dos órgãos oficiais e da *moral burguesa*.

A difusão desses valores no mundo ocidental ao longo dos últimos séculos encaixou-se perfeitamente nos projetos de policiamento e ordenamento moral da sociedade, impostos pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945), que durante o período do Estado Novo procurou moldar, “vigiar e punir” cada indivíduo que compunha a “Nação” no intuito de consolidar a unidade nacional, como podemos perceber nas palavras da autora (p. 141):

Não se limitava apenas aos órgãos políticos oficiais como partidos políticos ou os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Na busca dessa unidade nacional, policiavam-se as pessoas, buscando apoio junto à sociedade, uns vigiando os outros, bem como condicionamentos eram impostos por instituições como a Igreja, o núcleo familiar, a escola e a medicina. Essas instituições foram de fundamental importância para que o governo Vargas perseguisse a concretização do seu projeto, pois trabalhavam visando controlar as ações das pessoas, limitando a sua expressão, fosse ela voltada para a sexualidade, fosse para a busca de descontração ou para a expressão política.

No segundo capítulo, a autora estabelece a “inter-relação” entre os locais nacional e internacional, apresentando as características do governo de Getúlio Vargas quanto à “centralização/burocratização/modernização” (p. 50). No período, a *política dos governadores* era responsável por articular os prefeitos com as “linhas políticas” dominantes, fortalecendo a “União frente aos estados e municípios” (p. 55). A autora insere Passo Fundo no contexto da urbanização durante o Estado Novo, utilizando fontes primárias, como os relatórios de Cel. Osvaldo Cordeiro Farias, interventor federal no município, além da imprensa local. Tanto as manchetes como os relatórios evidenciavam o interesse na construção de símbolos que “auxiliavam na visualização e aprovação do novo sistema de governo”, como a praça da bandeira, o altar da pátria, além das festividades do sete de setembro (p. 61).

Durante o governo de Vargas foi instituído todo um sistema de regras e normas que tinha como objetivo a afirmação do governo. “[...] segundo esses padrões sociais e econômicos”, os cidadãos identificados como “ma-landros” passaram a entrar no rol dos criminosos. Da mesma forma, a categoria crime passou a integrar também o controle da sexualidade. Exemplo disso é o fato do “contágio venéreo” passar a ser considerado crime. Esse aspecto da imposição de uma educação sexual na cidade de Passo Fundo é

demonstrado por Nascimento, que descreve a atuação do médico José de Albuquerque na instalação do Posto de Higiene (p. 77). No entanto, ao lado da política de normatização que restringia a liberdade dos habitantes da cidade, a zona do meretrício da Quinze de Novembro alcançava o auge de seu movimento. Para a autora, a “busca da sexualidade em si não era o único objetivo”, mas a busca de uma maior “expressão política” (p. 85).

No terceiro e último capítulo, a discussão gira em torno do conceito de espaço: o espaço formal, e não formal. Depois de discutir os conceitos de espaço/lugar como proporcionadores de uma diferenciação dos espaços formais e não formais, a autora questiona “qual seria a conotação de espaço para uma casa de prostituição? Formal ou não?” (p. 105). Para tal, a autora volta-se para a seguinte questão: Esses *dancings*, por serem frequentados pela elite, tornam-se espaços formais? Para responder essa questão, após discutir o conceito de elite, definido como um grupo que detém um “certo poder ou, então, como produto de uma seleção social ou intelectual” (p. 110).

A questão do contrabando é abordada pela autora, articulando a história local com o global. Márcia do Nascimento relaciona os *espaços alternativos* em Passo Fundo com o pano de fundo internacional da Segunda Guerra Mundial. O fato provocou alterações e restrições político-econômicas no Brasil, que, além de participar do conflito a partir de 1942, sofreu com as restrições na importação e exportação de bens de consumo para os países envolvidos na guerra. Entre essas restrições, o Brasil ficou oficialmente proibido de exportar produtos para o país vizinho, a Argentina. Em consequência, o contrabando de pneus teve sua era de ouro – extraía-se a borracha dos seringais na Amazônia, produziam-se os pneus nas fábricas em São Paulo e, por fim, era realizado o contrabando para a Argentina, sendo que Passo Fundo se localizava na rota dos contrabandistas (p. 126).

Esse dinheiro farto na mão dos mesmos movimentou a noite passo-fundense; eles tinham como seu quartel para a realização das negociatas os cassinos luxuosos da zona do meretrício, caracterizados pela autora como um *espaço alternativo*. O dinheiro do contrabando dos pneus possibilitou o esplendor de alguns cassinos, como foi o caso do Cassino Palácio, que teve

à sua frente Isaldina Rodrigues, vulga Maroca (p. 29), que tornou seu cassino conhecido na região, como um local de glamour, jogatinas, mulheres bonitas e música boa.

A autora encerra sua dissertação de Mestrado analisando minuciosamente os processos-crimes que envolviam a zona do meretrício em Passo Fundo, encontrados na primeira delegacia de polícia de Passo Fundo e no Arquivo Público de Porto Alegre. Percebemos por meio desses a violência presente nesse espaço alternativo, desde agressões verbais até físicas, que se caracterizam em sua maioria (p. 133).

A autora levanta outras tantas questões importantes ao longo de três capítulos, cada qual composto por cinco itens. No primeiro, ela discute sobre a questão da caracterização da prostituta dentro da moral burguesa; no segundo capítulo, triunfa a relação entre o local, nacional e internacional; no terceiro capítulo, a autora amarra a discussão inicial (discutindo os espaços) e levanta outros fatores que influenciam a construção da pesquisa – são eles a figura do malandro, a questão do contrabando e os “agitos e crimes na zona”. No geral, o trabalho tem o mérito de tratar de um tema até então inexplorado de forma acadêmica, embora relevante na história e memória de Passo Fundo. A dissertação possui um bom embasamento teórico, o que possibilita o maior aprofundamento do tema.

Referência

NASCIMENTO, Márcia. **Prazer Marginal e Política Alternativa: a zona do meretrício em Passo Fundo (1939-1945)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

Glossário

História e fotografia

Carolina Martins Etcheverry¹

As relações entre a História e a fotografia remontam ao século XIX, momento em que o campo da História se consolidava e a técnica fotográfica surgia. A disciplina histórica, ao longo do século XIX, buscava consolidar-se entre as demais ciências do homem. Nesse momento, os historiadores procuravam uma identidade própria para a sua disciplina, separando-a das demais. Era preciso, pois, criar um método próprio de trabalho, que caracterizasse a pesquisa histórica, baseado na análise crítica dos documentos escritos oficiais. Essa forma de trabalhar, creditando veracidade aos documentos históricos, formava um conhecimento objetivo e mecânico. A fotografia, por sua vez, nasce em 1826 a partir de experimentos dos franceses Niépce e Daguerre e é patenteada pelo governo francês em 1839. Segundo François Arago, grande defensor dessa nova invenção e responsável por seu anúncio na Academia de Ciências de Paris, a fotografia podia ajudar no progresso da arte e da ciência. Ele acreditava que arqueólogos, físicos e astrônomos poderiam valer-se dessa nova invenção. Entretanto os historiadores levariam mais de um século para passar a incorporar as fotografias (e os demais documentos iconográficos) como fontes e também como objetos de estudo no campo das pesquisas historiográficas. A coleção organizada em 1974 pelos historiadores Jacques Le Goff e Pierre Nora, traduzida no Brasil, em 1978, como *História: novos objetos, novas abordagens, novos problemas*, promove uma maior visibi-

¹ Doutora em História – PPGH/PUCRS. Bolsista PNPd-Capes junto ao PPGH/PUCRS.

lidade aos documentos visuais. Michel Vovelle, em seu livro *Ideologias e Mentalidades*, publicado no Brasil em 1987, traz um capítulo sobre os usos da imagem na História, complementando a proposta de Le Goff e Nora. A introdução da revolução documental pela Escola dos Annales e depois pela Nova História, portanto, faz com que novas fontes comecem a ser incorporadas ao trabalho do historiador, permitindo que a fotografia pudesse também ser considerada como uma fonte possível para a reconstrução de um momento passado.

História e imagem

Jacqueline Ahlert¹

As fontes imagéticas estiveram por muito tempo reduzidas a testemunhos à beira da oficialidade, atuando nas produções historiográficas como ilustração de informações contidas nos textos. A transformação do estatuto iconográfico passou a ocorrer quando a História ampliou o diálogo interdisciplinar – impulsionado pela Escola dos *Annales*, pela história cultural e, em especial, pela nova história cultural –, desenvolvendo e consolidando-se pela herança de diferentes legados e tradições que privilegiaram em seus estudos a variedade de objetos, domínios e métodos.

Tais perspectivas de estudo demandaram novas estratégias metodológicas. Assim, historiadores, antropólogos, críticos literários, historiadores de arte, arqueólogos, entre outros, têm explorado os ganhos de multifacetar os objetos de estudo. Nessa direção, os aportes da interpretação iconográfica como indícios² para aproximação e compreensão de fenômenos históricos têm complexificado e acrescido as pesquisas de inúmeros pesquisadores.

Imagens são um meio através do qual historiadores podem “recuperar experiências passadas, contanto que eles estejam aptos a interpretar a iconografia” (BURKE, 2004, p. 58). Para utilizar a evidência de imagens de forma segura e eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fontes, estar consciente de suas fragilidades. A *crítica da fonte* de documentos escritos há muito tempo tornou-se uma parte essencial da qualificação dos historiadores. Em comparação, “a crítica de evidência visual permane-

¹ Doutora em História – PPGH/ PUCRS. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/RS.

² O termo “indícios” no lugar de “fontes” foi sugerido pelo historiador holandês Gustaaf Renier e apropriado por Peter Burke. Cf. BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. Carlo Ginzburg, em *Mitos, emblemas e sinais* (1989), também utiliza o termo.

ce pouco desenvolvida, embora o testemunho de imagens, como o dos textos, suscite problemas de contexto, função, retórica, recordação, testemunho de segunda mão etc.” Além disso, deve-se considerar que a maioria das imagens não foi criada tendo em vista futuros historiadores, “seus criadores tinham suas próprias preocupações, suas próprias mensagens” (idem, p. 18, 24).

As leituras são realizadas, invariavelmente, no presente em direção ao passado. *Ler* uma imagem pressupõe partir de valores, problemas, ansiedades e padrões de contemporaneidade do autor, que, muitas vezes, não existiram ou eram muito diferentes no tempo da produção do objeto. Esses fatores criam muitas possibilidades de leitura e interpretação das imagens, sobretudo porque são testemunhas mudas, e é tarefa complexa traduzir em palavras o seu testemunho. Investigações nelas fundamentadas requerem instrumentos teóricos e metodológicos criteriosos, interrogações formuladas através de problemas históricos, cujas soluções possíveis acontecem por *intermédio* de fontes visuais, associadas a inúmeras outras fontes históricas pertinentes.

A História e as Ciências Sociais interessadas na análise de produções culturais partilham, necessariamente, com a história da arte, além de objetos, a certeza de que é preciso pensar sobre a inscrição social das obras e das atividades plásticas. Buscam superar a tradicional separação entre uma abordagem estética da obra, realizada por especialistas, e uma abordagem mais conjuntural, levada a efeito por outros estudiosos.

Contudo o problema da relação entre essas disciplinas ainda encontra alguns pontos de divergência. Mesmo que tenham ocorrido contatos convenientes com resultados valiosos, as abordagens e os métodos de análise mantêm-se distantes, fazendo com que, por vezes, embora falem sobre o mesmo assunto, historiadores e historiadores da arte estabeleçam um diálogo de incompreensões; tratando de objetos comuns, ambos comumente permanecem arraigados a princípios e procedimentos de suas próprias disciplinas. A história da arte, por um lado, reafirmando a noção de sucessão evolutiva de escolas e estilos, e os historiadores, por outro, buscando ler nas imagens figurativas aquilo que *já sabem* ou que pretendem apenas demonstrar, correm o risco dos “famigerados argumentos circulares”, como afirma Carlo Ginzburg (1989, p. 63). Nesses olhares transversais, não é incomum encontrar a inserção de imagem em um discurso historiográfico meramen-

te como ilustração complementar, sem que o autor cogite o estranhamento entre ambos.

O tema em questão é um imenso desafio para os pesquisadores que transitam por essas áreas do conhecimento. Sabe-se, como advertiu Michel Vovelle, que não se transferem impunemente procedimentos de um campo do saber para outro: “Já não há cabimento em dizer que se importam procedimentos. Ao mudar, eles mudam seu entorno e transformam a si próprios” (1997, p. 12). Atrelar-se alienadamente a um método, a exemplo dos de leitura e compreensão de imagens, pode custar a dependência de técnicas derivadas de uma submissão mecânica à iconografia/iconologia ou, ainda, de uma semiótica *aistoricizada*, que impede estudar seja os enunciados da imagem ou suas trajetórias.³

Há, ainda, concepções redutivas que consideram as representações como reflexo da sociedade que as produziu. Reforçam a ideia de que os objetos culturais funcionam como certo *espelho do tempo*, refletindo estruturas sociais e o pensamento dos homens que as criaram. Longe disso, as representações imagéticas são produtos sociais e, como tais, partes necessariamente estruturantes do mundo social; constituem objetos que contribuem para a percepção de sentidos, construídos na historicidade dos fenômenos.

O uso documental de imagens como vetor não só para produzir História, mas também para elucidar sua própria historicidade, demanda a consideração do ciclo completo de sua produção, circulação, consumo e, cumpre acrescentar, de ação (MENESES, 2003). Deve-se considerar os proces-

³ Na perspectiva da história social da arte, a arte é a expressão de uma visão de mundo condicionada socialmente; o indivíduo e a sociedade são histórica e sistematicamente inseparáveis; os artistas são, como as outras pessoas de sua época, seres sociais, produtos e produtores da sociedade, de modo que a transformação dos estilos (ou das formas) é considerada um evento historicamente concreto, situado em sua relação com as estruturas sociais de uma determinada sociedade. Assim, o homem cria-se na sua história à medida que confere um caráter de valor às realizações que satisfazem suas necessidades. As expressões artísticas, nascidas das solicitações da vida prática, correspondem a realidades históricas.

No entanto, deve-se considerar as problemáticas levantadas por Ernst Gombrich; para ele, as artes visuais não são, a rigor, nem “sintoma” nem “reflexo” de um eixo cultural qualquer – ou seja, não se poderia deduzir as propriedades formais de uma imagem artística a partir da história das ideias, como em Erwin Panofsky, ou da ideologia, como em Arnold Hauser, pois a ideia de homogeneidade ou de totalidade cultural é falaciosa (cf. BURKE, 2004).

sos de transação e apropriação, mobilidade e adulteração que se encontram em sua base.

O conhecimento histórico e o artístico/iconográfico não somente podem beneficiar-se, como são mutuamente interdependentes. Não é apenas o ambiente sociocultural que pode aguçar a experiência de uma imagem artística, advertiu Michael Baxandall. Porém, revertendo a equação, as próprias formas e os estilos visuais também “podem apurar a percepção que temos da sociedade” (1991, p. 224).

Ao voltar-se para a vida social, esse campo pode tomar por objetos as formas e os motivos das suas representações, das classificações e exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais de um tempo ou de um espaço na perspectiva das representações como “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1991, p. 17). Entre as contribuições de Roger Chartier para a história cultural está a elaboração das noções complementares de *práticas e representações*. De acordo com esse horizonte teórico, a cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre esses dois polos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos *entre práticas e representações* como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre eles. O esquema corresponde, respectivamente, aos *modos de fazer* e aos *de ver*.

A atenção volta-se também aos sistemas que dão suporte a esses processos e sujeitos e às normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes.⁴ Conseqüentemente, os potenciais de uma imagem limitam-se quando ela é compreendida como *sintoma* de uma concepção estática e determinante de cultura, pois a imagem é constitutiva da própria cultura à medida que, pela irradiação de novos significados e pela relação com a teia

⁴ As representações coletivas e simbólicas encontram na existência de representantes, individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias da sua estabilidade e da sua continuidade. Chartier ressalta a validade dessa contestação para as criações estéticas, “sempre inscritas nas heranças e nas referências que as tornam concebíveis, comunicáveis e compreensíveis”, e para todas as práticas vulgares, disseminadas, silenciosas, que invadem o cotidiano (CHARTIER, 2006, p. 39).

semântica, torna-se, a um só tempo, representativa e construtiva de imaginários.

Referências

BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção**: a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BAXANDALL, Michael. **O olhar renascente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CHARTIER, Roger. A nova história cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **História e linguagens**: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados – USP, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

MENESES, Ulpiano B. de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45 (2003), p. 97-115.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história**: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997.

História Oral

Marlise Regina Meyrer¹

A História Oral no Brasil teve seu início marcado pelos trabalhos do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, que criou, em 1970, seu Programa de História Oral. No *site* da instituição, História Oral é definida como “uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea”.

A História Oral expandiu-se após a invenção do gravador em fita e ganhou maior expressividade mundial a partir do anos 1970, congregando pesquisadores de diferentes áreas, como a Antropologia, Sociologia, História, entre outras. Nos anos 1990, foram criadas a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e a Associação Internacional de História Oral (IOHA). Essas associações congregam pesquisadores, realizam congressos e publicam artigos, especialmente por meio da revista *História Oral*.

Embora a História tenha começado “contada” oralmente e utilizando registros orais, esses foram desqualificados, sobretudo no século XIX, quando a História aderiu ao método científico com pretensão a uma objetividade baseada no método do historiador, no distanciamento do objeto de pesquisa e na autoridade do documento. Foi com a valorização da memória pelos historiadores na década de 1960 que a oralidade voltou ao status de fonte historiográfica.

A História Oral liga-se, assim, diretamente à questão da memória, em especial, à elaboração da memória coletiva dos grupos, que fundamenta sua identidade. Nesse sentido, o conjunto de depoimentos e seu significado são entendidos na medida em que se referem à mesma realidade, ou

¹ Doutora em História PPGH – PUCRS. Professora do PPGH – Universidade de Passo Fundo.

seja, uma realidade comungada por todo o grupo social, adquirindo dessa forma um significado coletivo. A articulação entre as narrativas individuais possibilita-nos vislumbrar a perspectiva histórica do grupo, ou seja, um mesmo olhar do presente sobre o passado, revelando reflexões sobre si e a história do grupo, enfatizando o caráter reflexivo dos processos de memória, que nos remete à ideia de identidade. As histórias de vida assim acabam por criar uma identidade entre as pessoas, na medida em que partilham diferentes estratégias e saberes diante de uma mesma realidade.

Ligada, em geral, à História do Tempo Presente ou História Imediata, a História Oral parte do presente para um melhor entendimento do passado, na medida em que as testemunhas são interpeladas a narrar suas recordações. Decorre desse processo a possibilidade de perceber o caráter seletivo da memória, valorizando, assim, a subjetividade dos relatos e não uma verdade preestabelecida. Entende-se que “[...] mais relevante do que aferir se são relatos verossímeis sobre o passado ou o presente de uma cidade de médio porte no sul do Brasil é entendê-las como portadoras de esquemas subjetivos que carregam consigo sentimentos de pertencimento em relação ao viver o urbano [...]” (COELHO; SOSSAI, 2014, p. 15). Essa aceitação dos testemunhos diretos e da subjetividade fez com que as críticas sobre a falta de veracidade se tornassem “uma fonte adicional de pesquisa” (FERREIRA, 2002).

Entretanto existem muitos questionamentos sobre a utilização da História Oral, especialmente no que diz respeito à sua carga de subjetividade. Nesse sentido, os relatos devem ser analisados à luz de referências bibliográficas sobre o contexto em questão, pois concordamos com Janoti (2010) quando ela aponta para a necessidade de recorrer a fontes múltiplas, lembrando que o testemunho do depoente não é apenas um relato do que viu e ouviu, mas uma construção de um determinado discurso sobre o fato. Além disso, a autora chama a atenção para a necessidade metodológica de levar em consideração os objetivos do entrevistador, nesse caso o historiador, que domina todo um aparato teórico que orienta a entrevista e influenciará a construção do discurso.

Lembramos ainda que a fonte oral deve ser confrontada com outras fontes, não como complemento, mas como possibilidade de diferentes informações e visões sobre o objeto pesquisado, pois não existe uma hierar-

quia – no sentido de maior confiabilidade – entre as diferentes fontes históricas. Dessa forma, Smith (2010, p. 31) assinala que “[...] quando um pesquisador e um narrador se sentam para conversar sobre o passado, duas maneiras muito diferentes de pensar sobre o passado começam a se comunicar [e] levar a um avanço cognitivo para ambos [...]”. O mesmo autor afirma que esse compartilhamento de conhecimentos/interpretações tornam a História mais democrática.

Durante muito tempo, vigorou a ideia de que a História Oral servia especificamente para contar a história dos menos favorecidos. Se para Paul Thompson a função da História Oral seria “devolver a história do povo” (FERREIRA, 2002), para Michelle Perrot (1988), ela significava a “revanche das mulheres”. Embora essa justificativa para seu uso não seja mais aceita, pois atribui a esses grupos uma teórica incapacidade de produzir sua própria história, essa metodologia, de fato, significou uma maior possibilidade de escrever a história dos excluídos, na medida em que as fontes escritas sobre esses grupos são mais escassas.

Como a História só pode ser escrita através de fontes, que são “pistas do passado” (ALBERTI, 2004), o reconhecimento documental dos testemunhos orais, sem dúvida, abre um leque maior de possibilidades. Porém a riqueza desse tipo de fonte, segundo Alberti (2004), não está em “preencher lacunas” dos documentos escritos, mas, sim, na possibilidade da narrativa da História pelo próprio sujeito que a vivenciou, ou seja, “a recuperação do vivido concebido por quem viveu” (p. 5).

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir, contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar. História oral, cidade e lazer no tempo presente. **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 7-37, jan./jun. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 314-332.

JANOTTI, Maria de Lurdes M. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2010.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Richard. C. História oral na historiografia: autoria na história. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 23-32, jan./jun. 2010.

Identidade

Rosane Marcia Neumann

Identidade é um conceito complexo, que na sua essência, define quem está *dentro* e quem está *fora*. Refere-se à identidade individual, de grupo ou ainda à identidade nacional. Parte-se da pergunta *quem sou eu* e o que me identifica/diferencia em relação ao *outro*. Fala-se hoje em identidades múltiplas, as quais são acionadas conforme as demandas do sujeito, bem como de identidades negociadas.

Para Sygmunt Bauman (2005, p. 16-17), “as pessoas em busca de identidade se veem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de ‘alcançar o impossível’: essa expressão genérica implica, como se sabe, que não podem ser realizadas no ‘tempo real’, mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo – na infinitude...”. Argumenta que existem as comunidades de origem e de destino, em que as pessoas vivem juntas numa ligação absoluta, no primeiro caso, e no segundo, são fundidas apenas por ideias. A questão da identidade emerge com a exposição do sujeito às comunidades de recepção, quando entra em contato com o *outro* e passa a existir mais de uma ideia para evocar e manter unida. Dessa forma, o pertencimento e a identidade “não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’”. Ou seja, a identidade é uma construção lenta, que vai além do simples pertencimento: há as identidades individuais, mas há aquelas identidades grupais nas quais o indivíduo é inserido e acaba por adotar.

Já Castells (1999, p. 22-23) sublinha a identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo”. No que diz respeito aos atores sociais, “entende por identidade o processo de construção de significado com

base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Ressalta as identidades múltiplas, sinalizando que essa “pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social”. O autor concorda que a identidade é construída, questionando “como, a partir de que, por quem e para que isso acontece”. A construção da identidade vale-se da matéria-prima que recebe e tem a seu dispor, todavia, “todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço”.

Para Homi Bhabha (2001, p. 85),

a emergência do sujeito humano como social e psiquicamente legitimado depende da *negação* de uma narrativa originária de realização ou de uma coincidência imaginária entre interesse ou instinto individual e a vontade geral. Essas identidades binárias, bipartidas funcionam em uma espécie de reflexo nascísico do Um no Outro, confrontados na linguagem do desejo pelo processo psicanalítico de identificação. Para a identificação, a identidade nunca é um *a priori*, nem um produto acabado; ela é apenas e sempre o processo problemático de acesso a uma imagem da totalidade. As condições discursivas dessa imagem psíquica da identificação serão esclarecidas se pensarmos na arriscada perspectiva do próprio conceito da imagem, pois a imagem – como ponto de identificação – marca o lugar de uma ambivalência. Sua representação é sempre especialmente fendida – ela torna *presente* algo que está *ausente* – e temporalmente adiada: é a representação de um tempo que está sempre em outro lugar, uma repetição.

Partindo do pressuposto das identidades múltiplas, o sujeito fragmentado é inserido em uma identidade cultural nacional. Stuart Hall (2000, p. 48) acentua que o sujeito não nasce com a identidade nacional, mas ela é formada e transformada no interior da *representação*. Nessa perspectiva, “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*”, e os sujeitos participam da ideia da nação tal qual a representam em sua cultura nacional. Na construção do discurso da cultura nacional concorrem as instituições culturais; os símbolos nacionais; os mitos fundadores, as representações e memórias; a invenção de tradições; a narrativa da nação, presente na história e na literatura nacional, na mídia e na cultura popular, que no seu

conjunto produzem sentidos sobre a nação: constroem a identidade nacional. “Devemos ter em mente esses três conceitos, ressonantes daquilo que constitui uma cultura nacional como uma ‘comunidade imaginada’: as *memórias* do passado; o *desejo* por viver em conjunto; a perpetuação da *herança*” (HALL, 2000, p. 58).

Na mesma linha, Hall (2000, p. 10-13) salienta que historicamente a concepção da identidade também foi se modificando. “O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação [...] O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa.” Já a noção de sujeito sociológica reflete a complexidade do mundo moderno, em que “a identidade é formada na *interação* entre o eu e a sociedade”. Assim, a identidade preenche o espaço entre o interior/mundo pessoal e o exterior/mundo público. Todavia é exatamente isso que está mudando, ou seja, a identidade unificada e estável está se tornando fragmentada, múltipla, produzindo o sujeito pós-moderno, concebido como não tendo uma identidade fixa, essencial e permanente, mas uma identidade móvel, continuamente deslocada. “Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente.” Na atualidade, na concepção do autor, em um processo de globalização, tratando-se dessas identidades, há como possíveis consequências: a desintegração das identidades nacionais, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”; o reforço das identidades nacionais, locais ou de grupo, como uma forma de resistência à globalização; o declínio das identidades nacionais e a ascensão de novas identidades *híbridas*.

Nesse contexto, notam-se, por exemplo, a emergênica e o reforço das identidades étnicas. Para Barth (in POUTIGNAT, 1998, p. 194), a identidade étnica não é estática, mas dinâmica. Pois, em tais processos, “os traços que levamos em conta não são a soma das diferenças ‘objetivas’, mas unicamente aqueles que os próprios atores consideram como significativos”. Desse modo, as mesmas características diferenciais podem mudar de

significação no decorrer da história do grupo, e diversas características podem suceder-se adquirindo a mesma significação.

Essa identidade, como qualquer outra identidade coletiva (e assim também a identidade pessoal de cada um), é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não. Então, o que importa é procurar saber em que consistem tais processos de organização social através dos quais mantêm-se de forma duradoura as distinções entre 'nós' e 'os outros', mesmo quando mudam as diferenças que, para 'nós', assim como para 'os outros', justificam e legitimam tais distinções (LAPIERRE in POUTIGNAT, 1998, p. 11).

Logo a etnicidade não é um conjunto intemporal, imutável de traços culturais, transmitidos de mesma forma de geração em geração na história do grupo; ela provoca ações e reações entre esse grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir. Para Sayad (1998, p. 20-21),

é igualmente no momento em que se produz essa ruptura quase 'herética' da ortodoxia social e política na qual é mantida a imigração, no momento em que se confundem os limites entre os grupos, o grupo dos nacionais e o grupo dos não-nacionais, pois se confunde o princípio de constituição desses grupos, que os *paradoxos* colocados pela imigração (e pela emigração), e que até então estavam latentes, mascarados como o quer a ortodoxia nacional, explodem em pleno dia. E, sem dúvida, os discursos atuais sobre a imigração, que são chamados de 'apaixonados' (i.e. irracionais) e que tratam, na verdade, não dos 'outros', da alteridade (i.e., do que não sou eu), mas de si, da *identidade* do eu – esta é uma das funções essenciais do discurso sobre a imigração: fala-se objetivamente de si quando se fala dos outros –, devem uma parte importante da dramaticidade (desejada ou não) que os caracteriza ao sentimento de que a imigração, em sua forma atual, constitui uma provação para a ordem nacional, uma espécie de desafio para o conservadorismo social e político que os dominantes desejam manter e, mais amplamente, todos aqueles que têm interesse (e com frequência interesses simbólicos mais do que interesses materiais) na manutenção do *statu quo*.

Portanto o tema das identidades perfaz o cotidiano das sociedades e está cada vez mais marcado pela identidade fragmentada e múltipla.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Coord.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

Memória

João Carlos Tedesco¹

Os gregos, em seu horizonte cosmológico, mitológico e antropocêntrico, atribuíam as funções da memória à deusa Mnemosyne: lembrar do passado, não deixar esquecer, pois o que é memorável possui a força da imortalidade, fazer voltar às origens, às identidades, orientar as pessoas no tempo e no espaço. Ela era a deusa das Artes e da História; era a mãe das musas, filha da terra e do céu, irmã do tempo (cronos). Por conhecer o passado, era-lhe atribuído o dom de prever o futuro e resguardar o passado do temor da perda, da infinitude e do esquecimento. Os poetas, os músicos, os artistas em geral tinha como referência e a reverenciavam.

Muitos campos do conhecimento (inter e multidisciplinares) tematizam a esfera da memória e revelam a sua complexidade e especificidade. Ela está mais em correspondência com a História, porque ambas se nutrem do passado, porém a memória passou a ser um campo de investigação transversal em sua interface com os campos da saúde (biologia e neurologia), arquitetura, comunicação, artes, religiões, culturas, etc. Por lidar com o passado, ela está sempre presente, pois é esse universo que a tem como referência; seus usos e funções são múltiplos. A memória envolve os múltiplos processos que condicionam e dinamizam o lembrar e o esquecer.

É bom ter presente que a memória não é um simples depósito, um somatório de vividos, um baú de recordações em que, no abrir a porta, tudo se reencontra, pois estão ali guardados. As lembranças, ao serem revistas, podem alterar-se ou podem alterar sem ser revistas, ou seja, o que menos possuem é fixidez, cristalização e meramente transmissão. O relembrar não

¹ Doutor em Ciências Sociais – UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

é algo fixo; é, sim, *flexível*; atua sendo movido por múltiplas implicações do tempo, dos sujeitos e de outras contingências.

A memória expressa a faculdade humana de acessar o passado, de reter o ausente e presentificá-lo quando convém. As formas de retenção do passado expressam as múltiplas estratégias do presente. Por isso a memória não é isenta de intencionalidades e significados. Ela tem a faculdade de lembrar e de esquecer; tanto um como o outro, na perspectiva histórica, política, religiosa, dentre outras esferas sociais, passam pelo crivo das significações e vividos, os quais fazem as pontes entre o passado e o presente, bem como selecionam, estimulam e mantêm ativo o passado, presentificando-o.

Por isso devemos entender a memória como um horizonte dinâmico, de atualidade e atualização, de transformação do presente pelo passado e do passado pelo presente; é reelaboração. Memória e tempo interpenetram-se; a primeira continua, em última instância, a guardiã do que se imagina e acredita efetivamente tenha ocorrido no tempo. Porém ambos não são puras reminiscências, nem puro registro e nem muito menos possibilidade de reconstituição tal e qual, pois há interferências, condicionamentos e interesses em jogo no ato da recordação, assim como nos processos deliberados de esquecimento.

A memória imbrica-se com a História; ambas, mesmo que se desconfiem, podem nutrir-se. O presente da memória depende, em muito, da História; é essa última que tem a tarefa de apreender (e *prender*) o acontecido no presente e no passado e também garantir de uma forma ou de outra, através da escrita, dos registros, documentos, oralidades, objetualidades, ilustrações, homenagens, comemorações, festejos, saberes, etc., o futuro desse passado. Tanto a História como a memória, ao reconstituir e se servir do passado, podem manipulá-lo e usá-lo de múltiplas formas.

Tanto na vida social como individual, necessitamos da continuidade e da descontinuidade, de lembranças e de esquecimentos, de elaboração e de seleção do que o tempo se encarregou de deixar atrás de si e do que insiste que ande com ele *amanhã*. Por isso imagens, símbolos, representações do passado, horizontes construídos e transmitidos por vários meios fazem parte da memória, do presente e do passado com intenção de continuidade.

A memória não se dissocia dos fenômenos culturais das sociedades; ela auxilia na reprodução e na dinâmica interpretativa desses. As recordações podem também se estabelecer no interior de uma rede de relações sociais, de representações que ganham caráter coletivo e que constituem identidades, configurações sociais e culturais de grupos em tempos e situações variadas. Nesse sentido, a recordação necessita também de mediação, da mesma forma que a memória é uma mediação entre tempos, fatos e características dos sujeitos que a personificam. Daí a importância da oralidade, dos símbolos, dos monumentos, dos saberes, das imagens, das fotografias. O auxílio da mediação permite refrescar a lembrança, ressignificar, refletir e racionalizar os vividos e os tempos.

Autores dizem que a função da memória não é meramente preservar o passado, mas sim adaptá-lo para enriquecer e manipular o presente. Por isso a memória tem um amplo poder; controlar a memória (o que lembrar e o que esquecer) é uma forma de reinterpretar o passado; é um campo de disputas, confrontos e dissensos. O passado não permanece idêntico a si mesmo; é o presente que constantemente o reformula. Com isso se pode entender que a memória não é só o passado em si, esgotado nele mesmo, mas um horizonte temporal projetivo e adaptativo.

Enfim, em meio à modernidade social e tecnológica, a memória tenta ganhar espaço social e analítico. Há, de certa forma, na atualidade, um *boom de memória* expresso pela esfera mercantil do turismo, da *estatuomania* e da biografia, do temor da perda e do esquecimento, das políticas de memória e das memórias políticas para quem está no poder, da preservação de patrimônios materiais e imateriais, da reconstituição das representações étnico-culturais, dentre muitas outras formas de manifestação. Há uma dinâmica social que intenciona dar garantia de futuro ao passado mediado pelo presente, que quer dialogar com os tempos e fatos, traduzi-los e questioná-los, alimentar o presente e o futuro e com isso atestar que esses não se bastam. A memória pode auxiliar nisso tudo.

Referências

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GAGNEBIN, J. M. Verdade e memória do Passado. **Projeto História**. São Paulo, 17, p. 213-221, 1998.

LE GOFF, J. Memoria. In: **Enciclopedia**, v. VIII. Torino: Einaudi, 1979. [Verbetes].

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1995.

SEIXAS, J. A. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? **Projeto História**. São Paulo, v. 24, p. 43-63, 2002.

Zona do meretrício

Daniel Luciano Gevehr¹

Os espaços associados à prática da prostituição – de ambos os gêneros – fazem refletir sobre as representações construídas e difundidas ao longo do tempo sobre essa verdadeira “geografia do prazer” (SILVA, 2010, p. 49). Refletir sobre os meretrícios enquanto espaços sociais, dotados de um significado singular no tempo e no espaço das cidades, requer uma compreensão mais aprofundada sobre o processo histórico que constitui a formação desses “lugares de memória” da cidade e os mecanismos presentes na produção das representações sobre esses lugares, considerados até pouco tempo exclusivamente como “lugares malditos” da cidade. A constituição das zonas de meretrício tem sido abordada por diferentes autores como um fenômeno próprio da cidade, no qual pessoas prestam serviços sexuais a seus clientes em troca de pagamento. A história desses espaços sociais esteve, até pouco tempo, associada apenas às periferias urbanas, onde a prostituição era diretamente relacionada às práticas de desregramento social e degradação moral. A historiadora Joana Maria Pedro afirma que a história da prostituição – e por consequência os lugares onde essa prostituição é praticada, como a zona do meretrício – deve ser entendida como um importante problema de pesquisa da história do tempo presente e não apenas como a mais antiga das profissões – mas sim repleta de polêmicas e alvos de paixões (PEDRO, 2010, p. 13). Ainda de acordo com a autora, a leitura equivocada pode resultar em simplificações exageradas da dinâmica que constitui a complexidade da produção do meretrício. Lugar de destaque na zona do meretrício é, sem dúvida, o bordel – que se apresenta como o espaço privado onde se realizavam as festas e se realizavam as fantasias, condenadas pela sociedade através dos seus có-

¹ Doutor em História – Unisinos. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

digos de postura e pela moral, imposta pela tradição e pela cultura moral de cada época. Para May Del Priore (2011, p. 84), o bordel era o espaço onde era possível quebrar os preceitos morais que moldavam a sociedade e, ao mesmo tempo, permitiam o deboche como espetáculo e o prazer como efêmero e pago. As casas de prostituição, localizadas na zona do meretrício, representavam ainda uma espécie de teatro, onde a transgressão protegida e controlada se tornava um espetáculo. Dentro do meretrício, havia ainda uma hierarquia, que aponta para diferentes posições hierárquicas, que classificavam as casas e as prestadoras dos serviços sexuais. Nesse sentido, categorias como a condição social e a identidade étnica serviam para definir o público frequentador e até mesmo a seleção das moças contratadas para trabalhar. Outro aspecto que deve ser mencionado na caracterização dos meretrícios é aquele que aponta a prostituição, os bordéis e o conjunto que constitui os entornos do meretrício, enquanto representação da sexualidade, como uma “força animal que ameaçava transbordar os limites estabelecidos pelas regras da civilização” (RAGO, 2008, p. 133). Nesse espaço, a figura da mulher era vista no cenário urbano como um elemento que causava desconforto, seja por sua condição de prostituta, de trabalhadora ou pelas roupas consideradas impróprias para sua época. Dessa forma, a sexualidade feminina causava medo, mas ao mesmo tempo forte atração. O mesmo espaço que no passado fora alvo de condenação moral e de inúmeras tentativas de torná-lo invisível na cidade, na atualidade toma uma nova dimensão. Através da patrimonialização dos bens culturais da cidade, a zona, como era popularmente conhecida, passa a ser compreendida como um lugar dotado de memória e historicidade, que permite percorrer parte do passado ainda pouco conhecido das sociedades, em especial no que se refere às particularidades que constituem a história regional do Brasil.

Referências e sugestões de aprofundamento sobre o tema

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine G. da; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Prostituição em áreas urbanas: histórias do tempo presente**. Florianópolis: EDUSC, 2010.

GEVEHR, Daniel Luciano. “Essas mulheres da zona só causam problemas”: representações de um meretrício em terras de alemães no sul do Brasil (Taquara/RS). **Cadernos do Tempo Presente**, n. 09, p. 01-10, 2012.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PEDRO, Joana M. Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine G. da; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Prostituição em áreas urbanas**: histórias do tempo presente. Florianópolis: EDUSC, 2010. p. 11-16.

SILVA, Janine G. da. Casas, esquinas e ruas “do pecado”: lugares de prostituição, memórias sobre um “discurso caminhante”. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine G. da; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Prostituição em áreas urbanas**: histórias do tempo presente. Florianópolis: EDUSC, 2010. p. 45-62.

Nas últimas décadas a historiografia sofreu mudanças significativas no que diz respeito à valorização das diferentes linguagens, que por sua vez se expressam em diversos suportes/fontes da pesquisa histórica. Esse movimento tem possibilitado o desenvolvimento de abordagens teórico-metodológicas inovadoras que ampliam o entendimento sobre as dinâmicas sócio-históricas, rompendo definitivamente com uma visão homogênea e absoluta dos fenômenos históricos.

Este livro reúne textos de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que se debruçaram sobre o estudo de um espaço específico da cidade de Passo Fundo/RS, a rua Quinze de Novembro. O local abrigava estabelecimentos e práticas entendidas como marginais na sociedade Passo-fundense da época. Na cidade de Passo Fundo, observa-se a permanência deste espaço no imaginário da cidade como um submundo, um local proibido do qual fala-se muito. Nesse sentido, a rua Quinze e seu entorno, pode ser entendida como lugar de memória, reconhecido pela comunidade enquanto parte da memória da cidade, independente da conotação positiva ou negativa que carrega. Como a memória é feita de lembranças e esquecimentos, é uma memória que alguns querem esquecer e outros rememorar.



FAPERGS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul



ISBN 978-85-7843-651-3



9 788578 436513